

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap QMB GERALDO LUCIANO DOS SANTOS JÚNIOR

**AS MULHERES COMBATENTES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ADAPTAÇÃO
INICIAL E NOVAS POSSIBILIDADES PARA O SEXO FEMININO NA LINHA
MILITAR BÉLICA**

Rio de Janeiro

2018

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap QMB GERALDO LUCIANO DOS SANTOS JÚNIOR

**AS MULHERES COMBATENTES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ADAPTAÇÃO
INICIAL E NOVAS POSSIBILIDADES PARA O SEXO FEMININO NA LINHA
MILITAR BÉLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: TC Sérgio Luiz Augusto de **Andrade**

Rio de Janeiro

2018

Cap QMB GERALDO LUCIANO DOS SANTOS JÚNIOR

**AS MULHERES COMBATENTES NO EXÉRCITO BRASILEIRO: ADAPTAÇÃO
INICIAL E NOVAS POSSIBILIDADES PARA O SEXO FEMININO NA LINHA
MILITAR BÉLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovado em 01 de outubro de 2018.

Comissão de Avaliação:

ANDRÉ CESAR SIQUEIRA – Cel
Doutor em Ciências Militares
Presidente / ESAO

PAULO CESAR - Cel
Doutor em Ciências Militares
1º Membro / EsSLog

SÉRGIO LUIZ AUGUSTO DE ANDRADE - TC
Doutor em Ciências Militares
2º Membro (Orientador) / ESAO

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Geraldo e Marilene que foram e são o alicerce de minha vida. A minha caminhada acadêmica até aqui só foi possível graças ao esforço contínuo e incansável na busca por uma melhor educação dos filhos. Obrigado, pois sem o amor de vocês nada disso seria possível.

À minha companheira Nêmora que sempre me incentivou na continuidade dos meus estudos e no meu crescimento profissional. Sua presença diária fez essa caminhada ser mais fácil.

E à Joana, a luz que Deus colocou na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me concedeu saúde e vocação para a carreira militar.

À minha companheira Nêmora Miorelli, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Em especial ao meu orientador, Tenente-Coronel Sérgio Luiz Augusto de Andrade, pelos ensinamentos, orientação, estímulo e amizade, bem como a todo corpo docente, direção e administração da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais que fizeram parte da minha formação.

Aos meus amigos e colegas de trabalho e a todos que direta ou indiretamente me apoiaram, incentivaram e ajudaram em mais essa etapa da minha vida.

À senhora Cristiane Defalque pelas orientações durante a confecção desse trabalho.

Aos comandantes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela autorização para realizar as pesquisas nos estabelecimentos de ensino, por meio dos quais estendo o agradecimento a todos aqueles oficiais que contribuíram de maneira significativa para obtenção dos dados encontrados nesse trabalho.

E enfim, agradeço a participação dos respondentes, oficiais e cadetes, pela solicitude em responder o longo questionário aplicado.

“Se você não sabe o que procura,
Nunca entenderá o que encontra.”
(O autor)

RESUMO

No ano de 2017, teve início o primeiro Curso de Formação de Oficiais Combatentes do Exército Brasileiro com a presença do sexo feminino. Dessa forma, a Força Terrestre se volta para este novo processo de inserção, adaptação e reconfiguração da formação e carreira de seus oficiais combatentes, de forma que ao fim do processo sejam mantidos em sua plenitude os trabalhos, a operacionalidade e a prontidão para o combate do Exército Brasileiro. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo verificar a adaptação inicial com suas repercussões para o sexo feminino na linha militar bélica do Exército Brasileiro no primeiro ano da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro. Para isso, o trabalho foi dividido em três fases, sendo a primeira um estudo por meio da literatura existente e relatórios relativos ao sexo feminino nas áreas combatentes em Forças Armadas de outras nações, bem como nas Forças Armadas e Auxiliares de nosso país. A segunda fase se caracterizou pela coleta de dados relativo às notas obtidas pelo sexo feminino e masculino no primeiro ano de formação. E na última fase, foi realizada a aplicação de questionário previamente validado nos três grupos previamente divididos: instrutores, cadetes do sexo masculino e cadetes do sexo feminino. Todos os dados coletados foram utilizados nos processos de comparação para verificar a adaptação feminina em três aspectos gerais: adaptação social, rendimento escolar e rendimento militar. Conclui-se que as mulheres podem ser consideradas adaptadas à área combatente, sendo que dois aspectos devem ainda ser acompanhados com atenção pelo Exército, sendo eles a avaliação física e a administração de aspectos relacionados a qualquer tipo de assédio. Dessa forma, servirá de subsídios para novas pesquisas, bem como para a estudo de novas oportunidades para o sexo feminino de forma a contribuir para um Exército mais forte e coeso.

Palavras chaves: sexo feminino, combatente, Exército Brasileiro, inserção, adaptação.

ABSTRACT

In 2017 began the first course for combatants officers of the Brazilian Arm with the presence of women. In this way, the Army turns to this new process of insertion, adaptation and reconfiguration of the training and career of its combatant officers, so that at the end of the process the work, operationality and readiness for combat of Brazilian Army. In this sense, this work had as aim to verify the initial adaptation with its repercussions for the female sex in the military line of Brazilian Army in the first year of the first mixed group of combatant officers of Brazilian Army. For this, the work was split in three phases, the first one being a study through existing literature and reports about the female sex in combat areas in the Armed Forces of other nations, as well as in the Armed Forces and Auxiliary of our country. The second phase was characterized by the collection of data on the scores obtained by the female and male sex in the first year of course. And in the last phase, the application of a previously validated questionnaire was carried out in the three previously divided groups: instructors, male cadets and female cadets. All the data collected were used in the comparison processes to verify female adaptation in three general aspects: social adaptation, school performance and military performance. It is concluded that women can be considered adapted to the combatant area, and two aspects should still be closely monitored by the Army: physical evaluation and administration aspects related to any type of harassment. In this way, it will serve as subsidies for new research, as well as for studies of new opportunities for females in order to contribute to a stronger and more cohesive Army.

Key words: female segment, combatants, Brazilian Army, insertion, adaptation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.3	QUESTÕES DE ESTUDO.....	15
1.4	JUSTIFICATIVAS.....	16
2	METODOLOGIA.....	17
2.1	OBJETO FORMAL DE ESTUDO.....	17
2.2	AMOSTRA.....	18
2.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	21
2.3.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
2.3.2	INSTRUMENTOS.....	24
2.3.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	25
3	REVISÃO DA LITERATURA.....	27
3.1	AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DE OUTRAS NAÇÕES.....	35
3.1.1	AS MULHERES NO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO.....	35
3.1.2	AS MULHERES NO EXÉRCITO DE ISRAEL.....	39
3.1.3	AS MULHERES NOS EXÉRCITOS EUROPEUS.....	44
3.1.4	AS MULHERES NOS EXÉRCITOS ASIÁTICOS.....	49
3.1.5	AS MULHERES NOS EXÉRCITOS DA AMÉRICA.....	50
3.2	AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES NO BRASIL...	52
3.2.1	AS MULHERES NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.....	52
3.2.2	AS MULHERES NA MARINHA DO BRASIL.....	55
3.2.3	AS MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES.....	57
3.3	O PROJETO DE INSERÇÃO DO SEXO FEMININO NA LINHA MILITAR DE ENSINO BÉLICO.....	58
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
4.1	ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	61
4.2	ANÁLISE ESTÁTISTICA DESCRITIVA DOS RESULTADOS.....	62
4.2.1	COLETA DE DADOS POR MEIO DOS GRAUS NA ESPCEX.....	62

4.2.2	COLETA DE DADOS POR MEIO DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS.....	64
4.3	DISCUSSÃO.....	72
5	CONCLUSÃO.....	96
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES.....	106

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário mundial traz consigo uma evolução cultural no que tange a necessidade de proteção aos direitos humanos e, nessa mesma direção, de igualdade entre os direitos e deveres de ambos os sexos. A história da sociedade pode nos mostrar a evolução do papel das mulheres nos diversos períodos e talvez explicar suas configurações atuais nas diversas partes do mundo por meio de suas formações culturais.

O papel da mulher no período pré-histórico ainda é incerto, mas sabe-se que as sociedades daquela época não eram na sua grande parte matriarcais, tendo em vista a hegemonia dos homens de uma forma geral naquela época. Apesar disso, algumas dessas sociedades eram centradas nelas, o que é conhecido como matrilineares. Algumas civilizações antigas como as egípcias, gregas, romanas e babilônias cultuavam a mulher e a feminilidade nas figuras de diversas deusas. Além disso, algumas sacerdotisas, sábias, filósofas, matemáticas ou guerreiras nas tradições lendárias se destacaram no mundo clássico (DAVIS, 1976).

A civilização romana prezava o casamento e a família. A mulher, apesar de naquela época apresentar uma certa submissão ao marido, era vista como um alicerce fundamental. Naquela época o trabalho doméstico era visto como uma virtude. Uma flexibilização das leis feita no século I a.C. garantiu maior liberdade à mulher, bem como sua participação na vida pública. Mais tarde, começaram a ter acesso a grande parte das profissões e conseguiram estudar em Universidades, ocupando postos antes exclusivos do sexo feminino (DAVIS, 1976).

Na atualidade, é visível que a desconstrução social dos estereótipos negativos e reducionistas do papel da mulher na sociedade continua acontecendo de forma gradual. A figura da mulher que possuía a função exclusiva de ser esposa servil, mãe cuidadora e dona de casa exemplar, está sendo alterada (RIBEIRO, 2017).

As mulheres vêm cada vez mais conquistando seu espaço no cenário internacional e medidas para que isso seja solidificado tem sido premissas governamentais no sentido de seguir as diretrizes da Organização das Nações Unidas. Seja por meio de sua Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que traz como título “Transformando Nosso Mundo”, ou das diretrizes da entidade

das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ONU, 2015).

Na história militar, algumas poucas mulheres têm seus nomes citados na história dos combates. Essas ideias em relação aos homens e as mulheres se tornam mais flexíveis em certos contextos políticos. As mulheres são lembradas por suas participações em guerras de libertação e civis, inclusive com os comunistas chineses nas décadas de 1930 e 1940, o Congresso Nacional Africano na África do Sul, nos anos 1970 e 1980, no Vietnã nos anos 1960 e 1970 e em El Salvador na década de 1980. No entanto após o combate, as mulheres tendem a retornar aos seus papéis tradicionais (LORENTZEN; TURPIN, 1998). Durante a Primeira Guerra Mundial, cerca de um milhão de mulheres britânicas trabalharam em fábricas de munições fazendo armas, conchas, explosivos e aeronaves. (WOOLLACOTT, 1994).

Até o final do século passado, as mulheres ainda estavam excluídas do combate terrestre, naval e aéreo pela maioria dos países. Quase nenhuma mulher havia servido nas operações militares de manutenção da paz das Organizações das Nações Unidas (ONU). Somente 6,25% dos militares eram mulheres, sendo a maioria servindo em funções tradicionais como enfermeiras em unidades médicas (BEILSTEIN, 1995). No entanto, mesmo naquela época, um aumento do número de mulheres nas forças armadas, juntamente com papéis ampliados para elas já vinha sendo observado em diversas Forças Armadas ao redor do globo (SEGAL, 1995). Atualmente, estes números só vêm aumentando.

No âmbito das Forças Armadas e do combate, os registros já apontam mulheres levando armas ou envolvendo o inimigo em grande parte dos conflitos. Nos Estados Unidos, praticamente todos os conflitos desde a Guerra da Independência teve participação do sexo feminino. Sofrendo graves e, por vezes, permanentes lesões, mulheres foram mortas, feitas prisioneiras de guerra e, mesmo aquelas em cargos não considerados combatentes, como enfermeiras e mensageiras, arriscaram suas vidas ou integridade física pelos seus países (MAUREEN et al, 2006).

No Exército Brasileiro, a participação das mulheres já se fazia presente em três das quatro áreas de concentração dos estudos e das funções militares, definidas pelo Decreto nº 3182, de 23 de setembro de 1999. Esta regulamentação dividiu as linhas de ensino do Exército em Ensino Militar Bélico, Científico

Tecnológico, de Saúde e Complementar (BRASIL, 1999). Dessas áreas, a mulher somente não se fazia presente na primeira. No entanto, após a sanção do Projeto de Lei que aborda os requisitos para os cursos de formação de militares de carreira do Exército Brasileiro, por meio do art, 7º da Lei nº 12705, de 8 de agosto de 2012, o ingresso de candidatos do sexo feminino na linha de Ensino Bélico foi regulamentado, devendo sua entrada ser viabilizada em até cinco anos a contar de sua publicação (BRASIL, 2012).

Cumprindo a determinação, no ano de 2017 deram entrada às fileiras de carreira do Exército mulheres dos diversos rincões do Brasil, como alunas dos cursos de formação de sargentos e oficiais da linha de Ensino Bélico do Exército Brasileiro (BRASIL, 2017). Este acesso feminino, inicialmente está ocorrendo por meio das especialidades que desempenham as atividades de apoio logístico às operações militares, o Quadro de Material Bélico e o Serviço de Intendência. Além dessas especialidades combatentes outras cinco permanecem ainda sem o acesso ao sexo feminino: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. Essas especialidades são divididas em três ramos da área combatente: as Armas Base, compostas pelas especialidades Infantaria e cavalaria, as Armas de Apoio ao combate, formadas pelas especialidades Artilharia, Engenharia e Comunicações, e as Logísticas formadas pelas especialidades Intendência e Material Bélico.

A entrada do sexo feminino nas escolas de formação de combatentes nos apresenta então uma nova realidade para a tropa brasileira que, dentro em breve, receberá nas diversas organizações militares espalhadas pelo Brasil essas mulheres que agora estão em formação. Dessa forma, a inserção da mulher nas escolas de formação combatentes começa a ser uma boa ferramenta para a observação da adaptação do sexo feminino no exercício de suas funções.

As diferenças físicas e fisiológicas já demonstradas em diversos estudos ao redor do mundo (ZENO et al, 2013; COBB et al, 2003; PHILIP et al, 1998) que mostram que os homens possuem, principalmente por meio de suas diferenças hormonais, uma maior força e resistência para situações extremas como o combate, devem agora ser observadas para uma verificação clara do impacto dessas diferenças na atuação de uma tropa em combate. A experiência em outros exércitos pode nos mostrar que o sexo feminino, em algumas funções mais específicas como nos serviços de inteligência e de comunicação social, tem por diversas vezes obtido

maior êxito em função de suas peculiaridades e características próprias e, dessa forma, sua utilização tem sido cada vez mais implementada em busca do êxito nessas missões (IPCFEX, 2016).

Além disso, pesquisas já realizadas em todo o mundo em relação à inserção feminina na área de combatente de Forças Armadas dos diversos países, bem como em outras Forças no próprio Brasil devem ser levados em consideração, quando observadas seus pontos positivos em cada experiência bem-sucedida com o sexo feminino.

No entanto, alguns pontos controversos com a inserção feminina nas Forças Armadas, bem como oportunidades de melhoria em combate devem ser sempre considerados e acompanhados constantemente no intuito de efetivamente obter somente os efeitos positivos dessa união do homem e da mulher na tropa em combate. O general principal Jeanne Holm, da Força Aérea dos Estados Unidos, descreveu uma campanha de difamação em 1943, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, por meio de piadas, observações, obscenidades e caricaturas contra as mulheres em serviço que quase descarrilaram o esforço de recrutamento da mulher durante a Segunda Guerra Mundial (WILSON, 2005).

As mulheres tiveram muitos ganhos desde a Segunda Guerra Mundial em termos de aceitação das tropas (MILLER, 1997), porém ainda hoje, em situações de combate, existem inúmeros relatos de ataques físicos e agressões sexuais de mulheres por camaradas de farda, que por vezes superam as baixas incorridas pelas ações inimigas (FRAYNE et al, 1999). Nas Forças Armadas americanas cerca de um quarto das mulheres militares relatam terem sido agredidas sexualmente e 80% assediados sexualmente (MARTIN et al, 1998).

Além disso, a imagem materna em que todos os militares têm do sexo feminino, os leva a ter de maneira inconsciente um tratamento diferenciado para com as mulheres. Estes problemas foram observados por ocasião da formação militar, na divisão das missões em combate e no tratamento dispensado aos homens e mulheres de uma mesma turma de formação norte-americana (IPCFEX, 2016). Todos esses fatores poderiam contribuir para uma fragmentação entre os sexos masculino e feminino, diminuindo a coesão da tropa, o espírito de corpo, entre outros atributos coletivos essenciais para o êxito em missões de combate. Dessa forma, algumas visões convencionais sobre a relação entre os sexos masculino e

feminino com a guerra permanecem, apesar de alguns cuidados tomados pela instituição, e acabam sugerindo que se mantenha a premissa dos tempos antigos de que os homens fazem guerra e as mulheres a paz. Neste pensamento, os homens representando suas nações, combatem os homens de outro grupo, enquanto as mulheres permanecem fora da luta, permanecendo invisíveis na formulação de políticas militares, refletindo os pressupostos internacionais assumidos sobre a guerra (LORENTZEN; TURPIN, 1998).

Problemas como os acima mencionados, podem com o decorrer do tempo ou mesmo durante missões refletir no relacionamento da tropa, seja em virtude de tratamentos diferenciados, seja por outros problemas fisiológicos específicos, podendo gerar uma quebra no espírito de corpo, fruto de um tratamento desigual, onde um ou outro sexo possa se beneficiar em virtude desses fatos (IPCFEX, 2016).

Estes e outros problemas que possam ocorrer devem ser cuidadosamente observados de modo a proporcionar uma inserção feminina da forma mais proveitosa possível, obtendo os melhores resultados para a Força Terrestre Brasileira. A aceitação do sexo feminino nas tropas militares ainda está em processo em todo o mundo e tende a paralelizar o progresso jurídico das mulheres.

Portanto, a entrada do sexo feminino na linha combatente já pode ser vista como uma realidade, e seus efeitos e novas possibilidades começam a surgir como temas de estudo para a evolução da Força Terrestre.

1.1 PROBLEMA

A entrada do sexo feminino na linha militar bélica como combatentes na área logística já é uma realidade no Exército Brasileiro. Dessa forma, uma questão importante se emerge nesse novo contexto militar:

- As mulheres estão adaptadas à área combatentes, sendo integradas de maneira efetiva ao grupo durante a formação?

1.2 OBJETIVOS

No intuito de procurar responder à problematização apresentada, o objetivo geral desse trabalho será verificar a adaptação inicial com suas repercussões para o

sexo feminino na linha militar bélica do Exército Brasileiro no primeiro ano da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro.

Para alcançar este objetivo, teremos como objetivos específicos:

- Verificar as experiências adquiridas e a adaptação do sexo feminino em Forças Armadas de outros países e nas outras Forças Armadas e Forças Auxiliares no Brasil,

- Analisar a adaptação das mulheres junto ao grupo masculino por meio de questionários aplicados nos cadetes e instrutores do primeiro ano de formação;

- Verificar o rendimento das cadetes no primeiro ano de formação combatente nos exercícios de campanha, nas instruções e nas avaliações por meio dos registros e resultados das avaliações;

- Verificar as possibilidades de inserção do sexo feminino nas demais áreas combatentes por meio dos envolvidos na formação.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

No intuito de atingir nossos objetivos, solucionando nossa problematização, algumas questões de estudos são necessárias para que possamos compreender de forma clara o assunto em questão. A primeira análise a ser realizada é verificar a adaptação das mulheres junto ao grupo masculino. Poderíamos afirmar que as cadetes do sexo feminino estão bem adaptadas socialmente ao ambiente marcadamente masculino, sendo pelos homens bem aceitas?

A segunda análise diz respeito ao rendimento das mulheres nos exercícios, nas instruções e nas avaliações durante a formação. As cadetes mulheres estão tendo rendimento satisfatório e correspondente ao masculino?

Em seguida, verificaremos as possibilidades de inserção do sexo feminino nas demais áreas combatentes. Com base nas opiniões de cadetes e instrutores, bem como de acordo com os rendimentos alcançados no primeiro ano de curso, as mulheres podem vir a ocupar cargos em outras áreas da linha militar bélica?

Além disso, outros problemas poderão ser abordados no decorrer do trabalho de forma a melhor esclarecer a situação inicial da adaptação do sexo feminino na linha militar bélica de ensino.

1.4 JUSTIFICATIVAS

Este trabalho tem sua relevância no fato de que a inserção do sexo feminino na linha combatente do Exército Brasileiro ser algo ainda novo e que apresentará nos próximos anos seus desdobramentos após o contato das novas militares com a tropa.

Além disso, novas possibilidades para o sexo feminino, ainda na área combatente, podem ser vislumbradas e talvez inseridas no futuro em razão de uma possível adaptação do corpo feminino nas linhas de frente do campo de batalha. A evolução ou não da carreira combatente do sexo feminino depende de estudos profundos e um planejamento detalhado de forma a evitar problemas nos próximos anos de inserção.

Vale ainda destacar que, conhecer a real situação da adaptação das mulheres à linha militar bélica, sejam elas positivas ou negativas, servirá de subsídio para a implementação de modelos de ensino que possam ter como produto final uma tropa mais coesa e bem preparada para o cumprimento das diversas missões do Exército Brasileiro.

O sucesso na implementação ou não de novas possibilidades para a escolha de especialidades para o sexo feminino, bem como da execução de cursos e estágios de especialização na área combatente, depende agora de estudos e planejamentos, de forma a otimizar todo esse processo que já está em andamento e que poderá ser o ponto chave para a manutenção da coesão e prontidão da tropa de forma a manter a operacionalidade da Força Terrestre.

2. METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e foi realizado apenas mediante aprovação.

2.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

Este trabalho visou investigar a adaptação do sexo feminino que foi recém incluído na linha militar bélica e encontra-se em formação nos Estabelecimentos de Ensino para ocupar cargos de combatentes na área logística do Exército Brasileiro.

Para a operacionalização do objeto de estudo, definimos as seguintes variáveis importantes:

I) Adaptação social:

Essa variável será abordada tendo como foco a adaptação social e emocional das alunas. Será realizado por meio da aplicação de questionários nas alunas, alunos e instrutores, bem como fazendo uso da análise quali-quantitativa dos dados colhidos.

II) Rendimento escolar:

Essa variável será avaliada com foco no desempenho nas avaliações formais. Trata-se de um compilado de dados das notas dos alunos e alunas em todas as disciplinas do 1º ano ministradas pela Divisão de Ensino (Matemática, Português, Idiomas etc).

III) Rendimento militar e ação de combate:

Essa variável será abordada a partir dos conceitos subjetivos dados pelos instrutores diretos das alunas (avaliação do instrutor sobre um aluno), dos conceitos laterais (avaliação de um aluno com relação a outro aluno) e do desempenho nas avaliações militares (instrução militar, tiro e avaliações físicas).

As variáveis I e II têm um efeito direto sobre a variável III, na abordagem desse estudo. São consideradas variáveis intervenientes: lesão (que pode comprometer o rendimento da aluna) e perfil de personalidade (que pode determinar a adaptação social da aluna).

O objeto de estudo dessa pesquisa é analisar a adaptação da primeira turma mista de oficiais combatentes.

2.2 AMOSTRA

Considerando o tamanho das três populações de interesse, sendo 30 cadetes do sexo feminino, 378 cadetes do sexo masculino e 16 instrutores (BRASIL, 2018), vamos calcular agora os valores mínimos necessários para cada um de nossos grupos amostrais. Vale destacar que nossa população alvo é a de cadetes do sexo feminino, servindo os outros grupos como subsídio para a comparação e conclusões a respeito do objetivo deste trabalho. Cabe ainda destacar, que no momento do estudo a população de cadetes da primeira turma mista de oficiais combatentes era composta por 418 cadetes, sendo 378 do sexo masculino, 30 do sexo feminino e 10 estrangeiros que foram retirados da população por não estarem enquadrados nas proposições do presente estudo. Entre os instrutores, foram considerados os comandantes de pelotão e as instrutoras adjuntas femininas (BRASIL, 2018).

De forma a alcançar um número amostral suficiente temos três importantes grupos a serem considerados. O primeiro das cadetes do sexo feminino, foco de nosso trabalho, possui uma população de trinta militares. De forma a obtermos uma amostra com nível de confiança de 95% e 0,1 de erro, encontraremos um número mínimo de 24 participantes. Dessa forma as 27 respondentes do questionário foram suficientes para nosso grupo amostral feminino. O Próximo importante grupo, e que servirá de base para todas as comparações sendo utilizado como referência é o de cadetes do sexo masculino. Com uma população de 378 militares temos um número mínimo amostral de 77 indivíduos. Assim, podemos dizer que os 334 cadetes do sexo masculino respondentes atendem a necessidade amostral. Por fim, o último grupo é o de instrutores. Seguindo os mesmos parâmetros de seleção amostral podemos chegar a um número mínimo de 14 indivíduos. Dessa forma, fechamos nossa amostra de forma satisfatória com 15 respondentes (LUCHESA, 2011).

Assim, o grupo amostral feminino é composto pelas alunas do curso de formação de oficiais, que compõem a primeira turma de combatentes femininas do Exército Brasileiro. Este grupo será chamado em nosso trabalho de grupo feminino

(GF), de forma a facilitar o entendimento dos procedimentos com os grupos amostrais.

A coleta de dados da presente pesquisa foi organizada em uma sequência pré-definida de trabalhos de forma a deixar mais clara em todas as etapas do trabalho as fases e subfases a serem realizadas de forma a resolver a problemática da pesquisa e atingir os objetivos propostos. Dessa forma, a coleta de dados desse trabalho é dividida em três fases.

A primeira fase compõe a revisão bibliográfica e será realizada com base em documentos, pesquisas e relatos relativos à inserção do sexo feminino em outras forças e os ensinamentos colhidos a partir dessa experiência e da sua adaptação aos corpos de tropa. Essa fase será dividida em duas subfases. Em uma primeira subfase, será realizada uma pesquisa com relação à experiência da combatente feminina em Forças Armadas de outros países. Em uma segunda subfase, a pesquisa terá como foco as outras Forças Armadas do Brasil (Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira) e as Forças Auxiliares.

Na segunda fase do nosso trabalho terá início a primeira coleta de dados propriamente dita de nossa pesquisa, por meio de dados dos grupos amostrais. Ela será realizada na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, onde foi realizado o primeiro ano da primeira turma de formação de oficiais do sexo feminino na linha militar bélica de ensino. A partir desses dados, poderão ser realizadas correlações a partir dos dados referentes aos desempenhos tanto das mulheres como dos homens, no primeiro ano de formação dos futuros oficiais do Exército Brasileiro.

Na terceira e última fase será realizada nossa segunda coleta de dados por meio de nossos grupos amostrais. Ela será realizada por meio de questionários que serão aplicados na Academia Militar das Agulhas Negras, tanto no nosso grupo principal (GF), como no grupo formados pelos cadetes do sexo masculino da mesma turma do curso de formação de oficiais da linha militar bélica, que recebe pela primeira vez o sexo feminino em seu corpo de alunos. Procurando manter a relação considerada no trabalho, onde os dados coletados na segunda fase serão relativos ao primeiro da turma, ou seja, a EsPCEx, os questionários do grupo de instrutores (GI) serão aplicados na EsPCEx, que poderão responder de acordo com o observado no primeiro ano da primeira turma mista de oficiais combatentes, grupo

foco de nosso trabalho. Estes grupos serão melhor descritos oportunamente em nosso trabalho.

Dessa forma, podemos sintetizar este cronograma da coleta de dados com o seguinte quadro:

Quadro 1 – Cronograma da coleta de dados

FASE	Subfase	Procedimentos	Obs
1ª	1ª	Realizar a pesquisa sobre a experiência da combatente feminina nas Forças Armadas de outras nações.	Por meio de revisão da literatura, documentos e relatos.
	2ª	Realizar a pesquisa sobre a experiência da combatente feminina em outras Forças no Brasil.	
2ª	1ª	Realizar a coleta dos dados referentes ao desempenho dos alunos e alunas no primeiro ano de formação combatente.	Por meio de coleta de dados na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1º ano de formação) de banco de dados de rendimento nas disciplinas avaliadas.
3ª	1ª	Realizar por meio da aplicação de questionários a coleta das impressões e experiências adquiridas pelos instrutores.	Por meio de coleta de dados na Academia Militar das Agulhas Negras, por meio de questionários para cadetes, e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, por meio de questionários para instrutores.
	2ª	Realizar por meio da aplicação de questionários a coleta das impressões das alunas.	
	3ª	Realizar por meio da aplicação de questionários a coleta das impressões dos alunos.	

Além do grupo feminino (GF) um segundo grupo foi formado por uma amostra composta pelo sexo masculino do curso. Este grupo será chamado de grupo masculino (GM) e vai compor tanto a segunda fase onde servirão de base na comparação com os resultados femininos, como a terceira fase, quando responderam também os questionários, onde da mesma forma os dados servirão como base comparativa dos resultados encontrados. Vale salientar, que as comparações da segunda fase foram realizadas por meio das médias das notas obtidas pelo GF e pelo GM.

Além dos grupos descritos anteriormente, a terceira fase contará também com um grupo amostral composto por instrutores dessa turma que recebe pela primeira vez o sexo feminino no curso de formação de oficiais da linha militar bélica de ensino. Este grupo será chamado de grupo instrutores (GI) e será composto dos instrutores do primeiro ano de formação da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro. Este procedimento visa manter todas as fases da pesquisa baseadas nos dados coletados de uma fase única de observação, ou seja, o primeiro ano de formação da turma de oficiais em questão.

Desta forma, na segunda fase da pesquisa serão utilizados dados quantitativos do grupo feminino (GF) e do grupo masculino (GM) que poderão nos apresentar o desempenho das alunas por meio das estatísticas realizadas com as notas e avaliações de desempenho. E na terceira fase da pesquisa serão utilizados dados qualitativos do grupo feminino (GF), do grupo masculino (GM) e do grupo instrutores (GI). Estes grupos terão seus dados coletados por meio de questionários previamente validados, e que servirão de base para que possamos atingir o objetivo de nossa pesquisa.

2.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa está dividida em três fases distintas. Em um primeiro momento, será realizada uma pesquisa exploratória, onde o objetivo será proporcionar uma maior familiaridade com o problema, verificando resultados em modelos semelhantes em outras forças ou exércitos. Na segunda fase será realizada uma pesquisa documental, com o objetivo de recolher dados quantitativos referentes ao primeiro ano de formação das alunas da primeira turma feminina de oficiais combatentes do Exército Brasileiro. Estas duas fases serão a base para a confecção e validação dos questionários que serão aplicados na terceira e última fase, quando será realizada uma pesquisa descritiva. Nesta fase o objetivo será a descrição de algumas características da população estudada, bem como o estabelecimento de relações entre as variáveis dos fenômenos ocorridos durante a formação das alunas (GIL, 2002). Neste contexto a primeira fase terá uma abordagem qualitativa, a segunda uma abordagem predominantemente quantitativa

e a última parte uma abordagem quali-quantitativa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A primeira fase será uma pesquisa exploratória realizada por meio de uma busca por documentos históricos, artigos científicos e relatórios com descrições sobre o sexo feminino em outras Forças, bem como em exércitos e forças armadas de outras nações.

A segunda fase, será realizada por meio dos dados de desempenho das alunas na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx). Serão considerados os graus obtidos em todas as disciplinas, com foco principal nas atividades militares e físicas, assim como serão verificadas as observações relatórios dos comandantes de pelotão em relação ao sexo feminino, por ocasião de seu primeiro ano de formação (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

A terceira fase, que terá seu foco na pesquisa descritiva, iniciará com a elaboração de três questionários. As duas primeiras fases, serão a base para a confecção dos questionários que serão validados e posteriormente aplicados em momentos e grupos distintos (ALVES-MAZOTTI; GENANDSZNAJDER, 2004). Podemos dessa forma dividir a terceira fase em três subfases, sendo ela realizada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) com os cadetes e na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) com os instrutores.

Vale destacar que por questões históricas, no primeiro ano do curso de formação de oficiais da linha militar bélica de ensino, os futuros oficiais são chamados de alunos ou alunas no caso do sexo feminino. Já nos demais anos, eles passam a ser cadetes, e essas nomenclaturas serão por vezes utilizadas em nosso trabalho. Essa diferença se deve ao fato de o primeiro ano de formação ser realizado na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, com sede em Campinas – SP, enquanto que os demais anos de formação, são realizados na Academia Militar das Agulhas Negras, com sede em Resende – RJ.

2.3.1 Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos deste trabalho, será inicialmente realizado um estudo por meio da bibliografia e experiências em outros países com o sexo feminino. Para isso, serão estudados por meio de relatórios, artigos ou mesmo por

meio de relatos, os resultados e peculiaridades observados na formação e trabalho do sexo feminino nas Forças Armadas de outros países, nas demais Forças Armadas do Brasil (Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira) e nas Forças Auxiliares de alguns dos estados brasileiros.

Após isso, será inicialmente realizado o contato com a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e com a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), com o objetivo de que seja concedida autorização para os trabalhos de campo a serem realizados no presente estudo, como a aplicação dos questionários aos instrutores e cadetes, bem como o acesso à informação de dados de desempenhos avaliados necessária na pesquisa, que fará parte da segunda fase do trabalho.

De posse dessa autorização será possível dar início à segunda fase da pesquisa que será caracterizada pela ida à EsPCEEx e a coleta dos dados já existentes nos bancos de dados daquela escola, trazendo para nosso estudo os graus e observações dos dois grupos amostrais selecionados (grupo feminino e grupo controle).

Estes dados serão tabulados e tratados em planilha do *Microsoft Excel 2016*. Estes dados serão utilizados após a terceira fase para cumprir os objetivos que podem nos levar a solução dos problemas apresentados inicialmente neste trabalho. Além disso, estes dados, após tabulados, e os resultados da pesquisa exploratória, da primeira fase, servirão de base para a confecção dos relatórios que serão utilizados na terceira e última fase dessa pesquisa.

Dentro da terceira fase da pesquisa, serão elaborados três questionários estruturados em perguntas fechadas, com complementos em perguntas abertas. Os questionários terão como objetivo investigar os instrutores do primeiro ano do curso de oficiais combatentes com a presença do sexo feminino, as primeiras alunas do referido curso e o sexo masculino em formação no mesmo curso. As questões abertas serão utilizadas pelo seu potencial em permitir que os respondentes se expressem em suas próprias palavras, permitindo assim indicar de forma mais clara o conteúdo de informação e as suas reflexões dos respondentes sobre os itens perguntados e explorados por intermédio, neste caso, das questões fechadas. Além disso podem trazer para o trabalho informações inesperadas (VIEIRA, 2009). A fim de realizar a validade de face (VIEIRA, 2009), o roteiro será submetido à análise por

um grupo de estudos, a fim de garantir que todos os itens relevantes foram elencados de forma clara, julgando o instrumento de pesquisa e, se for o caso, sugerindo mudanças e inclusões de fatores no questionário a ser aplicado na amostra. Para garantir que o questionário desenvolvido explorará o conteúdo relevante para esta pesquisa, será realizado um estudo piloto, onde o pesquisador aplicará o questionário piloto em uma pequena amostra não probabilística de respondentes, com as mesmas características do grupo amostral, mas que não fazem parte do mesmo. Esse grupo será selecionado na Escola de Sargentos de Logística (EsLog), onde são formadas agora também militares combatentes do sexo feminino. Nesta aplicação o pesquisador poderá, por vezes, interrogar os respondentes sobre o entendimento das questões de forma a verificar efetivamente se o questionário mede o que se propõem a medir. Após a aplicação, os questionários pilotos serão reexaminados, com a finalidade de que sejam verificados os aspectos relacionados à linguagem, escopo, alcance e validade.

Por fim, os questionários validados serão aplicados aos grupos amostrais nas subfases da nossa última fase da pesquisa. Os mesmos somente poderão ser preenchidos após a leitura e concordância com o termo de consentimento livre e esclarecido. Os questionários serão aplicados no formato digital, enviado por intermédio de redes sociais, e incentivados a responder por pessoas diretamente relacionadas com sua formação militar. O que se espera é que este modelo de aplicação nos traga um resultado mais próximo da realidade, quando relacionado à adaptação do sexo feminino na linha militar bélica, objeto de estudo dessa pesquisa.

2.3.2 Instrumentos

Para a reunião de dados da primeira fase da pesquisa, serão reunidos os documentos oriundos do projeto de inserção do sexo feminino na linha militar do ensino bélico. Além disso, será realizada busca nas bibliotecas e nos estabelecimentos de ensino das demais Forças Armadas do Brasil. Um conjunto de relatórios enviados pelos adidos militares de diversos países servirão como recursos para esta fase da pesquisa. Revistas nacionais e internacionais militares serão também fonte de informação sobre o sexo feminino no combate. Além disso, buscas de artigos nos periódicos nacionais e internacionais serão de grande importância

nesta etapa. As palavras chave para busca serão: sexo feminino, forças armadas, logística, combate e guerra.

Para a coleta de dados da segunda fase da pesquisa, será organizada a documentação que deverá ser fornecida pelo Estabelecimento de Ensino (EsPCEEx) com as informações das alunas (grupo feminino) e de parte dos alunos do sexo masculino (grupo masculino). Estes dados serão tabulados de forma a permitir a posterior análise das avaliações realizadas por ocasião do curso. O segundo instrumento de análise será, portanto, análise documental das notas e avaliações dos grupos selecionados.

O terceiro e último instrumento a ser utilizado na terceira fase da pesquisa, serão os questionários elaborados e validados, específicos para cada grupo amostral (GF, GM e GI), que estarão estruturados conforme já descrito anteriormente. Os questionários serão aplicados nos grupos amostrais por meio de *survey* eletrônico. O mesmo só poderá ser preenchido após leitura e concordância com o termo de consentimento livre e esclarecido.

2.3.3 Análise dos Dados

Na primeira fase, os dados conseguidos serão reunidos em forma de pesquisa bibliográfica, dando ênfase aos pontos observados que poderão ser utilizados nos questionários, por ocasião da terceira fase da pesquisa.

Será empregada na segunda fase da pesquisa a estatística descritiva para os dados de caracterização da amostra e dados de rendimento coletados. Os mesmos serão tabulados e tratados em planilha do MS Excel (Office 2016).

Na terceira parte da pesquisa será empregada a estatística descritiva de forma a fornecer ao leitor uma visão geral dos dados coletados nas questões fechadas. Para as questões abertas, uma abordagem qualitativa será empregada na análise dos dados coletados nos questionários. A análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38).

O material passará por uma primeira leitura de reconhecimento. Em seguida, uma segunda leitura onde serão selecionadas somente as respostas de interesse para nossa discussão do trabalho.

Cada relato será identificado por um código para preservar a identidade do participante. O código conterá a inicial F (em referência à feminino) e um número arábico, referente à ordem de coleta dos dados dos questionários (ex.: F1). No caso dos instrutores o código conterá a inicial I (em referência à instrutor) e, da mesma forma, um número arábico, referente à ordem de coleta dos dados dos questionários. A mesma conduta será realizada para os cadetes do sexo masculino, que por sua vez, receberão um código que conterá a inicial M (em referência a masculino) e um número arábico. A utilização desse código facilitará a organização dos questionários com o objetivo de personalizar os participantes, respeitando, porém, os procedimentos éticos. Os prenomes eventualmente citados nos relatórios deste trabalho serão fictícios.

Estes dados serão por fim, relacionados aos dados coletados na segunda fase da pesquisa, de forma a verificar as relações entre cada uma das variáveis estudadas. A partir de todos os dados coletados será realizada uma análise descritiva dos dados, por meio do próprio *Microsoft Excel 2016*. Essa análise descritiva após ser devidamente apresentada nos resultados da pesquisa, servirá como subsídio principal para a discussão do trabalho e apresentação das conclusões dos nossos objetivos de pesquisa.

Quadro 2 – Sequência das atividades metodológicas

Ordem	Atividade
1	Revisão bibliográfica em relação ao sexo feminino em Forças Armadas de outras nações.
2	Revisão bibliográfica em relação ao sexo feminino nas outras Forças Armadas e Auxiliares no Brasil.
3	Confecção do pré-questionário para aplicação nos grupos amostrais.
4	Pré-teste do questionário e validação.
5	Coleta de dados na EsPCEX do desempenho dos alunos e alunas.
6	Aplicação dos questionários validados nos grupos amostrais na AMAN.
7	Tabulação dos dados coletados.
8	Realização da análise descritiva por meio de pacote estatístico.
9	Análise de conteúdo das respostas abertas.
10	Análise dos resultados.
11	Discussão com base nos dados coletados e na literatura.

3. REVISÃO DA LITERATURA

O complexo progresso histórico da inserção feminina nos Exércitos de todo mundo e seus desdobramentos é algo importante para que possamos compreender e verificar os fatores que podem ser importantes nessa estruturação que tem evoluído com o passar dos anos.

D'araujo (2003) mostra em seu trabalho que os obstáculos para a entrada das mulheres nas Forças Armadas de diversos países do mundo têm sido superados. A entrada do sexo feminino e a utilização de suas potencialidades no combate é uma realidade no mundo. A tabela abaixo retirada da *Annual Review of Woman in NATO's Armed Forces* mostra a realidade do acima exposto no ano de 2000 com base na publicação Revista anual da Organização do Tratado do Atlântico Norte:

Tabela 1: Mulheres nas Forças Armadas nos países membros da OTAN

País membro da OTAN	Início da incorporação	% em relação ao total das FFAA do país	Número total em 2000
Alemanha	2000	2,8	5263
Bélgica	1977	7,6	3202
Canadá	1951	11,4	6558
Dinamarca	1946	5,0	863
Espanha	1988	5,8	6462
Estados Unidos	1970	14,0	198452
França	1951	8,5	27516
Grécia	1979	3,8	6155
Holanda	1988	8,0	4170
Hungria	1996	9,6	3017
Itália	2000	0,1	438
Luxemburgo	1987	0,6	47
Noruega	1985	3,2	1152
Polônia	1999	0,1	277
Portugal	1988	6,6	2875
Reino Unido	1992	8,1	16623
República Tcheca	1985	3,7	1991
Turquia	1955	0,1	917

Fonte: OTAN, 2001.

Desde o ano de 2000, quando estes dados foram publicados, a média de mulheres nas forças armadas dos países membros da OTAN cresceu até o ano de 2015 para 10,8% do total de militares da ativa. Em 2014, a média de mulheres nas forças armadas foi de 10,3%. O gráfico 1 mostra a porcentagem média de militares do sexo feminino ao longo dos últimos 17 anos. A média aumentou 3,7% desde

1999, quando as mulheres representavam 7,1% das forças armadas dos países membros da OTAN (OTAN, 2015).



Gráfico 1: Percentual de mulheres nas Forças Armadas de 1999 a 2015 nos países membros da OTAN

Fonte: OTAN, 2015.

A média de mulheres nas forças armadas de cada país membro da OTAN em 2015 nos mostra individualmente como cada um deles tem contribuído no percentual apresentada no Gráfico 1. A Hungria (20,2%), a Letônia (16,2%), a Eslovênia (16,1%), a Grécia (15,5%) e os Estados Unidos (15,5%) se apresentam como as cinco nações com o maior número de mulheres servindo em suas forças armadas dentre os países membros da OTAN. Vale ainda destacar que este incremento percentual de mulheres nestes países é visível nos últimos anos, provavelmente estimulados pelo empoderamento feminino nos últimos anos. Nesse contexto, podemos notar um incremento de 14,6% em 2014 para 20,2% em 2015 na média de mulheres no exército húngaro. A Grécia por sua vez mostra um aumento de 11,1% em 2014 para 15,5% em 2015. A Eslovênia, atualmente terceira no ranking dos países membros da OTAN, apresenta uma variação de 13,9% em 2014 para 16,1% em 2015. Vale destacar também países como a França que cresceu de 13,6% em 2014 para 15,2% em 2015 e Dinamarca que foi de 5,2% em 2014 para 6,2% em 2015. Estes países tiveram os maiores aumentos no número de mulheres nas forças armadas entre 2014 e 2015 (OTAN, 2015).

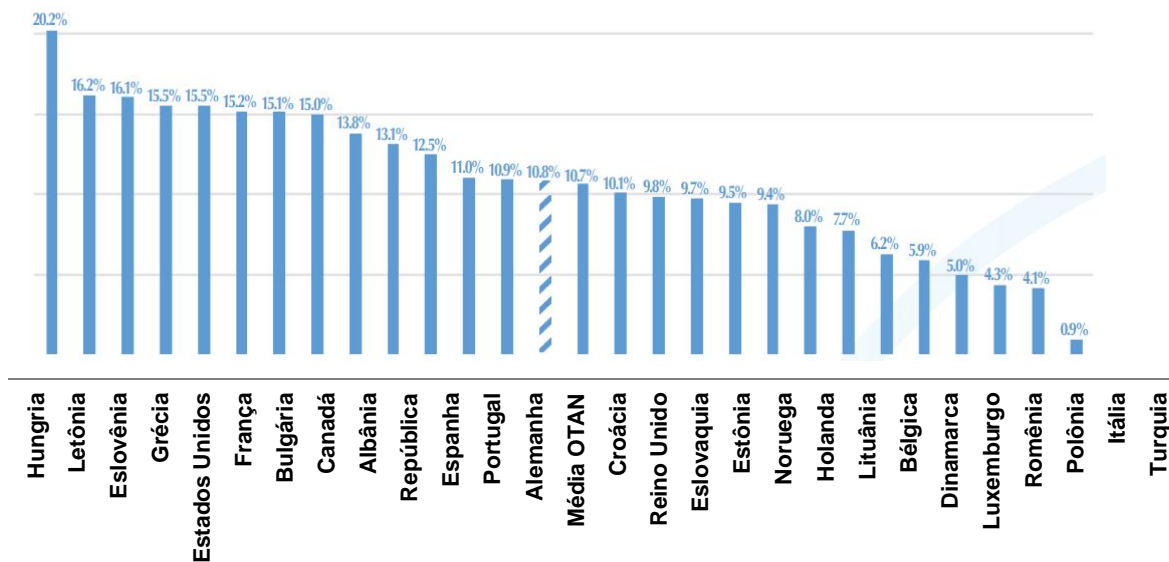


Gráfico 2: Percentual de militares femininos da ativa nas Forças Armadas dos membros da OTAN em 2015, por país

Fonte: OTAN, 2015.

Destacaremos dois exércitos, que não são membros da OTAN, mas possuem uma expressiva participação feminina em seu corpo militar da ativa. O primeiro é a Austrália que possui cerca de 16% de seu efetivo composto pelo sexo feminino (OTAN, 2015). Outro de grande relevância, e que destacaremos durante essa revisão, é o exército israelense que possui hoje cerca de 33% de seu efetivo composto por mulheres, muito disso devido ao alistamento feminino obrigatório (PRESSE, 2017).

No Brasil essa entrada também é notória e neste momento pode ser e cada vez mais as mulheres vem ocupando importantes setores nas instituições militares (SANTOS NETO, 2013). Atualmente essa inserção tem se tornado ainda mais completa com a entrada das primeiras alunas na linha militar bélica, dando às mulheres a chance de se tornarem combatentes do Exército Brasileiro, área essa até então restrita ao sexo masculino.

Convergindo nossa atenção agora para o recrutamento dos efetivos femininos nos exércitos, destacamos agora uma análise estatística do número de candidaturas femininas para as Academias Militares comparadas com o número total de candidaturas recebidas. Das candidaturas recebidas, a percentagem de candidatos do sexo masculino é superior à percentagem de candidatos do sexo feminino em

todas as nações. Alguns países se destacam apresentando o maior número de candidatas do sexo feminino quando comparadas com o número de candidatos masculino. Dessa forma, os maiores percentuais na relação candidatas femininas e masculinos é apresentado pelos países República Tcheca, França, Grécia e Polônia. O Japão é o quinto país com o maior número de candidaturas femininas para Academias Militares quando comparadas às candidaturas masculinas (OTAN, 2015).

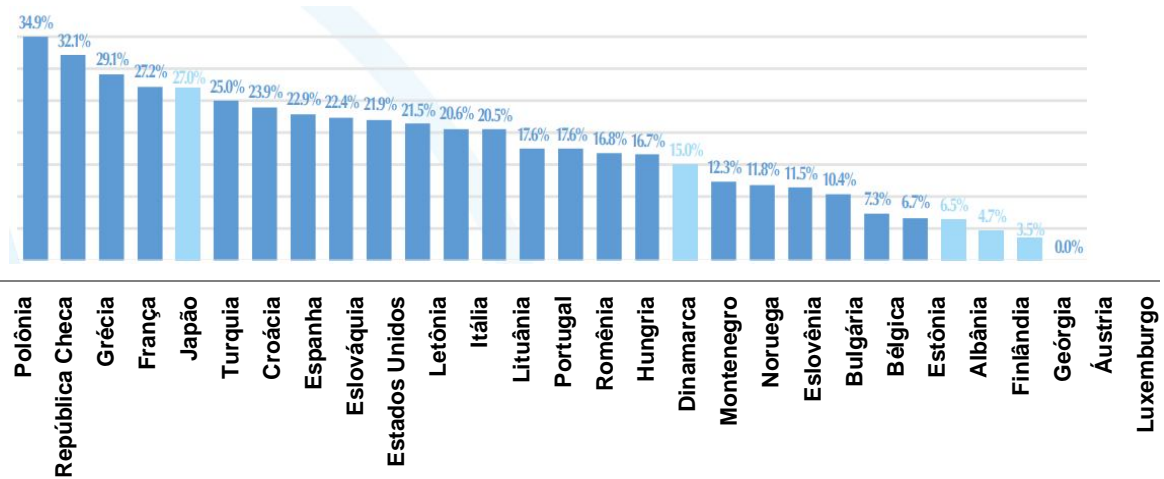


Gráfico 3: Percentual de mulheres candidatas para as Academias Militares em 2015

Fonte: OTAN, 2015.

Dentro das candidatas femininas que se apresentam para as Academias Militares, o número de candidatas que obtêm sucesso é apresentado no Gráfico 4.

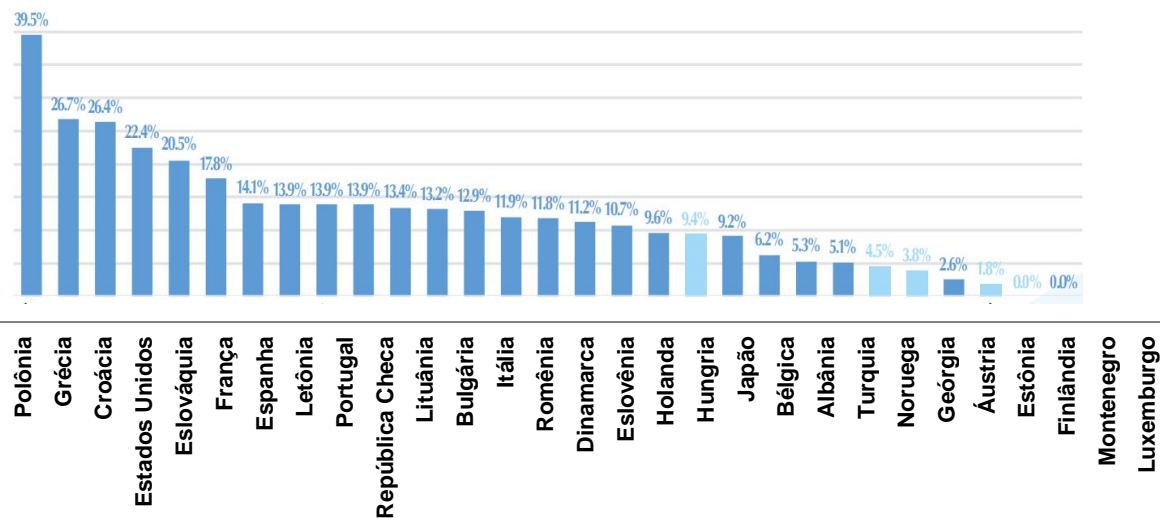


Gráfico 4: Percentual de mulheres candidatas que apresentaram sucesso na entrada para as Academias Militares em 2015

Fonte: OTAN, 2015.

Apesar dessa nítida inserção, um fato merece ser explorado. A mulher na história da raça humana começou exercendo um papel fundamental, porém de caráter mais humanístico. Soares (1991) deixa claro isso ao mostrar que a relação homem-mulher tem se mostrado por uma ótica de contraponto da mãe e do guerreiro. Dessa forma, ela seria vista sempre como a agente progenitora, agente de reprodução e por isso geradora de vidas, de forma que sua função seria sempre de proteger os combatentes. Essa visão estereotipada em relação à aptidão da mulher para a vida, contrapondo-se à morte, conduz a justificativa para que mulheres não fossem utilizadas no combate. Devido a sua função reprodutora a mulher apresenta, nesta visão, um peso maior na sociedade contribuindo na preservação da espécie (SOARES, 1991).

Essa situação de tratamento protetor foi afirmativa de mulheres do Exército norte-americano, que afirmaram ainda existir este tratamento fraterno, que por vezes é confundido com cuidado, o que provoca a não escalção das mulheres para missões que apresentem maiores perigos e riscos. Outro fato interessante, mencionado pelas mulheres do Exército dos Estados Unidos foi com relação à volta ao lar, após uma missão fora de sede. Enquanto os homens eram recebidos, e estimulados ao 'merecido descanso', a volta das mulheres era vista como o retorno da 'chefe do lar' que poderia colocar enfim todas as coisas em ordem (IPCFEX, 2016). Em Israel, o grande entrave para a entrada do sexo feminino em todas as especialidades combatentes era a incapacidade da população em tolerar a morte de suas mulheres em guerra, mesmo sabendo que tratariam de militares. A cultura de exaltar a mulher como mãe e protetora, trazia a responsabilidade de não deixar que nada acontecesse a elas (PRESS, 2017).

A igualdade, porém, sempre será um assunto de bastante polêmica quando tratamos das diferenciações fisiológicas. Santos Neto (2013) assume que a exclusão das mulheres das funções de combatente em um exército está intimamente ligada a essa diferença, que instintivamente, desmerece a mulher-soldado de seu grupo de combate, por crer que ela poderá comprometer de alguma forma por sua fraqueza a missão, bem como a segurança de todo um grupo de militares em combate.

Em relação a esta temática, em um artigo recente sobre fuzileiros navais no Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, Connie Brownson propôs o conceito de equivalência ao invés de igualdade como uma forma de entender sua integração na

organização. Devido à sua quase inevitável inferioridade física com seus camaradas, as mulheres não podem ser consideradas como totalmente iguais em um Corpo que prioriza a força física. No entanto, eles são respeitados e aceitos como equivalentes se eles podem desempenhar seus papéis militares especializados com competência e profissionalismo. Desta forma, foi examinada a questão da equivalência, para avaliar sua adequação às transformações contemporâneas de gênero nos militares (KING, 2014).

Nindl (2015) propôs em seu trabalho, pensando na diferença física das mulheres combatentes, estratégias para que as mulheres pudessem otimizar sua performance física, por meio de treinamentos físicos específicos que pudessem reduzir as diferenças e de forma específica otimizar as necessidades físicas do combate nas linhas de frente.

É nítido que o impulso global para a aceitação das mulheres no combate nas linhas de frente continua a crescer. Em dezembro de 2015 os Estados Unidos decidiram abrir todos os papéis do combate para as mulheres sem exceção, sendo essa decisão tomada de forma controversa e motivada politicamente. Esta decisão, afetou então outros países, como o Reino Unido que está sob pressão política para aceitar mulheres na linha de frente do combate e de forma clara já indicou que não tomará nenhuma decisão agora com relação ao tema, mas dará a devida consideração aos numéricos dados gerados pela significativamente mais experientes Estados Unidos (USARMY, 2015). A partir dessas controversas, Fitriani, Randolph Cooper e Ron Matthews (2016) argumentaram que a busca do modelo exige debates em relação a teoria de gênero. Eles contextualizam a decisão do Ministério da Defesa do Reino Unido, ao mesmo tempo em que estabelecem uma estrutura para demonstrar que negar os papéis do combate às mulheres britânicas seria visto como uma contraposição às tendências internacionais.

Características femininas como a pelve mais larga, interiorização entre fêmur e tíbia (ângulo Q), podem na teoria resultar em maior predisposição às lesões (SANTOS NETO, 2013). Assim como os diferentes desenhos anatômicos femininos, propiciam a mulher desvantagens biomecânicas em relação ao homem, deixando-a em posição desfavorável por ocasião de exercícios de força. Em virtude disso, durante operações de combate continuado e treinamentos extenuantes, a mulher parece ser bem mais exigida que o homem. As particularidades de suas valências

físicas, podem ser vistas como risco de lesões físicas de caráter irreversível, como o desenvolvimento da síndrome do ovário, tornando-a estéril (SANTOS NETO, 2013).

A fisiologia feminina já vem a algum tempo sendo estudada, e o Colégio Americano de Medicina Esportiva em 1993 determinou a Tríade da mulher atleta por meio da detecção de sinais e sintomas nas mulheres que participavam de esportes extenuantes (ACSM, 1993). Irregularidade do ciclo menstrual, da produção hormonal e o comprometimento da fertilidade são temas associados ao problema.

Apesar de todas as diferenças físicas, um grande debate em todos os exércitos do mundo diz respeito à entrada feminina em todas as áreas combatentes disponíveis para os militares do sexo masculino. Este passo foi dado nos Estados Unidos da América em 2015, quando o Secretário de Defesa dirigiu a plena integração das mulheres nas Forças Armadas após um período de revisão de trinta dias exigido pelo Congresso. O objetivo de permitir que todos os soldados, independentemente do gênero, sirvam em qualquer especialidade ocupacional militar, do inglês MOS (*Military Occupational Specialty*), para o qual eles são qualificados, é aumentar a eficácia militar do exército americano. Dessa forma, conforme a classificação geral, e independentemente do gênero, todos terão a oportunidade de servir em qualquer MOS. Por ocasião do anúncio, grande importância foi dada para que fosse mantida a prontidão da força e garantida a continuidade de um exército baseado em padrões, de forma que este plano metódico deve ser neutro em termos de gênero e baseado sempre nos rigores do combate terrestre (US ARMY, 2015). Fica claro, portanto, a partir dessa publicação, a incorporação feminina em todas as especialidades oferecidas pelo exército americano, desde que cumpridas todas as exigências da especialidade conforme uma única metodologia, baseada nas necessidades do combate, e uniformes tanto para os homens como para as mulheres.

Obviamente, baseado no acompanhamento das incorporações femininas e sua aceitação nas diversas especialidades já experimentadas e observadas, a abertura da entrada do sexo feminino em todas as especialidades oferecidas pelo exército americano vem acompanhada de uma importante observação. Atenção especial deve ser dada à correta aplicação das metodologias para a integração das mulheres em todos os MOS, de forma a melhorar a prontidão do combate. Para isso faz-se necessária uma abordagem gradual e faseada dos líderes e dos soldados

que entendem e aplicam padrões neutros em termos de gênero, de forma a assegurar a integração bem-sucedida das mulheres em toda a amplitude e profundidade das formações militares (US ARMY, 2015).

Assim como nos Estados Unidos, outro Exército que liberou a entrada do sexo feminino em todas as especialidades foi o exército de Israel. Da mesma forma, as regras para entrada em cada especialidade, as exigências durante os cursos, e os testes para sua manutenção na força foram mantidos de forma idêntica tanto para homens como para mulheres. Uma consequência desse fato, percebida até os dias atuais, é o baixo índice de mulheres que conseguem finalizar sua formação em termos percentuais (PRESS, 2017).

O serviço militar obrigatório para a maioria dos países é para maior segurança. Países que enfrentam enormes ameaças à segurança exigem um grande exército. Como tal, eles preferem treinar muitos homens e mulheres e torná-los parte das forças de reserva para ativação sempre que houver necessidade de mais pessoas no serviço militar. Consequentemente, muitos países, como a Coreia do Norte e Israel, gastaram um grande pedaço de seus orçamentos nacionais para atender os custos de treinamento e investir em armas superiores. No entanto, a lista de países que possuem o serviço militar obrigatório é larga, e inclui entre eles: Armênia, Áustria, Bielorrússia, Azerbaijão, Bermudas, Brasil, Birmânia, Chipre, Dinamarca, Egito, Finlândia, Grécia, Irã, Israel, Coreia do Norte, Coreia do Sul, México, Noruega, Rússia, Cingapura, Suíça, República da China, Tailândia, Peru, Ucrânia e Emirados Árabes Unidos. Entre eles, alguns além dos homens possuem serviço militar obrigatório também para o sexo feminino, entre eles China, Coreia do Norte, Israel, Eritreia, Taiwan, Malásia, Líbia e Peru. Vale destacar aqui também que a grande maioria dos países do globo aboliram a obrigatoriedade do serviço militar, passando a prestá-lo somente os voluntários a defender seus países em combate (CBC, 2017)

Todos estes trabalhos nos mostram aspectos relevantes na discussão da inserção feminina nas linhas combatentes, e nos apresentam parâmetros que deverão ser considerados em uma discussão a despeito da atuação da mulher nas tropas de primeiro escalão, sem esquecer é claro das características ímpares do sexo feminino. Aspectos relevantes dessas pesquisas são evidências de que a

canalização das opções femininas nas linhas de frente possa ser ainda estudada e levadas como temas para diversas discussões.

3.1 AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DE OUTRAS NAÇÕES

Ao redor do mundo os diversos Exércitos, bem como suas Forças Armadas, apresentam características, por vezes similares, por vezes completamente diferentes. Com relação à inclusão do sexo feminino a ideia é basicamente a mesma. Influenciados por sua cultura, localização, conflitos atuais, entre outros fatores cada país adota uma postura em relação à inserção das mulheres no combate e os desdobramentos de cada medida podem ser observados.

Os países ao redor do globo têm políticas variadas para o ingresso do sexo feminino, nos diversos postos e graduações, bem como no serviço militar. A extensão em cada país se utiliza e procura se beneficiar da participação das mulheres nas forças armadas nacionais de seus respectivos países, especialmente nos papéis de combatentes em conflitos armados ou ambientes hostis ainda apresenta diversas modelagens, e estudos sobre esses modelos ainda se fazem necessários, principalmente na era em que vivemos, onde se busca uma maior inserção das mulheres em todos os setores e profissões disponíveis. Enquanto a maioria dos países sempre permitiram que as mulheres participassem de atividades militares que não envolviam agressão direta com o inimigo, uma parcela de Forças Armadas começou a ver o valor de serviço prestado pelo sexo feminino nas forças armadas. Muitos dos países agora permitem que as mulheres sigam voluntariamente uma carreira ou profissão nas forças armadas nacionais de seu país, assim como permitem a igualdade com o recrutamento, com poucas ou nenhuma restrições a todos.

A partir de agora passamos a uma análise geral da utilização do sexo feminino militar, com ênfase na área combatente, e de seus reflexos para as Forças Armadas em diversos países do globo.

3.1.1 AS MULHERES NO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO (*US Army*)

Algumas nações permitem que as mulheres sirvam em algumas posições de armas de combate. Outros as excluem por vários motivos, entre eles demandas físicas e políticas de privacidade. Os militares dos Estados Unidos têm a quase totalidade de suas posições abertas às mulheres. Restrições existem em algumas áreas em virtude das exigências físicas que acreditam que mulheres não podem cumprir, como posições de forças especiais (MILITARO, 2015).

As mulheres estão envolvidas com as Forças Armadas dos EUA desde 1775. No entanto, essa relação se resumia às áreas civis de enfermagem, lavagem de roupas, conserto de roupas e culinária. Várias centenas de mulheres se alistaram e lutaram na Guerra Civil dos EUA, quase todas disfarçadas de homens, muitas descobertas no campo de batalha e em hospitais após serem feridas (SMITH, 2017). Em 1976, o primeiro grupo de mulheres foi admitido na Academia Militar de West Point. Atualmente, aproximadamente 16% da turma de graduação em West Point é formada por mulheres (ABRANSON, 2013).

Nos anos de 1990 e 1991, cerca de 40.000 mulheres militares americanas foram destacadas durante as operações da Guerra do Golfo no Escudo do Deserto e na Tempestade no Deserto. Mas nenhuma mulher foi capaz de assumir qualquer forma de combate. A partir de 1994, uma política proibiu as mulheres de serem designadas para unidades de combate terrestre abaixo do nível da brigada (FISCHEL, 2013)

Os Estados Unidos da América (EUA) implementaram, no ano de 2015, novas políticas e legislações relacionadas às perspectivas para o sexo feminino nas Forças Armadas dos EUA. Em dezembro daquele ano, o Secretário de Defesa abriu todas as ocupações, cargos e unidades, até então fechadas para o sexo feminino, transformando de maneira inédita a Diretriz de Combate Terrestre Direta e a Regra de Atribuição das mulheres nas Forças Armadas. A partir dessa medida, os estabelecimentos de ensino militar, bem como as unidades componentes das forças militares norte-americanas foram instruídos a tomar medidas imediatas para garantir que os equipamentos de combate para membros militares do sexo feminino fossem adequadamente projetados e ajustados, visando a utilização pelas mulheres no combate (OTAN, 2015).

Nos Estados Unidos não existem sistemas de cotas seja para homens ou para mulheres nas Forças Armadas. Além disso, não existem qualquer tipo de

restrições à incorporação de mulheres nas Forças Armadas, inclusive para operações em combate. Existem ainda nos Estados Unidos organizações militares que lidam com a integração das perspectivas de integração entre gêneros nas forças armadas. Essa integração é estudada e verificada em todos os aspectos no que se refere à prontidão, assuntos da Guarda Nacional e da Reserva, assuntos de saúde, de treinamento e os assuntos de gerenciamento de pessoal, incluindo oportunidades iguais, moral, bem-estar, recreação e qualidade de vida (OTAN, 2015).

Os requisitos exigidos por ocasião do alistamento, incluindo aqueles relacionados a características físicas (altura, peso etc.), são os mesmos para homens e mulheres. Cada serviço militar determina os requisitos para testes de aptidão física, e estes, geralmente são baseados em idade, sexo e a quantidade de repetições ou tempo decorrido para cada evento. Isso significa que tanto os testes de entrada, bem como os testes de aptidão física das Forças Armadas americanas, são iguais para homens e mulheres, apresentando diferenças somente entre unidades com diferentes especialidades e especificidades. Homens e mulheres se alistam na mesma idade. Vale destacar que não existem políticas que promovam o recrutamento de mulheres nas Forças Armadas dos EUA. Em 2015, das 8.696 candidatas femininas, 856 foram recrutadas com sucesso. Dos 30.938 requerentes do sexo masculino, 2.964 foram recrutados com sucesso (OTAN, 2015).

Em relação ao equipamento militar, é adaptado para ambos os sexos, sendo que os militares, independente do sexo deve atender aos requisitos físicos para os sistemas de armas. As instalações militares são adaptadas para homens e mulheres, já os uniformes de campo, equipamentos de proteção, chapelaria e botas são adaptados para ambos os sexos (OTAN, 2015).

Anualmente são confeccionados relatórios sobre incidentes substanciados de assédio sexual com o objetivo de prevenir o assédio sexual e abuso sexual dentro das Forças Armadas dos EUA. Alguns programas militares específicos, como a Diretriz da “Igualdade de Oportunidades Militares” exige treinamento anual sobre a prevenção do assédio sexual. Existe pessoal designado especificamente para fiscalizar e controlar casos dessa natureza, bem como procedimentos formais para denúncias de assédio para vítimas femininas ou masculinas. Somente em 2015, 392 homens e mulheres relataram casos de assédio sexual e 4058 mulheres e 1234

homens relataram casos de abuso sexual. Os crimes relatados incluem agressão sexual, assédio sexual e estupro (OTAN, 2015)

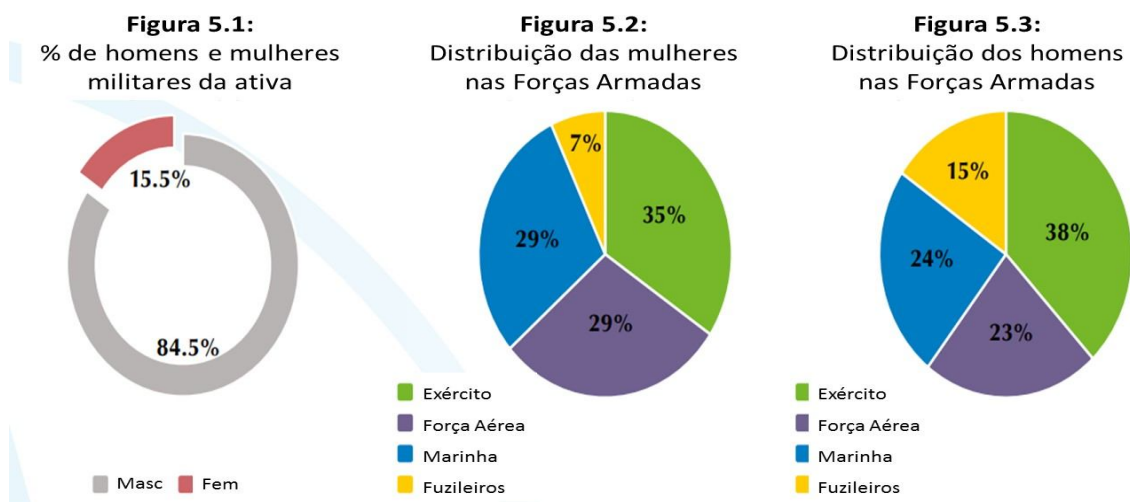


Gráfico 5: Comparação entre homens e mulheres nas Forças Armadas dos Estados Unidos da América

Fonte: OTAN, 2015.

O assunto assédio sexual é tratado com bastante seriedade pelo Exército dos Estados Unidos. Há estimativas de que cerca de 80-85% militares mulheres do Exército já foram vítimas de algum tipo de assédio sexual ou abuso sexual. West Point tem sido considerada uma unidade com ocorrências abaixo da média, apesar de enorme número de adolescentes em uma idade considerada fator de risco para esse tipo de incidente. Ao que tudo indica, não só a possibilidade de que uma punição severa seja aplicada, como também a política de prevenção e os mecanismos de controle empregados, contribuem para o relativo baixo número de casos reportados (AMUSMA, 2012).

Em 2009, um incidente muito grave ocorreu quando uma cadete do primeiro ano denunciou ter sido estuprada por um cadete do 4º ano. O caso estava ainda sob investigação e ganhou grande repercussão no início de 2012 quando a cadete decidiu romper o silêncio e ir à CNN dar uma entrevista a respeito do caso. O cadete formou-se sem sofrer qualquer punição. Em West Point existe uma grande preocupação com as omissões de denúncias de casos de abuso, por medo de qualquer tipo de represália. Visando eliminar o risco de falta de denúncias por receio de represálias dos chefes, o Ministro da Defesa determinou a criação de uma divisão

de investigação independente, fora da cadeia de comando, à qual todos têm acesso livre para reportar qualquer incidente dessa natureza. O Exército, por sua vez, criou o programa que corresponde à sigla SHARP. No Primeiro ano houveram doze denúncias. Todas elas estavam relacionadas com o consumo de álcool (AMUSMA, 2012).

Em caso de gravidez, a cadete em geral tem três escolhas, sendo a primeira abortar e retornar. Vale salientar que o aborto é legal em todos os estados do país desde 1973, a partir da decisão da Suprema Corte no caso Roe vs. Wade. A segunda opção é pedir desligamento e a terceira é trancar a matrícula por um ano para ter o bebê. Nesse último caso, e caso opte por retornar, ela não pode ter qualquer vínculo legal ou responsabilidades para com a criança. O que é feito em geral é que os pais adotam a criança até que a cadete se forme e então o processo é revertido, voltando à sua guarda. Há casos também de adoção por terceiros (AMUSMA, 2012).

O concurso para a Academia Militar dos Estados Unidos não tem percentuais de vagas definidas, porém possui um percentual de 15% das vagas assegurado para as mulheres, em uma espécie de cota para a ação afirmativa de gênero (AMUSMA, 2012).

3.1.2 AS MULHERES NO EXÉRCITO DE ISRAEL

As Forças Armadas israelenses são conhecidas mundialmente por suas históricas atuações, desde o tempo de sua criação, após a Segunda Guerra Mundial. De lá para cá, as forças militares israelenses vêm somando várias vitórias em combates principalmente contra a Liga Árabe (organização atualmente formada por vinte e dois países que possuem no total uma população superior a duzentos milhões de habitantes, fundada em 1945 no Cairo, capital do Egito, por sete países, com o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, assim como mediar disputas entre estes), com desempenhos impressionantes como na Guerra dos Seis Dias (IDF, 2018). Dessa forma, a região de Israel no Oriente Médio é foco de diversos conflitos até os dias atuais e por isso a manutenção de Forças Armadas preparadas e em permanente prontidão se faz necessária para a segurança daquela nação.

Atualmente quase 90% das funções e cargos no exército israelense são disponibilizados tanto para o sexo masculino como para o feminino. Somente as unidades de forças especiais e as unidades de combate ligadas à força de manobra não podem ser compostas por mulheres. A porcentagem de militares do sexo feminino na ativa quando comparada ao sexo masculino está em torno de 33% em 2017 (PRESS, 2017).

Somente em 2017 cerca de 2,7 mil mulheres incorporaram as Forças Armadas de Israel. Vale destacar que assim como para os homens o alistamento militar também é obrigatório para as mulheres, justificando em parte os números apresentados até o momento. A diferença entre os sexos feminino e masculino com relação ao serviço militar obrigatório está no tempo de serviço, sendo de dois anos e oito meses para os homens e dois anos para as mulheres. O objetivo é que em alguns anos o número aumente e que altos postos da alta oficialidade, bem como postos de influência possam ser alcançados pelas mulheres. Mesmo com uma participação tão expressiva feminina nos corpos de tropa, somente uma mulher compõem o alto comando, como Chefe do Departamento de Recursos Humanos do Exército Israelense (PRESS, 2017).

Apesar de mulheres já comporem o exército israelense nas áreas administrativa e logística, a incorporação do sexo feminino na área combatente em Israel começou na metade dos anos 1990. A discussão a respeito da incorporação feminina na linha militar bélica teve início com a exigência de Alice Miller, uma jovem piloto de aviões, que reivindicou ao Supremo Tribunal Israelense seu ingresso na Força Aérea. O Supremo, por sua vez, decidiu que o interesse geral de Israel como sociedade igualitária se impunha aos argumentos operacionais e econômicos do Exército, liberando assim a incorporação feminina em todos os postos, funções e especialidades preenchidas pelos homens (PRESS, 2017). Apesar de seus esforços serem recompensados com as mudanças, Alice Miller nunca chegou a incorporar as Forças Armadas de seu país, mas seus esforços hoje abrem as portas para entrada de centenas de mulheres nas fileiras combatentes israelenses (IDF, 2010).

O caso de Alice Miller foi a primeira vez que o Supremo Tribunal interveio em questão de aceitação de mulheres nas Forças Armadas. Antes de ser tomada a decisão final pela Suprema Corte israelense o tribunal analisou algumas posições das Forças Armadas que defendiam a não convocação de mulheres para funções

combatentes. Inicialmente, rejeitou a afirmação dos militares de que seu tratamento diferenciado de homens e mulheres era apenas uma ramificação das distinções entre os sexos masculino e feminino incorporadas na lei e que, devido a essas distinções legais, o princípio do tratamento igualitário não era aplicável aos militares. Ele também rejeitou a afirmação dos militares de que seu tratamento diferenciado de homens e mulheres se baseava em diferenças relevantes entre eles e, portanto, constituía uma distinção permissível e não discriminatória. E finalmente, o Tribunal rejeitou o argumento das Forças Armadas de que o alto custo financeiro de ajustar as condições dos treinamentos para a formação de um piloto às necessidades das mulheres, bem como as dificuldades envolvidas no planejamento de pessoal causado pelos papéis reprodutivos e de maternidade das mulheres, eram motivos legítimos para o tratamento desigual (IZRAELI, 2009).

Algumas mulheres serviram em vários cargos no exército de Israel, incluindo nas funções de combate da Infantaria, como operadoras de rádio e atuando como pilotos de transporte na guerra da independência de 1948 e na "Operação Kadesh" em 1956. Algum tempo depois a Força Aérea fechou suas fileiras para pilotos do sexo feminino e as mulheres foram impedidas de combater posições. Um importante recurso judicial em 1994 forçou a Força Aérea a aceitar mulheres cadetes do ar novamente, e em 2001, a primeira piloto de combate feminina de Israel foi formada (IDF, 2011).

No ano 2000, foi expandido um Batalhão que recebeu o nome de 33º Batalhão em referência às 33 mulheres mortas em combate durante a Guerra da Independência. Desde sua criação, outras posições de combate foram abertas para o sexo feminino, incluindo artilharia, inteligência de campo, busca e resgate, defesa química, biológica e nuclear (NBC), patrulhamento de fronteira, Unidade de cães de guerra (K-9) e guerra antiaérea (IDF, 2010). Em 26 de maio de 2011 foi anunciada a nomeação da Brigadeiro General Orna Barbivay como Chefe da Diretoria de Pessoal do exército israelense, tornando-se a primeira oficial feminina a ocupar cargo de destaque nas Forças Armadas Israelenses (IDF, 2011).

Atualmente poucas mulheres obtêm o êxito nos cursos de formação de combatentes do exército israelense, sendo um dos motivos o fato de as índices e padrões de desempenhos serem baseados na exigência do combate e assim serem iguais tanto para homens como para mulheres (PRESS, 2017).

Israel é o único país onde o serviço militar é obrigatório para homens e mulheres. As mulheres constituem aproximadamente um terço dos conscritos e cerca de vinte por cento do exército profissional permanente. Em 2003, os militares recrutaram cerca de setenta e sete por cento da coorte de homens judeus de dezoito anos e cinquenta e nove por cento da coorte de mulheres judaicas de dezoito anos de idade (IZRAELI, 2009).

Durante os debates do Knesset sobre a Lei do Serviço de Segurança (1949), o princípio do serviço obrigatório para as mulheres judaicas foi apoiado por todos, exceto pelos partidos religiosos. Afinal, as mulheres haviam servido ao lado de homens em unidades de combate durante a Guerra da Independência (1947-1948). A lei, no entanto, refletiu uma atitude ambivalente dos decisores políticos em relação ao serviço das mulheres. Sob a liderança de Ben Gurion, considerou-se essencial que as mulheres, como cidadãos iguais, participem da segurança nacional e recebam treinamento militar suficiente para se defender em caso de ataque. Ao mesmo tempo, enfatizou-se que o serviço militar não deve interferir com a contribuição exclusiva das mulheres para a sobrevivência do povo judeu e, portanto, para a segurança nacional. Mulheres grávidas e mães estavam isentas de serviço. O valor do serviço das mulheres foi discutido principalmente em termos de libertação de homens para papéis de combate e na linha de frente. Embora a lei não proíba inicialmente a participação das mulheres em papéis de combate, em 1951 o ministro da Defesa introduziu regulamentos que encerraram o combate e outras ocupações para as mulheres. Esta foi a situação até meados da década de 1990, quando o caso da Suprema Corte de Alice Miller contra o Ministro da Defesa declarou a política militar como uma forma de discriminação de gênero (IZRAELI, 2009).

O exército israelense é baseado em uma divisão de trabalho entre os sexos. Homens e mulheres que estudaram nas mesmas salas de aula e escreveram os mesmos exames do ensino médio são recrutados com base em critérios diferentes e passam por diferentes preparativos, testes e procedimentos de preparação. Com poucas exceções, introduzidas recentemente, são classificadas, classificadas e atribuídas por diferentes unidades organizacionais usando diferentes critérios e passam por treinamento militar separado e diferente. Os trabalhos militares geralmente são atribuídos primeiro por gênero e, em seguida, dentro do gênero por aptidões, competências e outras considerações (IZRAELI, 2009).

Ao fazer do gênero uma base primária para a classificação, os militares intensificam as distinções de gênero e usam essas distinções como justificativas para a exclusão das mulheres de posições de prestígio e poder. As fileiras mais altas são preenchidas quase que exclusivamente por homens e mulheres raramente participam dos fóruns onde as decisões que afetam a vida das mulheres nas forças armadas são feitas. Nenhuma mulher é alta o suficiente para participar do Supremo Estado-Maior, o fórum mais antigo do exército, que toma decisões que afetam a vida de todos os israelenses. Conseqüentemente, como uma das instituições importantes que organizam as relações de poder de gênero na sociedade israelense, as forças armadas contribuem para a desigualdade de gênero além dos limites das IDF (IZRAELI, 2009).

Atualmente, os treinamentos básicos militares são conduzidos no mesmo campo de treinamento, mas em cursos separados para mulheres e homens que não estavam em posições de combate. O campo de treinamento de mulheres separado foi fechado. A execução de cursos operacionais, antes separados para homens e mulheres em duas bases diferentes, estão agora organizados juntos de acordo com o papel designado e o potencial ambiente de trabalho. Homens e mulheres participam de ambos os cursos em números equivalentes e são obrigados a realizar as mesmas tarefas e participar de todas as atividades em igualdade de condições. Em suma, desde o final da década de 1990, os militares mudaram sua política e abriram funções de combate às mulheres, mas estas se limitavam a um seleto grupo de mulheres e a um número seleto de empregos. O impacto foi principalmente simbólico, desafiando a visão tradicional das mulheres como militares combatentes (IZRAELI, 2009).

Outra situação que merece destaque, é que as mulheres mesmo no exército procuram manter as estritas observâncias das leis do judaísmo, sendo o vestuário um dos cuidados diários para as mulheres religiosas manterem em seu cotidiano. Assim, apesar dos índices diferenciados em relação ao restante do mundo acerca do percentual feminino nas diversas funções do exército israelense, cerca de 40% das jovens israelenses evitam o serviço militar obrigatório de dois anos declarando que respeitam o "shabat" e as leis de alimentação de "cashrut". No entanto de 2016 em diante, foi registrada uma crescente aceitação do serviço militar feminino dentro das comunidades sionistas religiosas e o número de jovens religiosas que se alistam

cresceu para 25% em 2017, graças principalmente a algumas mudanças regulamentares, permitindo, por exemplo, saias mais longas que o regulamentar acima do joelho, a autorização para participação das aulas da Torá e a saída para missões isoladas com outras mulheres (PRESS, 2017).

Algumas diferenças físicas e legais ainda são empecilhos para a igualdade, sendo as mulheres por vezes condenadas por perderem sua funcionalidade em situações de gravidez, mudanças hormonais, entre outras particularidades físicas. Obstante a isso, em uma das unidades táticas de maior relevância, a de Apoio e Observação, são inclusive maioria, sendo possível ver atualmente mulheres uniformizadas nas fronteiras de Israel ou em salas de controle remoto no comando de avançados sistemas eletrônicos de vigilância (PRESS, 2017).

Apesar de estar mais adiantado na inserção feminina na linha militar bélica, o exército israelense, assume em seus relatórios que o processo é lento, não só porque há um menor número mulheres que homens, mas porque, chegar ao alto da pirâmide pode exigir toda uma geração, desde o momento que uma função se abra às mulheres até que estas conquistem os postos de comando (PRESS, 2017).

3.1.3 AS MULHERES NOS EXÉRCITOS EUROPEUS

Na Europa os países têm políticas variadas para as mulheres em suas forças armadas, desde o serviço militar até sua participação nos papéis de combatentes em conflitos armados ou ambientes hostis. Atualmente, muitos dos países europeus permitem que as mulheres sigam voluntariamente uma carreira nas forças armadas nacionais de seu país com restrições mínimas ou inexistentes (OTAN, 2015).

Na Noruega uma história interessante do serviço militar pode ser analisada. É obrigatório que todos os homens sejam matriculados para o serviço militar desde a idade de 19 a 44 anos. Para as mulheres, essa não era a prática. Isto apesar do fato de a igualdade dos sexos masculino e feminino ser uma questão significativa na Noruega. No Parlamento, o limiar da representação das mulheres é de 40% e o mesmo ocorre com os conselheiros das empresas públicas. Então, em 2016, o parlamento da Noruega aprovou um projeto de lei que incluiria as mulheres no treinamento do serviço militar em uma tentativa de promover a igualdade também na

área militar. Este projeto de lei foi efetivo a partir do verão de 2016 e todas as mulheres de 19 a 44 anos foram obrigadas a se inscrever (OMONDI, 2017).

Na Dinamarca, em 1962 foram aprovadas leis permitindo que mulheres se voluntariassem no exército dinamarquês regular, desde que não servissem em unidades em combate direto. Em 1978, com base em relatórios sobre o tema, as mulheres puderam se alistar em todas as áreas das forças armadas dinamarquesas, com os testes de combate que exploravam as capacidades das mulheres em combate (FORSVARET, 2018). Do verão de 2007 a julho de 2009, um total de 84 mulheres serviram no Batalhão Dinamarquês na província de Helmand, no Afeganistão. Isso inclui serviço de linha de frente em unidades de infantaria e participação ativa em combate. No entanto, o recrutamento recente de mulheres tem sido baixo na Dinamarca, devido ao aumento das oportunidades de emprego em outros lugares. Os relatórios da OTAN também indicam que os militares dinamarqueses não promovem as mulheres para posições de liderança (FORSVARET, 2018).

Tal como acontece com muitos países com mulheres nas suas forças armadas, a Dinamarca tem diferentes requisitos físicos básicos para homens e mulheres nas suas forças armadas, no entanto, os requisitos para os trabalhos mais exigentes fisicamente não diferem para ambos os sexos. (FORSVARET, 2018).

Na Áustria, a defesa territorial é realizada somente por uma força, no caso o exército. Nele, apenas 1,4% dos cargos são atribuídos ao sexo feminino. Funções de combate são exercidas somente por homens. No entanto, um sistema de cotas foi criado há alguns anos, de forma a seguir o Plano Geral de Promoção da Mulher do Ministério Federal da Defesa e do Desporto, sendo seu objetivo para os próximos anos atingir 50% do pessoal feminino no exército. No entanto, os números femininos continuam inexpressivos devido a baixa procura das mulheres pelo militarismo. No que diz respeito aos testes de aptidão física, os índices são diferentes para homens e mulheres. Diferentes parâmetros se aplicam a vários testes físicos, como corrida mais longa, flexões em números menores nos exercícios neuromusculares. Os requisitos de alistamento relacionados às características físicas (por exemplo, altura, peso) são os mesmos para ambos os sexos (OTAN, 2015).

Na Finlândia, apenas 2,5% do efetivo das Forças Armadas é composto pelo sexo feminino. Além disso, a taxa de evasão das Forças Armadas é bastante

expressiva, tendo como principal motivo a busca por outras profissões. Uma característica bastante interessante na Finlândia é que, além das tradicionais Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, o país conta com outras duas importantes Forças. A primeira é o Comando de Defesa que tem a função de exercer o comando das Forças Armadas, de forma que todas as operações necessárias possam ocorrer de maneira conjunta. Este comando possui aproximadamente o mesmo efetivo das outras forças, com exceção do exército que possui um efetivo maior, chegando a aproximadamente o dobro das outras forças. A segunda força é a Logística. Esta foi criada com a intenção de retirar essa função das demais forças e trabalhar de forma sincronizada em conjunto com todas elas. Dessa forma, um elemento único realiza os trabalhos logísticos de todo o teatro de operações, facilitando mais uma vez o trabalho conjunto das Forças Armadas (OTAN, 2015).

Em 2015, a Irlanda aplicou novas políticas e legislações relacionadas à implementação de perspectivas para o sexo feminino em suas Forças de Defesa. O Segundo Plano Nacional da Mulher, Paz e Segurança da Irlanda foi publicado em 2015, e as Forças Armadas foram listadas como responsáveis de quatro metas de um total de dezoito tarefas. Numa tentativa de aumentar a participação das mulheres, foi iniciado um projeto de emprego de vários militares homens ou mulheres para nomeações no exterior, com oportunidade de ter a família acompanhando o militar. Espera-se que a disponibilidade dessas implementações mais curtas já atraia as mulheres e as encoraje a servir no exterior com mais frequência, o que também poderia ajudar em um aumento das taxas de retenção entre o pessoal feminino, que atualmente representa menos de 7% do efetivo das Forças Armadas (OTAN, 2015).

As Forças Armadas Alemãs têm por característica a integração entre as diversas forças. A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, que equivale à Constituição, proibiu em 1955 o serviço de mulheres nas forças armadas. Em 1975, mulheres formadas no setor de saúde foram permitidas pela primeira vez no Serviço de Saúde A Lei Fundamental Alemã em relação às mulheres nas forças armadas só foi mudada por causa de uma decisão do Tribunal Europeu em 2001, quando todas as carreiras militares foram permitidas sem restrições para as mulheres (ADIEXAER, 2011).

No que tange à infraestrutura necessária para o acolhimento das mulheres, não houve grande necessidade de adaptações. Os índices de desempenho físico para a capacitação individual também foram adaptados ao sexo feminino sendo admitidos padrões diversos dos estabelecidos ao universo masculino (ADIEXAER, 2011).

A legislação comum alemã já garante às mulheres períodos de dispensa do trabalho por ocasião da gravidez e da maternidade, sendo essa legislação acatada de pleno pelas forças armadas. Dentro dessa legislação é estabelecido que durante o período de gravidez as mulheres estão liberadas de atividades intensas e que envolvam riscos ao adequado desenvolvimento da criança e a integridade física da mulher. A licença maternidade garante o afastamento por até nove meses com remuneração e a licença de educação dos filhos é de até de três anos, nesse caso sem remuneração. Os requisitos para ingresso na carreira de oficiais são os mesmos adotados para os homens Para o emprego em missões no exterior, leva em consideração o status familiar do militar, em particular no caso de mulheres com filhos, sendo nesse caso normalmente adotado o critério de voluntariado, sendo a exceção a designação de mães com filhos em idade escolar para emprego no exterior (ADIEXAER, 2011).

O sexo feminino atual na Alemanha representa aproximadamente 9% dos militares de carreira e temporários. É estimado um aumento nos próximos anos até os 15 %. Atualmente existe nas forças armadas alemães uma oficial-general médica, já existindo quantidade considerável de coronéis (ADIEXAER, 2011).

As Forças Armadas italianas trabalharam o ingresso das mulheres devido a diretiva da União Europeia para as oportunidades iguais para os dois sexos em todos os campos de trabalho. Isso se tornou possível por meio da emissão de uma legislação em 2010 que diz respeito ao princípio das mesmas oportunidades e de tratamento análogo entre homens e mulheres. A experiência adquirida pelos demais países da Europa, que há décadas registram a presença de mulheres, auxiliou nas escolhas e aconselhou prever um ingresso gradual da componente feminina às estruturas das Forças Armadas. Isso permitiu um processo evolutivo progressivo que culminou com a afirmação da igualdade em termos de direitos, deveres, responsabilidades e oportunidades entre homens e mulheres (ADIEX, 2012).

Atualmente na Itália nenhuma promoção ou missão depende de sexo. Não existem diferenças no emprego em operações, junto a organismos internacionais e no exterior ou na atribuição de encargos e deveres. Durante a formação militar e adestramento não existem diferenciações específicas entre homens e mulheres. O único elemento distinto entre os sexos ainda levado em consideração é a diferença fisiológica. As peculiaridades da estrutura corpórea dos dois sexos, sobretudo de tipo esquelético e muscular tornou necessário determinar requisitos físicos diferentes para o recrutamento, bem como determinar parâmetros diferentes para a aptidão física (ADIEX, 2012).

As candidatas ao curso de formação grávidas são excluídas ainda no processo de admissão e as que engravidam durante o curso são obrigadas a trancar a matrícula e após o parto retornar no ano seguinte, cursando novamente o ano perdido por motivo da gravidez (ADIEX, 2012).

Mesmo com todos os processos, casos de assédio ainda ocorrem. Em 2012 foi publicada uma matéria na mídia italiana uma matéria a respeito de relacionamentos e assédios sexuais entre instrutores e alunas. A matéria foi feita devido ao caso do assassinato da esposa de um instrutor que tinha um caso com uma de suas alunas (ADIEX, 2012).

As Forças Armadas espanholas aboliram as diferenças entre as atribuições que podem exercer os segmentos masculinos e feminino em situação imposta pelo governo, de forma muito parecida com o Brasil, o que trouxe uma série de dificuldades. Diferentemente dos países nórdicos, germânicos e anglo-saxões, a sociedade espanhola vê a mulher com um papel distinto do homem na sociedade, com restrições nas tarefas físicas e rústicas. Devido a isso, cargos que exigem um maior vigor físico, como comandante de fração, proporcionalmente são mais ocupados por homens, mesmo que mulheres estejam em condições de ocupá-los, enquanto que cargos administrativos são proporcionalmente ocupados mais por mulheres do que por homens. Tal situação gera um desconforto, na medida que os homens estão sendo empregados operacionalmente muito mais que as mulheres, enquanto elas permanecem em funções administrativas, com menos desgaste que as operacionais. Este fato pode ser facilmente verificado no emprego das tropas espanholas no Afeganistão (ADIDEFEX, 2011).

Essa distorção pode ser explicada de duas maneiras. A primeira é o espírito paternalista dos chefes militares, que temem pela vida delas no combate e, conseqüentemente, pela repercussão negativa de um falecimento feminino em operações. A segunda é que as próprias mulheres, apesar do discurso de igualdade, ao colocarem-se em contato com a dureza da vida militar operacional, buscam evadir-se dessas funções (ADIDEFEX, 2011).

Outro aspecto que se verifica nas Forças Armadas espanholas é a existência de ações na justiça contra chefes militares em todos os níveis, por denúncias de assédio sexual, de ameaças, de coerção, entre outras. Questões fisiológicas também têm sido consideradas na Espanha. Em períodos de gestação, de amamentação e nos ciclos menstruais, onde fisiologicamente as mulheres têm restrições, o serviço nas unidades tem sido comprometido, aumentando a carga sobre os demais integrantes da tropa, gerando insatisfação e transferências internas das mulheres para funções menos rústicas e mais administrativas. Como dado de referência, uma mulher em período de pré e pós-gestação fica afastada do serviço, em média, por um período de um ano, gerando sobrecarga e descontentamento no segmento masculino. Também casos dentro desse universo têm gerado ações na justiça, contra comandos que supostamente estavam constringendo militares femininos por afastamentos motivados pelos problemas citados (ADIDEFEX, 2011).

Em combate, notou-se que a reação de uma fração que têm uma mulher em função de maior exigência física é comprometida pelo tempo maior de reação da mulher, em função de sua menor força física que um homem em condições semelhantes. Tal fato está comprometendo a segurança de toda a fração, e levando novamente a mudanças de função. Também percebe-se que a missão da fração fica comprometida, em função de que o grupo passa a preocupar-se ainda mais com o aspecto autoproteção, para evitar uma perda feminina, pois quando tal perda ocorre, os processos administrativos e judiciais, assim como os relatórios e a pressão da mídia local, tendem a ser mais rigorosos contra os comandantes e à própria tropa (ADIDEFEX, 2011).

3.1.4 AS MULHERES NOS EXÉRCITOS ASIÁTICOS

Na Coreia do Norte, o serviço militar é obrigatório para homens e mulheres. No entanto termos diferentes aplicam-se para ambos os grupos. Os homens devem completar 10 anos no serviço militar. Por outro lado, desde 2015, as mulheres da Coreia do Norte devem atuar nas forças armadas a partir do momento em que se formaram no ensino médio até atingir os 23 anos. Como resultado desse treinamento, as forças armadas da Coreia do Norte são constituídas por um grande exército de 6.445.000 militares. Desses, 945.000 estão em serviço ativo, enquanto 5.500.000 são forças de reserva (OMONDI, 2017). Informações precisas sobre os números das Forças Armadas norte coreanas ainda são imprecisos, principalmente devido ao fato de seu relativo fechamento para o restante do mundo.

No Japão, cerca de 6% do efetivo total das Forças Armadas é formado pelo sexo feminino. Existe um sistema de cotas para homens e mulheres que de acordo com o Ministério da Defesa, mais de 9% do pessoal das Forças Armadas japonesas deve ser composto por mulheres até 2030. Para atingir essa meta, o Ministério da Defesa espera que mais de 10% do pessoal recém-recrutado tenha que ser mulher após 2017 (OTAN, 2015).

A primeira mulher a se alistar no exército russo foi Nadezhda Durova, que, fingindo ser homem, lutou com distinção nas guerras napoleônicas. Naquela época, no entanto, ela era uma exceção em meio a um exército formado exclusivamente por homens. O número atual de mulheres no Exército russo está em torno de 115.000 a 160.000, representando 10% da força militar da Rússia. No entanto, nenhuma delas atua em funções de combate (FISCHEL, 2013).

Na Índia, em 1992, o Exército indiano começou a introduzir mulheres policiais em cargos não médicos. Em 2007, forças femininas de manutenção da paz, compostas por 105 policiais indianos, foram enviadas à Libéria para uma missão das Nações Unidas. Em 2014, o exército da Índia tinha 3% de seu efetivo composto por mulheres, na Marinha 2,8% de mulheres e na Força Aérea o percentual mais alto de mulheres com 8,5% de seu efetivo representado pelo sexo feminino. Em 2015, a Índia abriu novos papéis de força aérea de combate para as mulheres, com o início da formação de mulheres pilotos de caça e de helicóptero (NEWSASIA, 2015).

3.1.5 AS MULHERES NOS EXÉRCITOS DA AMÉRICA

Na Argentina o processo de inserção do sexo feminino na área combatente ficou completo no ano de 2011, quando as mulheres passaram a poder optar pelas especialidades infantaria e cavalaria. Antes disso, desde 1991, elas já podiam ocupar cargos no oficialato das especialidades Artilharia, Engenharia, Comunicações, Arsenales (Material Bélico), Intendência, Segurança e piloto do Exército. Além disso, as mulheres já ocupavam também as áreas chamadas como Corpo Profissional que incluem as especialidades gerais de saúde, veterinária, educação física, sistema de computação de dados, advogados e músicos (ADIDA, 2013).

Também a partir de 2011, todos os cargos nas Forças Armadas Argentinas passaram a poder ser ocupados por qualquer sexo, sendo considerada a possibilidade de desenvolvimento da profissão militar e o alcance das mais altas hierarquias exclusivamente por meio da relação com as capacidades e eficiências de cada pessoa, sem distinção de sexo, sendo dessa forma os cargos de combate ocupados por quem responda às exigências inerentes ao mesmo, seja homem ou mulher. O processo seletivo é o mesmo tanto para mulheres como para homens. Os candidatos devem responder a uma série de requisitos gerais e particulares, tendo exames de admissão médico, psicológico, intelectual e físico. Além disso, não há percentual de vagas destinado somente para as mulheres, isto é, elas concorrem às mesmas vagas que os homens. No entanto, os testes físicos para admissão são diferenciados. Um dos exames médicos a serem realizados é um teste de gravidez, por tanto é condição de ingresso para as candidatas femininas não estar grávida (ADIDA, 2013).

No treinamento físico as exigências são menores para o sexo feminino. No entanto, quando as exigências influem no desenvolvimento das funções ou por ocasião de cursos, inclusive o de formação, e vagas em especializações, todos os testes são iguais para homens e mulheres, ancorados na premissa de igualdade de exigências e igualdade de oportunidades (ADIDA, 2013).

Apesar de o Exército Argentino não contar com normativa específica que faça referência à discriminação ou ao assédio sexual, foi criada em 2010 uma resolução do Ministério de Defesa com o nome de Oficina de Gênero. No ano de sua criação, foram recebidas vinte denúncias, nas seguintes proporções: Assédio sexual: 6,66%,

Violência intrafamiliar: 6,66%, Discriminação: 20%, Situação laboral: 20%, Abuso da autoridade: 40%, e Outros: 6,66% (ADIDA, 2013).

Na Bolívia de 1979 a 1985 foi autorizado o ingresso do sexo feminino nas linhas combatentes das Forças Armadas bolivianas. Isso só foi novamente reativado com uma legislação de 2002, que permitiu a formação de mulheres combatentes a partir de 2007. As vagas no concurso de admissão são separadas em 50% para cada sexo. No entanto, o que vem ocorrendo nos últimos anos é que as mulheres acabam preenchendo somente 20% das vagas disponibilizadas e o restante são preenchidas pelo sexo masculino. Os testes físicos são diferenciados de acordo com o sexo do militar. Não somente as candidatas ao concurso de admissão do sexo feminino, como masculino, não podem ter filhos para prestar o concurso. Além disso, as cadetes que engravidam durante o curso podem ser expulsas (ADIAERBO, 2012).

3.2 AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES NO BRASIL

Na história das Forças Armadas brasileiras, a primeira brasileira a integrar uma unidade militar foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Ela lutou pela manutenção da Independência do Brasil, alistando-se no regimento de artilharia, como soldado Medeiros, e depois transferida para a infantaria, passando a integrar o Batalhão dos Voluntários do Imperador, em 1822. Graças ao seu entusiasmo e bravura, Maria Quitéria conquistou o respeito dos companheiros e recebeu de D. Pedro I a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Em junho de 1996, por meio de decreto da Presidência da República, a mulher-soldado passou a ser reconhecida como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (MD, 2016).

Na história das mulheres no âmbito militar outra conquista importante ocorreu por ocasião da segunda grande Guerra quando 73 enfermeiras serviram como voluntárias em hospitais do exército norte-americano. Após a guerra, a maioria delas foi condecorada e recebeu a patente oficial, sendo licenciadas do serviço militar ativo (MD, 2016).

3.2.1 AS MULHERES NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

A FAB, em seu efetivo, é a que possui o maior número de militares do sexo feminino chegando a número aproximado de 9820 mulheres, segundo dados de 2015 (MD, 2016). Também foi a Força Aérea a primeira das Forças a abrir espaço para a atuação das mulheres na atividade fim da instituição. Em 2003, a Força Aérea recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (MD, 2016). No entanto, a primeira experiência da Força Aérea com as mulheres ocorreu em 1982, para o exercício de funções administrativas, onde os resultados obtidos serviram de estímulo para as próximas áreas a serem abertas para as mulheres (SANTOS; COUTINHO, 2010). O ingresso feminino na academia no Quadro de Oficiais Intendentes foi autorizado em 1995 (MD, 2016).

Em 1982, a Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou o processo de ingresso de mulheres nas mais diversas especialidades. Desde aquele ano a instituição vem aumentando o número de representantes do sexo feminino, e conta atualmente com mais de 10 mil militares do sexo feminino, totalizando cerca de 16% do efetivo total da Aeronáutica. Atualmente, elas ocupam cargos desde a área administrativa até a operacional no trabalho diário e silente de garantir a soberania do país (ABELHA, 2017). De 1982 até os dias atuais as mulheres conseguiram conquistar seu espaço na Força Aérea, ocupando todos os cargos. Hoje na FAB todas as escolas recebem mulheres (MD, 2016).

No processo da compra do novo caça da FAB, o Gripen NG, uma parte passou pelas mãos da Major Larissa Caldeira Leite, formada na Academia da Força Aérea (AFA). Além dessa parte administrativa, atualmente, a FAB possui pilotos mulheres nos mais diversos tipos de aviação militar, possuindo em seus quadros pilotos de helicópteros, caças e até no quadro de pilotos presidenciais.

Em 2015, a FAB teve sua primeira mulher comandando uma unidade militar. A Coronel Carla assumiu em 2015 a direção da Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG), no Rio de Janeiro. Em 2017 ela transmitiu o cargo na CGABEG a outra militar, configurando a primeira passagem de comando entre mulheres na FAB.

Em 2017, as primeiras mulheres deram entrada na Escola Preparatória de cadetes do Ar (EPCAr). Apesar de a entrada na Academia da Força Aérea já ser uma realidade nessa ocasião, a EPCAr, que é uma escola de ensino médio, e que é

uma das portas de entrada para a Academia da Força Aérea (FAB) passou a contar com o acesso feminino (ABELHA, 2017).

No entanto algumas características da formação militar das mulheres da FAB foram abordadas por Santos e Coutinho (2010). Para ela ainda continua a ser necessário que as mulheres se adaptem no trabalho em conformidade com os comportamentos tradicionalmente estabelecidos pelos homens. As mulheres assim não são excluídas das atividades militares de maneira clara, mas segundo a autora, existe uma espécie de exclusão velada, que se resume em duas formas principais. A primeira recai em uma necessidade diária de adaptação o que por vezes pode dificultar a atuação feminina, pelas dificuldades impostas pelos comportamentos impostos. A segunda na divisão das tarefas de maneira a sempre examinar o sexo do militar a cada missão surgida.

Essa divisão de trabalho de acordo com o sexo do militar, atribuindo diferentes tarefas a homens e mulheres, é reforçada no dia a dia das militares. Apesar de não existirem atualmente na Força Aérea funções exclusivamente masculinas ou femininas, algumas funções são divididas se considerando o sexo do militar, pois algumas seriam mais apropriadas para homens e outras para mulheres (SANTOS; COUTINHO, 2010).

Outra dificuldade ainda existente é associada ao papel da mulher na família. Ainda nos dias atuais, junto a um possível casamento, as funções de responsável pela casa, bem como todas as responsabilidades sobre os filhos no caso de uma maternidade continuam a pesar mais sobre as mulheres que sobre os homens. Esse fato acaba por afastar as mulheres da carreira. Em um olhar mais profundo as próprias mulheres já crescem com essa consciência e acabam por aceitar que a maternidade acaba sendo quase que um sinônimo de abandonar por um tempo a carreira a que se dedicou (SANTOS; COUTINHO, 2010).

Dessa forma, é possível afirmar que a carreira das mulheres aviadoras, assim como a maior parte das carreiras femininas atuais, é construída a partir de dois padrões vistos internacionalmente: o padrão tradicional e o padrão contemporâneo. O primeiro padrão tem sua base na valorização da família, sendo a maternidade, os cuidados com o espaço da casa e a manutenção dos aspectos familiares as grandes preocupações que uma mulher deve ter. O padrão contemporâneo é o segundo, e acaba por trazer um contraponto ao anterior. Nele o

preconizado é a independência financeira e o investimento em uma carreira profissional. Assim, cada militar do sexo feminino inicia com o padrão contemporânea, mas acaba em certo momento da carreira tendo de optar por um dos padrões (SANTOS; COUTINHO, 2010).

3.2.2 AS MULHERES NA MARINHA DO BRASIL

Em 1980 ocorreu na Marinha o ingresso das primeiras mulheres em seu quadro de militares, quando a legislação permitiu a admissão do sexo feminino na Força. As mulheres no início integravam um corpo auxiliar e sua participação era limitada a alguns cargos e serviço em terra. Entre 1995 e 1996, novas leis foram publicadas regulamentando os quadros da Marinha, e neste contexto o acesso das oficiais mulheres foi estendido aos corpos de saúde e engenharia. No ano seguinte, em 1997, uma expressiva ampliação da participação das mulheres nas atividades da Força Naval após a reestruturação dos quadros de oficiais e praças. A Marinha possui 7975 mulheres em seu efetivo, de acordo com dados de 2015 (MD, 2016).

As mulheres integrantes das fileiras da Marinha do Brasil atuam em diversas Organizações Militares. Isso inclui os navios hidrográficos e oceanográficos, de assistência hospitalar e, eventualmente, da Esquadra, atuando como apoio às atividades operativas. Atualmente, as mulheres representam cerca de 50% dos oficiais e 35% das praças empregadas nas áreas de saúde, engenharia naval e administração da Força (MD, 2016).

Nos dias atuais, decorrente de seus méritos, existem oficiais que já ocupam cargos de Direção e são promovidas aos últimos postos da carreira, de acordo com o Corpo ou Quadro a que pertencem. Em 2016, uma delas concluiu o Curso de Especialização em Guerra Anfíbia, e se tornou a primeira mulher habilitada a comandar um pelotão de infantaria no Brasil (MD, 2016).

A Marinha do Brasil foi a primeira das Forças Armadas brasileiras a conferir o posto de almirante (correspondente à general no Exército). A promoção do Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes aconteceu em 2012. Em 2017, a Marinha deu outro passo inovador com a aprovação de um regulamento que passou a abrir as portas para que as mulheres sigam carreiras combatentes que lhes permitem subir também ao nível de almirante (MD, 2016). Essa mudança também tem outro

significado especial. As mulheres agora podem se juntar ao Corpo de Marinheiros e ao Corpo de Fuzileiros Navais, participando dessa forma ativamente das atividades de combate. Até esta mudança, as mulheres participavam de atividades operacionais exclusivamente nas áreas dos serviços de saúde e apoio, ou seja, assim como agora acontece no Exército Brasileiro, somente nas atividades de logística. A partir dessa mudança elas poderão ser colocadas em situações de combate direto. Além disso, elas poderão participar de atividades preparatórias e exercícios planejados para o combate como membros dos batalhões navais e como membros do Corpo de Fuzileiros Navais, como por exemplo em batalhas em terra após o desembarque (BARRETO, 2018).

Implementar as mudanças que a nova lei trouxe envolve diferentes áreas e regulamentos da marinha. Uma série de habilidades físicas, por exemplo, passou a ser requerida a partir da entrada das mulheres nas áreas combatentes. Levando-se em consideração que os requisitos físicos das atividades de combate são mais intensos do que para os deveres de logística aos quais as mulheres eram anteriormente limitadas, uma série de mudanças nas regras que regem o treinamento físico militar e avaliações físicas para as mulheres teve de ser atualizado (BARRETO, 2018).

Outro aspecto importante diz respeito às instalações de navios de remodelação e às escolas de formação. Existe ainda, uma necessidade de pequenas mudanças e adaptações para permitir uma coabitação prolongada entre profissionais do sexo masculino e feminino, tanto em longas implantações a bordo de navios, que podem durar meses, como em necessidades de embarque em nossos estabelecimentos de ensino, como parte do treinamento militar naval (BARRETO, 2018).

Em 2018, o processo de seleção da marinha para a Escola Naval (correspondente à Academia Militar das Agulhas Negras no Exército) já inclui a admissão de candidatas no Corpo de Marinheiros e no Corpo de Fuzileiros Navais (BARRETO, 2018). De 2014 a 2017, a Escola Naval admitiu mulheres apenas para a especialidade de intendência, assim como hoje no Exército a entrada é permitida somente para as especialidades logísticas, no caso, Material Bélico e Intendência. No entanto essa especialidade também não é tão antiga para as mulheres. A primeira turma de intendentes se formou em 2017. As tarefas do Quartel General da

Marinha consistem em logística de suprimento e transporte, supervisão e implementação orçamentária, gerenciamento de propriedade, controles internos e administração do sistema de pagamento para aqueles que servem na Força (BARRETO, 2018).

No seu efetivo atual, a Marinha do Brasil possui 8124 mulheres, sendo 3706 oficiais e 4418 praças. Em alguns campos, as mulheres são a maioria, representando 77% dos médicos assistentes, 65% dos cirurgiões-dentistas e 54% dos médicos. Somente uma mulher ocupa hoje funções de comando como Almirante (MD, 2016).

3.2.3 AS MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES

A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi a primeira corporação Policial Militar que permitiu a inclusão de mulheres em seus quadros, em 1955, com a criação do Corpo de Policiamento Especial Feminino, pelo Governador Jânio da Silva Quadros. Nesta ocasião, treze mulheres que ficaram conhecidas como as “treze mais corajosas”, através de um processo seletivo foram aprovadas e ingressaram em seus quadros, (LOIOLA, 2009).

Em 1977, a Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) foi a segunda Corporação Policial brasileira a permitir o ingresso de mulheres. Foram incluídas na PMPR, 42 candidatas femininas aprovadas no concurso, que iniciaram o Curso de Formação Policial, em São José dos Pinhais, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), na Academia de Polícia do Guatupê, naquele Estado. A partir dos anos 80, as demais Polícias Militares brasileiras abriram suas portas de vez para a inclusão de mulheres em seus quadros combatentes, destinados a execução das atividades de policiamento ostensivo na segurança pública. (LOIOLA, 2009).

Quando tratamos do ingresso das mulheres em polícias de outras nações ao redor do globo, os Estados Unidos da América (EUA), tem o pioneirismo com a entrada das primeiras mulheres nas polícias no meio do século XIX, assumindo o poder de polícia em torno de 1910. Na maior parte do século XX, as mulheres atingiram 1% do efetivo de pessoal das polícias e ainda em 1972 esse percentual

chegava a 2%. Em 1997, havia chegado apenas a 12% do efetivo das corporações policiais (CALAZANS, 2004).

A importância das mulheres na polícia é bastante significativa, principalmente quando relacionadas a atividades de abordagem policial de mulheres, nas atividades de inteligência, onde existe um significativo aumento dos dados colhidos, e em outras atividades que não utilizam a força, mas é necessário um estudo cognitivo da situação. Apesar disso, alguns aspectos devem sempre ser objeto de observação, como a relação entre os militares homens com as mulheres e vice-versa, bem como o cuidado na isonomia de funções, mantendo ambos os sexos empregados em todos os tipos de missões policiais (CALAZANS, 2004)

3.3 O PROJETO DE INSERÇÃO DO SEXO FEMININO NA LINHA MILITAR DE ENSINO BÉLICO

Após a ordem por meio de legislação específica da inserção feminina nos cursos de formação combatentes das Forças Armadas foi necessário um criterioso e detalhado planejamento pelo Estado-Maior do Exército (EME). Este ingresso constitui um importante processo, não só para o Exército Brasileiro, mas como para toda a sociedade brasileira, ao passo que define novos papéis para as mulheres no desenvolvimento nacional. Neste contexto, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) foi incumbido de implementar o Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB). Para isso foi necessário propor inicialmente uma nova estrutura de cargos necessários nos EE. O planejamento seguiu da elaboração, aprovação e publicação dos editais dos concursos de admissão, o levantamento (em coordenação com os demais Órgãos de Direção Setorial (ODS)) do montante de recursos necessários para a execução do projeto, da preparação dos corpos docentes das escolas de formação para gerir a diversidade de gêneros, bem como da manutenção dos padrões mínimos de desempenho, inclusive de aptidão física (CCOMSEX, 2017).

A frente dos estudos sobre o apoio social adicional aos cadetes casados ou arrimos de família, prevendo os impactos no Fundo de Saúde do Exército (FUSEX) ficou o Departamento Geral de Pessoal (DGP). O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) teve como principal missão no projeto o planejamento e a

execução, junto ao DECEX, da adaptação das instalações dos EE e Organizações Militares (OM) que receberam os contingentes femininos durante sua formação. O Comando Logístico (COLOG) verificou as providências para prover itens específicos, principalmente no que tange a aquisição e distribuição do fardamento específico feminino. E ao Comando de Operações Terrestres (COTER) e aos Comandos Militares de Área coube a cooperação para que todos os objetivos propostos fossem atingidos em suas organizações militares (CCOMSEx, 2017).

Além das medidas iniciais de planejamento uma série de medidas foi necessária para o sucesso do PISFLEMB, entre eles o esclarecimento ao público interno por meio da divulgação do projeto visando um novo ambiente organizacional, o plano dos recursos orçamentários necessários ao projeto, a seleção e classificação das instrutoras e monitoras nos EE, a fim de atender as necessidades do corpo do docente, a preparação dos instrutores para o trato com as cadetes, a confecção do exame de aptidão física inicial, dos programas de treinamento e das provas físicas observando a peculiaridades e a proporcionalidade entre homens e mulheres, a adequação das normas escolares, buscando estabelecer tratamento igualitário para ambos os sexos, e a busca pelo comprometimento de forma plena dos envolvidos no processo de formação (CCOMSEx, 2017).

Nas Forças Armadas o plano de carreira dos militares é baseado em promoções por tempo de serviço ou mérito. Dessa forma, com o PISFLEMB, espera-se que em 30 anos as alunas serão as primeiras oficiais combatentes no posto de coronel. No concurso de admissão do grupo foco de nossa pesquisa verificou-se uma grande procura do segmento feminino. Na tabela abaixo são apresentados os números do concurso da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro (CCOMSEx, 2017).

Tabela 2: Concurso de admissão da primeira turma mista de oficiais combatentes do EB

Vagas		Inscritos		Relação candidato/vaga	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
400	40	22055	7706	55,14	192,65

Fonte: CCOMSEx, 2017.

Com os números apresentados na tabela acima, este concurso se tornou o mais concorrido da história da EsPCEEx. Como forma comparativa, houve neste concurso um aumento de 68% nas inscrições em comparação com o concurso do ano anterior, 2015, quando o sexo feminino não tinha vagas.

O PISFLEMB proporcionou o ingresso da mulher na linha bélica, inovando dessa forma a participação na atividade-fim da Força Terrestre. Sua atuação, será neste primeiro momento, restrito as especialidades logísticas, mas espera-se que essas mulheres sigam o perfil diferenciado que se espera dos profissionais combatentes. Essa diferenciação é o que permite que já nos primeiros postos e graduações da carreira, esses militares travem contato com as manobras em campanha, convivendo permanentemente com os riscos inerentes à profissão militar, e sem que haja a partir de agora qualquer distinção de gênero. Além disso, a exigência da disponibilidade permanente, a mobilidade geográfica e a preocupação com o vigor físico, de forma semelhante aos militares do sexo masculino, deverão ser da mesma forma uma constante (CCOMSEEx, 2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados aqui, além de uma descrição a respeito da elaboração dos questionários, a análise estatística descritiva tanto da amostra como dos resultados encontrados. Na apresentação dos resultados dos dados propriamente dito, serão divididos em duas partes, sendo cada parte para uma coleta, sendo a primeira as notas das avaliações que foram colhidas através dos bancos de dados da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, e a segunda as respostas colhidas através da aplicação dos questionários.

4.1 ELABORAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A elaboração dos questionários foi realizada a partir dos parâmetros verificados necessários para auxiliar na resolução do problema. A partir daí foram retiradas as perguntas que não tinham ligação direta com problema ou com as questões de estudo. As perguntas onde houve dúvida sobre sua retirada foram mantidas, com o intuito de não perder possíveis dados relevantes.

O segundo passo foi a verificação de todo o instrumento por peritos. Estes verificaram, além da importância e necessidade de cada pergunta, a semântica, ortografia e gramática de cada questão.

O último passo foi a aplicação do piloto do questionário em uma amostra de conveniência. Essa amostra foi composta por 6 alunos da Escola de Sargentos de Logística (3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) e 2 instrutores que preencheram os questionários com a finalidade de verificar o entendimento de cada questão. Este entendimento foi verificado através de perguntas diretas aos respondentes. Dessa forma, validade de face, grau em que um instrumento mede o que foi projetado a medir, foi realizada seguindo os parâmetros gerais desse tipo de validação que é determinada por meio de especialistas que consideram se o instrumento mede o que foi projetado para medir e uma amostra de respondentes que dirão se o instrumento mede o que projetado para medir (VIEIRA, 2009).

O questionário final, o qual foi utilizado no trabalho de campo de nossa pesquisa, encontra-se no APÊNDICE B dessa dissertação.

4.2 ANÁLISE ESTÁTISTICA DESCRITIVA DOS RESULTADOS

Aqui serão apresentados a análise descritiva dos resultados encontrados por meio das duas coletas de dados realizadas. Em um primeiro momento serão apresentados os resultados advindos da coleta de dados realizados por meio dos graus na EsPCEEx, com a participação da Seção Técnica de Ensino daquele EE. Em um segundo momento serão então verificados os resultados encontrados por meio da aplicação de questionários nos cadetes do sexo masculino e feminino da primeira turma de oficiais combatentes mista do Exército Brasileiro, bem como os instrutores que participaram diretamente do primeiro ano da formação dessa turma.

Todos os resultados aqui apresentados serão discutidos e apreciados no próximo capítulo deste trabalho.

4.2.1 COLETA DE DADOS POR MEIO DOS GRAUS NA ESPCEX

A coleta de dados na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, foi realizada por meio da Seção Técnica de Ensino daquele Estabelecimento de Ensino (EE). Teve como objetivo principal, realizar a comparação das médias de desempenho escolar do sexo masculino e feminino, bem como servir de subsídios na confirmação dos resultados obtidos com os dados advindos da aplicação dos questionários.

Os dados dessa etapa podem ser divididos em quatro itens gerais: disciplinas da Divisão de Ensino (Div Ens), disciplinas militares, testes físicos e competências atitudinais.

As disciplinas da Div Ens englobam as disciplinas curriculares do primeiro ano de formação do oficial combatente do EB ministradas pela Divisão de Ensino. Totalizando sete disciplinas, fazem parte deste item as disciplinas Língua Portuguesa I, Língua Inglesa I, Língua Espanhola I, História, Física Aplicada, Química Aplicada I e Cálculo.

As disciplinas militares são compostas pelas disciplinas curriculares de responsabilidade do corpo de cadetes, ou seja, ministradas pelos instrutores. Apesar de as disciplinas da Div Ens serem relacionadas com a atividade militar, as disciplinas militares são as que realmente tem o caráter de formação militar dos

futuros oficiais. Inclui as seguintes disciplinas no primeiro ano: Introdução das Técnicas Militares, Cibernética I, Técnicas Militares I e Técnicas Militares II.

O item testes físicos é composto pelos testes físicos, aplicados através dos testes de aptidão física (TAF). É composto pelas disciplinas Treinamento Físico Militar I (composto pelas provas de natação e aquáticas), Treinamento Físico Militar II (composto pelas provas neuromusculares) e Treinamento Físico Militar III (composto pelas provas de corrida).

Os dados numéricos das médias dos rendimentos do sexo masculino e feminino nas disciplinas avaliadas no primeiro ano de formação da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro, feito por meio dos graus apresentados pelos alunos, bem como a mediana, máxima e mínima é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Média, Mediana, Máxima e Mínima dos graus das disciplinas por sexo

Disciplina	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Média	Mediana	Máxima	Mínima
Língua Portuguesa I	8,27	8,17	9,68	6,63	7,17	7,2	9,25	0
Língua Inglesa I	9,23	9,46	9,93	7,19	8,37	8,51	10	0
Língua Espanhola I	8,57	8,64	9,92	7,13	7,63	7,7	9,51	2,78
História	8,67	8,93	9,97	6,55	8	8,1	9,86	2
Física Aplicada	8,63	8,8	9,82	4,35	8,08	8,28	10	0,9
Química Aplicada I	8,1	8,25	9,23	5,71	7,65	7,81	9,39	2,44
Cálculo	7,66	7,98	9,79	1,71	7,2	7,32	9,9	1
Cibernética I	7,34	7,4	8,64	4,78	7,27	7,26	9,57	2,33
Introdução das Técnicas Militares	7,09	7,61	8,53	2,63	6,91	7,01	9,22	3,16
Técnicas Militares I	8,65	8,7	9,51	6,92	8,63	8,73	9,68	5,1
Técnicas Militares II	8,45	8,64	9,21	7,3	8,04	8,08	9,74	1,36
TFM I	7,6	7,5	10	2,5	8,34	8,75	10	2,5
TFM II	8,15	9,5	10	1	9,21	10	10	2,5
TFM III	5,56	5,5	9,75	0,5	8,05	8,25	10	0
Competência Atitudinal	8,39	8,42	9,53	6,13	8,09	8,17	9,63	4,17

Fonte: STE EsPCEx.

Todos as médias, medianas, máximas e mínimas apresentadas na tabela 2 foram confeccionadas a partir de todos os graus obtidos por cada sexo, não havendo qualquer exclusão. Além disso, vale salientar que as notas utilizadas para

compor a estatística apresentada na tabela foram retiradas da primeira avaliação, não entrando em sua composição notas retiradas em recuperação, conselhos ou qualquer outro procedimento que propiciasse a realização de uma segunda avaliação.

4.2.2 COLETA DE DADOS POR MEIO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A coleta de dados dessa etapa foi realizada com a utilização dos questionários, elaborados e validados com a finalidade de serem aplicados a três grupos distintos: Instrutores do primeiro ano de formação da primeira turma mista de oficiais combatentes do Exército Brasileiro, Cadetes do sexo masculino da primeira turma mista de oficiais combatentes e Cadetes do sexo feminino da primeira turma mista de oficiais combatentes.

Apresentaremos a partir de agora os resultados encontrados em cada item do questionário de forma a verificar o cenário inicial na formação desses oficiais, de forma a subsidiar a discussão do problema apresentado no trabalho.

O primeiro item verificou um aspecto relacionado ao concurso de admissão para oficial combatente do Exército Brasileiro. Foi verificada a opinião de cada um dos grupos em relação ao número de vagas disponibilizadas para o sexo feminino de forma a verificar a visão de cada um dos grupos em relação ao tema. As respostas oferecidas foram: “O sexo feminino deveria ter menos vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente”; “O sexo feminino deveria ter mais vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente”; “O sexo feminino deveria ter o mesmo número de vagas que o sexo masculino”; e “Não deveriam haver vagas pré-definidas para os sexos masculino e feminino”. Além das opções apresentadas, foi dada a oportunidade de citar outra resposta, sendo que um grande percentual de respondentes optou pela resposta “Devem ser mantidas as vagas atuais” que foi acrescentada nos resultados. A Tabela 4 apresenta as proporções encontradas a respeito da opinião dos instrutores e cadetes do sexo masculino e feminino com relação ao número de vagas para cada sexo no concurso de admissão.

Tabela 4: Proporção de vagas no concurso de admissão.

Em relação ao número de vagas disponibilizadas para o sexo feminino você acredita que:	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
O sexo feminino deveria ter menos vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente.	0	0%	91	27%	0	0%
O sexo feminino deveria ter mais vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente.	4	27%	122	37%	11	41%
O sexo feminino deveria ter o mesmo número de vagas que o sexo masculino.	1	7%	26	8%	3	11%
Não deveriam haver vagas pré-definidas para os sexos masculino e feminino.	5	33%	33	10%	13	48%
Devem ser mantidas as vagas atuais	5	33%	62	19%	0	0%

O item seguinte teve como objetivo verificar os aspectos de percepção própria e sobre os outros grupos em relação em relação a atitudes no tratamento com outro indivíduo de acordo com o sexo. A Tabela 5 apresenta por meio dos valores absolutos e a porcentagem a opinião dos respondentes de cada grupo em relação ao tema. O objetivo é apresentar a percepção em relação ao tratamento dispensado por cada grupo, verificando se no entender de cada indivíduo, os grupos de instrutores e de cadetes do sexo masculino e feminino procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino ou do sexo masculino em situações de pressão.

Tabela 5: Opinião a respeito de cada grupo envolvido no processo de formação.

Conforme suas observações, os CADETES DO SEXO MASCULINO agem de que forma com relação aos outros cadetes em situações de pressão?	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.	3	20%	66	20%	13	48%
Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.	1	7%	74	22%	2	7%
Tratam as cadetes do sexo feminino de forma semelhante aos do sexo masculino.	11	73%	194	58%	12	44%
Conforme suas observações, as CADETES DO SEXO FEMININO agem de que forma com relação aos outros cadetes em situações de pressão?	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.	1	7%	6	2%	0	0%
Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.	2	13%	190	57%	7	26%
Tratam as cadetes do sexo feminino de forma semelhante aos do sexo masculino.	12	80%	138	41%	20	74%
Conforme suas observações, os INSTRUTORES agem de que forma com relação aos cadetes em situações de pressão?	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.	0	0%	3	1%	4	15%
Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.	0	0%	227	68%	2	7%
Tratam as cadetes do sexo feminino de forma semelhante aos do sexo masculino.	15	100%	104	31%	21	78%

Já a Tabela 6 apresenta de forma completa a opinião de cada grupo em relação ao padrão de desempenho em algumas ações gerais observáveis, sendo elas os estudos e avaliações, o cumprimento de missões diversas, o serviço, o tiro, o treinamento físico militar, os exercícios no terreno, o comportamento e a dedicação e comprometimento. Em cada um dos aspectos foi verificado a visão em relação a cada ação comparando o rendimento masculino e feminino.

Tabela 6.1: Opinião de cada grupo, de acordo com suas observações gerais dos cadetes, a respeito do desempenho de cada sexo em oito ações gerais: Estudos e avaliações, Cumprimento de missões diversas, Serviço, Tiro, Treinamento físico militar, Exercício no terreno, Comportamento e Dedicção e comprometimento.

ESTUDOS E AVALIAÇÕES	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	13	87%	247	74%	18	67%
Desempenho melhor do sexo masculino	0	0%	29	9%	0	0%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	1	7%	57	17%	9	33%
Não observado	1	7%	1	0%	0	0%
CUMPRIMENTO DE MISSÕES DIVERSAS	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	8	53%	13	4%	8	30%
Desempenho melhor do sexo masculino	0	0%	209	63%	0	0%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	7	47%	106	32%	19	70%
Não observado	0	0%	6	2%	0	0%
SERVIÇO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	4	27%	12	4%	3	11%
Desempenho melhor do sexo masculino	4	27%	285	85%	2	7%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	6	40%	27	8%	20	74%
Não observado	1	7%	10	3%	2	7%
TIRO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	2	13%	7	2%	0	0%
Desempenho melhor do sexo masculino	5	33%	235	70%	6	22%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	2	13%	65	19%	19	70%
Não observado	6	40%	27	8%	2	7%
TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	1	7%	5	1%	0	0%
Desempenho melhor do sexo masculino	13	87%	317	95%	17	63%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	0	0%	10	3%	10	37%
Não observado	1	7%	2	1%	0	0%
EXERCÍCIO NO TERRENO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	2	13%	6	2%	2	7%
Desempenho melhor do sexo masculino	5	33%	307	92%	5	19%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	8	53%	16	5%	20	74%
Não observado	0	0%	5	1%	0	0%

Tabela 6.2: Opinião de cada grupo, de acordo com suas observações gerais dos cadetes, a respeito do desempenho de cada sexo em oito ações gerais: Estudos e avaliações, Cumprimento de missões diversas, Serviço, Tiro, Treinamento físico militar, Exercício no terreno, Comportamento e Dedicção e comprometimento.

COMPORTAMENTO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	9	60%	91	27%	7	26%
Desempenho melhor do sexo masculino	0	0%	98	29%	0	0%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	6	40%	131	39%	20	74%
Não observado	0	0%	14	4%	0	0%
DEDICAÇÃO E COMPROMETIMENTO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	9	60%	69	21%	13	48%
Desempenho melhor do sexo masculino	0	0%	102	31%	0	0%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	5	33%	153	46%	14	52%
Não observado	1	7%	10	3%	0	0%

A Tabela 7 retrata um assunto bastante discutido âmbito Exército Brasileiro, mas que ainda cabem estudos para que se alcance a melhor equação de forma a atingir índices que coloquem de forma justa e mais isonômica os testes físicos. O reflexo que os índices exigidos atualmente têm nos envolvidos na formação da primeira turma feminina combatente, podem ser uma forma de verificar a adaptação das mulheres no meio até então predominantemente masculino. Vale destacar na tabela em questão a percentual considerável que considera justa os índices atuais aplicados na formação.

Tabela 7: Opinião de cada grupo a respeito dos índices exigidos nos testes físicos (Testes de Aptidão Física – TAF).

Qual sua opinião sobre os índices das performances físicas (Testes de aptidão física) do sexo masculino e feminino combatente?	Instrutores		Masculino		Feminino	
Estão justos da forma que estão devido a fisiologia diferente entre homens e mulheres	7	47%	127	38%	19	70%
Devem ser diferentes, porém devem ser revisados pois da forma que está pode prejudicar o sexo masculino.	5	33%	132	40%	0	0%
Devem ser diferentes, porém devem ser revisados pois da forma que está podem prejudicar o sexo feminino.	1	7%	10	3%	7	26%
Deveriam ser iguais, pois no combate as exigências físicas serão as mesmas independente do sexo.	2	13%	65	19%	1	4%

O item seguinte foi feito com a finalidade de verificar a opinião de cada grupo em relação ao acesso das mulheres nas outras especialidades, além das logísticas que serão em breve ocupadas. As especialidades são Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. A Tabela 8 apresenta os resultados encontrados da opinião de cada grupo através de valores absolutos e percentuais de indivíduos que acreditam que determinada especialidade deve permitir o acesso do sexo feminino. Nessa questão, se apresentam de forma relevante as possibilidades do sexo feminino nas especialidades Comunicações e Artilharia.

Tabela 8: Opinião de cada grupo a respeito da abertura de outras especialidades para o sexo feminino.

Na sua opinião, quais outras especialidades deveriam ser abertas para a escolha do sexo feminino? (Marque uma ou mais opções)	Instrutores		Masculino		Feminino	
Infantaria	9	60%	40	12%	16	59%
Cavalaria	9	60%	44	13%	20	74%
Artilharia	10	67%	106	32%	25	93%
Engenharia	9	60%	41	12%	16	59%
Comunicações	14	93%	260	78%	27	100%
Nenhuma	1	7%	65	19%	0	0%

No próximo item foi verificado em um panorama geral a opinião de cada indivíduo sobre a qualidade dos serviços combatentes a serem prestados pelas mulheres em relação ao que é entregue atualmente pelos militares combatentes do sexo masculino. Os resultados absolutos e percentuais são apresentados na Tabela 9, que apresenta a opinião de cada grupo a respeito das funções combatentes pelas mulheres após a formação comparadas com o desempenho atual dos homens. Vale destaque a diferença de opinião dos cadetes do sexo feminino em relação aos instrutores e cadetes do sexo feminino, o que será discutido oportunamente.

Tabela 9: Opinião de cada grupo a respeito do desempenho das funções combatentes pelas mulheres após a formação comparadas com o desempenho atual dos homens.

Acompanhando o início da formação das futuras oficiais combatentes do sexo feminino, você acredita que elas possuem condições de desempenhar as funções do oficial combatente nas mesmas condições que os homens?	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Sim	12	80%	90	27%	27
Não	0	0%	124	37%	0	0%
Talvez	3	20%	120	36%	0	0%

Este item teve como objetivo verificar a opinião de cada respondente a respeito dos cursos e estágios que são disponibilizados aos oficiais combatentes do Exército. A resposta era dada informando se todos os cursos deveriam ou não ser disponibilizados às mulheres, sendo que em caso de resposta negativa, informando também quais os cursos deveriam ser retirados das possibilidades das novas combatentes do sexo feminino. A Tabela 10 apresenta os resultados encontrados que serão discutidos no próximo capítulo.

Tabela 10: Opinião de cada grupo a respeito dos cursos e estágios que devem ser disponibilizados para as mulheres.

Após a formação, diversas qualificações são oferecidas aos militares através de cursos de especialização e estágios. Na sua opinião o Exército deve disponibilizar todos os cursos e estágios disponíveis para o sexo feminino?	Instrutores		Masculino		Feminino	
	Sim	15	100%	184	55%	26
Não	0	0%	150	45%	1	4%

A Tabela 11 apresenta os resultados no último item do questionário aplicado. Ela procura buscar a opinião dos respondentes dos grupos analisados com relação ao futuro das oficiais mulheres nos corpos de tropa. Obviamente essa resposta só poderia ser apresentada com base no que foi visto por cada um deles até o presente momento em relação as cadetes que agora ainda estão em formação. Aspectos como a experiência dos instrutores nos corpos de tropa serão levados em consideração na discussão desse item.

Tabela 11: Opinião de cada grupo a respeito dos problemas que poderão ser encontrados na tropa pelas novas oficiais combatentes.

Na sua opinião quais dos problemas abaixo podem ser encontrados na tropa, pelas novas oficiais combatentes? (Marque uma ou mais respostas).	Instrutores		Masculino		Feminino	
Não acredito que sofrerão qualquer tipo de problema	4	27%	22	7%	3	11%
Indisciplina de subordinados	7	47%	191	57%	14	52%
Sofrer assédio moral do segmento masculino	9	60%	253	76%	26	96%
Dificuldades com relação às instalações	6	40%	24	7%	18	67%
Exclusão de determinados tipos de missões operacionais	5	33%	73	22%	11	41%
Distinção somente pelo fato de serem mulheres	8	53%	62	19%	13	48%

Os resultados apresentados neste capítulo serão fonte primária, juntamente com a bibliografia pesquisada e os relatórios da experiência feminina em outras Forças e nações. Outro aspecto importante ainda não apresentado aqui, são as respostas abertas e justificativas relacionadas a cada item do questionário. Conforme apresentado no APÊNDICE B deste, cada item juntamente com a questão de múltipla escolha, onde eram apresentadas possibilidades de respostas, existia um espaço para justificar ou complementar essa resposta. Este espaço foi bastante utilizado pelos respondentes e parte de suas respostas serão utilizadas na discussão.

4.3 DISCUSSÃO

O PISFLEMB deu início no Exército Brasileiro a um importante marco na história da Força Terrestre. Ele marca o início do projeto que permitiu a entrada do sexo feminino na linha militar bélica, ou seja, na área combatente do EB. As consequências dessa implantação e seus resultados são de significativa importância para o prosseguimento do projeto de forma a manter a excelência no que tange o ensino e a formação dos oficiais combatentes, bem como na preparação para que essas mulheres possam desempenhar da melhor maneira suas funções nos corpos de tropa.

Dessa forma, teve início nossa pesquisa no sentido de verificar a adaptação do sexo feminino na área combatente, iniciando com ela a verificação por intermédio do primeiro ano da primeira turma mista de oficiais combatentes. Cabe destacar que esse é um primeiro passo no acompanhamento do processo de inserção, sendo importante o prosseguimento das pesquisas, de forma a verificar a evolução da adaptação feminina tanto na formação como após a declaração das primeiras Aspirantes a Oficial formadas na Academia Militar das Agulhas Negras.

Assim, nossa análise inicia por meio do concurso de admissão. Alguns países como a Bolívia proporcionam às mulheres 50% das vagas, de forma que os cargos passem de militar para militar. No entanto, essa experiência colocada em prática não tem dado certo, visto que ao final de todo o processo somente 20% das mulheres conseguem parar por lá (ADIERBO, 2012). Na Espanha a situação imposta pelo governo de inserção do sexo feminino, assim como no Brasil, não foi feita de forma gradual, o que acabou trazendo alguns problemas de aceitação e de divisão de funções, principalmente as de combate, principalmente devido ao paternalismo existente entre os homens para com as mulheres (ADIDEFEX, 2011). Nos Estados Unidos a inclusão total das mulheres em qualquer especialidade existente na Força, bem como em qualquer cargo, ficou completa por meio de uma portaria ministerial feita no final de 2015, que teve seu processo iniciado em 2016 (USARMY, 2015). Isso fez dos Estados Unidos um país único no globo naquele ano, onde não existem diferenciações de vagas seja para homens ou para mulheres nas Forças Armadas. Além disso, não existem qualquer tipo de restrições à incorporação de mulheres nas Forças Armadas, inclusive para operações em combate (OTAN, 2015). Obviamente

este processo demorou algumas décadas para ser finalmente sedimentado, e mesmo assim o país ainda apresenta alguns problemas recorrentes como um pequeno sistema de cotas que prevê uma entrada de no mínimo 15% nos concursos para o sexo feminino, como uma forma de manter perene a entrada das mulheres nas Forças (AMUSMA, 2012), bem como alguns problemas de assédio, que são amplamente inibidos e fiscalizados por meio de órgãos específicos dentro das Forças Armadas dos Estados Unidos (OTAN, 2015).

No Brasil, o processo lento e gradativo que está sendo implantado parece, observando o histórico de outros países que tiveram a introdução do sexo feminino na área combatente, a melhor forma de inserção das mulheres nas Forças Armadas. Essa afirmação é amparada pela forte cultura maternal existente em todo o globo e os fatores sexuais e fisiológicos que causam impacto em qualquer meio de trabalho, principalmente no militar combatente, onde o desgaste físico e mental torna a área extremamente sensível. Dessa forma, apesar da importância da promoção feminina a todas as áreas militares, é importante que todo o processo seja feito gradualmente e acompanhado de forma sistêmica por meio de pesquisas e dados estatísticos que possam sedimentar o processo evitando problemas já observados em outras nações. A grande procura inicial feminina, o que promoveu uma relação candidato por vaga maior que a masculina, deve ser acompanhada nos próximos anos, verificando a necessidade ou não de mudanças na distribuição do quantitativo de vagas para cada sexo. A quantidade de vagas para cada sexo de forma a obter no primeiro concurso misto a mesma proporção candidato por vaga para ambos os sexos é apresentada na Tabela 12:

Tabela 12: Quantidade de vagas para se obter a mesma proporção candidato por vaga no primeiro concurso de admissão da primeira turma mista de oficiais combatentes do EB

Inscritos			Total de vagas			Proporção de vagas para se obter a mesma proporção candidato/vaga	
Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masculino	Feminino
22055	7706	29761	400	40	440	326	114

Fonte: CCOMSEx, 2017.

Ainda sobre as vagas disponibilizadas no concurso de admissão é possível observar que existe uma grande divergência de opiniões em relação ao número de

vagas a serem disponibilizadas ao sexo feminino. É importante ressaltar que somente os respondentes cadetes do sexo masculino optaram pela alternativa de diminuir a quantidade de vagas para as mulheres. Assim, é plausível notar um certo protecionismo em relação a manutenção de vagas para os homens. No entanto, é possível observar que uma grande parcela em todos os grupos acredita que as mulheres deveriam ter mais vagas disponíveis. Dessa forma, é admissível ressaltar por meio de nossos resultados e do que vem ocorrendo no mundo que existe uma tendência em aumentar essa participação feminina. Isso feito de forma gradativa poderá ser a chave do sucesso para que possamos estar alinhados com o momento atual do mundo.

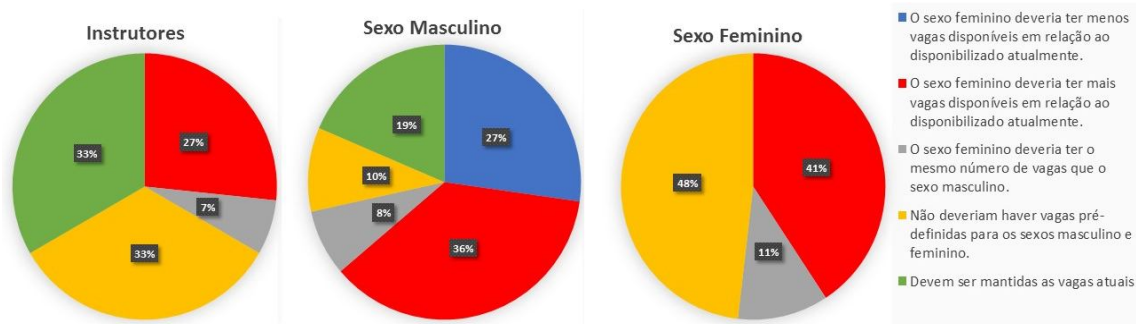


Gráfico 6: Opinião a respeito da proporção de vagas no concurso de admissão.

Obviamente, o aumento gradativo citado no último parágrafo tem relação direta com as especialidades disponíveis para as mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), já que para que um aumento ocorra é necessário que as mulheres possam ocupar as demais especialidades oferecidas pelo curso de formação de oficiais combatentes, sendo elas Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações.

Em outros países como Estados Unidos (US ARMY, 2015), Israel (IDF, 2011), Dinamarca (FORSVARET, 2018), Argentina (ADIDA, 2013), entre outros diversos países do globo que nos últimos anos vem seguindo as recomendações das Organizações das Nações Unidas, tem permitido a inserção feminina em todas as especialidades de suas Forças Armadas. No entanto alguns relatos nos trazem problemas quando as mulheres precisam ser colocadas diretamente na frente de combate como ocorre em especialidades como Infantaria e Cavalaria. Por terem uma exigência maior durante o combate alguns relatos ocorrem com relação ao

desempenho nas mulheres em situação de grande estresse físico e emocional (OTAN, 2015; ADIDEX, 2011). Apesar disso, diversas outras experiências têm obtido bastante sucesso com as mulheres no combate em todas as esferas (OTAN, 2015; AMUSMA, 2012).

No Brasil a entrada segue restrita às especialidades logísticas: Material Bélico e Intendência. O Gráfico 7 nos apresenta a opinião dos grupos que participaram de nossa pesquisa em relação a participação das mulheres nas demais especialidades. Por meio dela, é possível verificar que todos os grupos concordam em sua grande maioria com a inserção das mulheres na especialidade de Comunicações. Provavelmente o fato de ser uma especialidade bastante técnica tenha levado a este resultado. As demais especialidades tiveram resultados onde os cadetes homens acabam não concordando com a entrada das mulheres, enquanto os instrutores e cadetes mulheres tem uma proporção dividida em relação a entrada nas especialidades de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Comunicações. Vale ressaltar nessa última análise o grande percentual de cadetes do sexo feminino acreditando ser a especialidade artilharia uma opção para as mulheres. Dessa forma, podemos notar que mesmo as mulheres, que buscam por espaços em todos os setores da sociedade, se apresentam divididas na opinião em relação à entrada das mulheres nas especialidades Infantaria, Cavalaria e Engenharia. Um dos motivos aparentes para essa opinião talvez seja uma grande presença do componente físico na atuação nessas especialidades, principalmente nos primeiros postos, após a formação do oficial combatente e durante o próprio curso de formação.

Tanto alguns cadetes do sexo masculino como algumas do sexo feminino justificaram suas opiniões com relação a concordarem com entrada das mulheres em todas as especialidades combatentes. “Há mulheres que tem condições de enfrentar qualquer arma base” (F16). “Acho que poderiam escolher o que quiserem, desde que as exigências sejam as mesmas” (M35). “Se a cadete tiver potencial para tal arma, ela merece ir. Não se pode restringir uma arma por parecer que a maioria não conseguiria se adaptar” (M204). Entre os instrutores também ocorreram discursos similares. “As mulheres são capazes de entrar em qualquer arma, porém deverão estar dispostas a cumprir todos os requisitos exigidos” (I5). “Deve haver igualdade de requisitos. Quem atender os requisitos deverá ter o direito de escolher” (I7). “Pelo rendimento apresentado até o momento elas poderiam atuar em qualquer

área” (I3). No entanto, alguns cadetes do segmento masculino destacaram alguns motivos pelos quais não concordam que as mulheres ocupem determinadas especialidades. “As atividades das outras especialidades têm uma exigência física que a maioria das mulheres pode não aguentar” (M108). “Pelos diferenças fisiológicas e os resultados esperados dentro de cada arma, quadro ou serviço, o segmento feminino não se encaixaria hoje, fora das já disponibilizadas e Comunicações, que são mais técnicas” (M276).

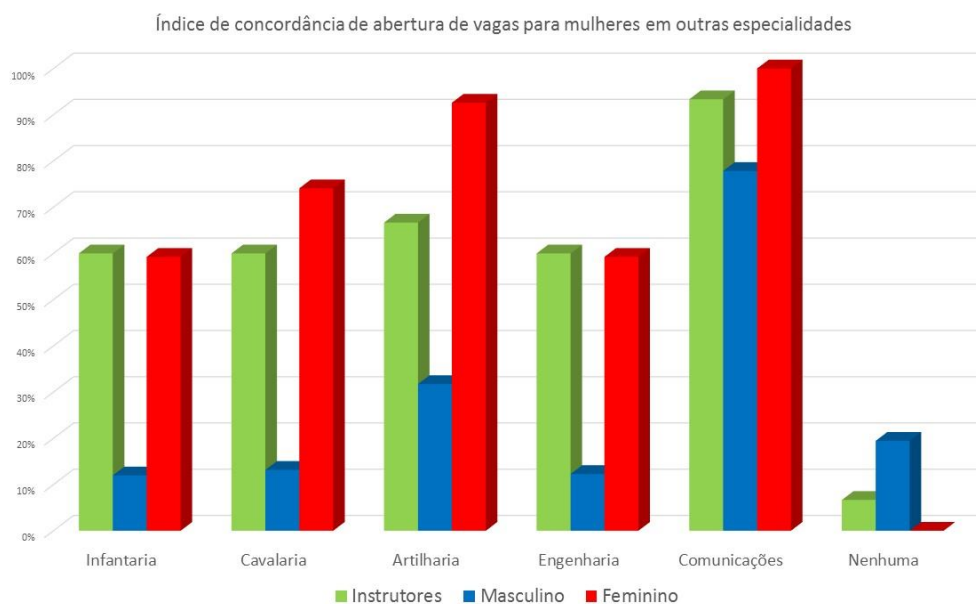


Gráfico 7: Índice de concordância entre os grupos de instrutores, cadetes do sexo feminino e cadetes do sexo masculino em relação à abertura de vagas para as mulheres em outras especialidades.

Um ponto importante a ser observado é que todas as observações sobre as mulheres não conseguirem exercer as atividades da Infantaria e da Cavalaria, colocando a particularidade fisiológica e física em debate foram os cadetes do sexo masculino, que tem uma convivência direta e permanente com as cadetes do segmento feminino, porém ainda não vivenciaram as experiências das especialidades e tampouco dos corpos de tropa, sendo essa informação relevante na discussão a respeito desse tema.

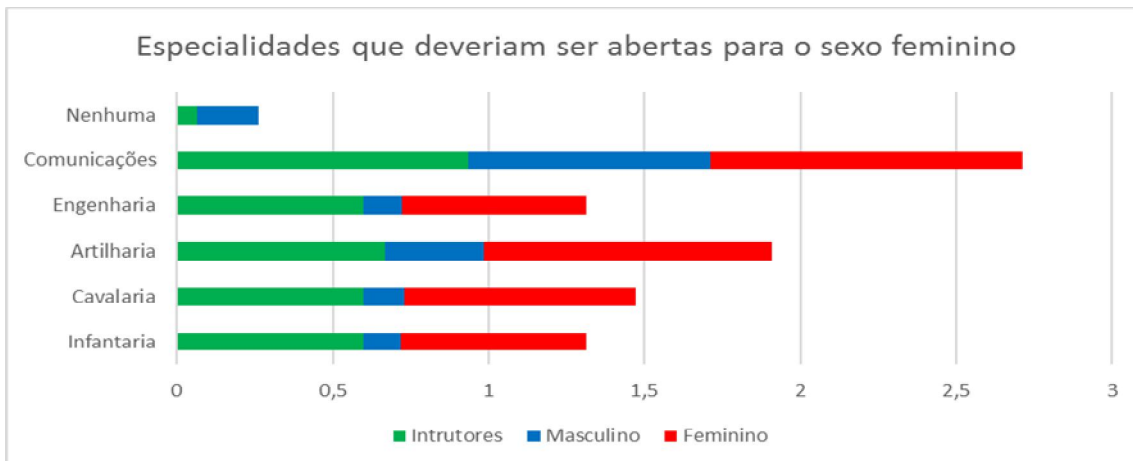


Gráfico 8: Somatório dos percentuais de concordância dos grupos em relação à abertura de vagas para as mulheres em outras especialidades.

As diferenças na parte técnica, nos estudos e no treinamento físico podem ser percebidas quando observamos a média das notas em cada uma das disciplinas ministradas durante o primeiro ano de formação. Essas médias são representadas em forma de figura no Gráfico 9. Nela podemos verificar que o rendimento médio das mulheres foi melhor que o dos homens em todas as disciplinas com avaliações escritas. No entanto, este rendimento foi menor em todas as provas físicas verificadas.

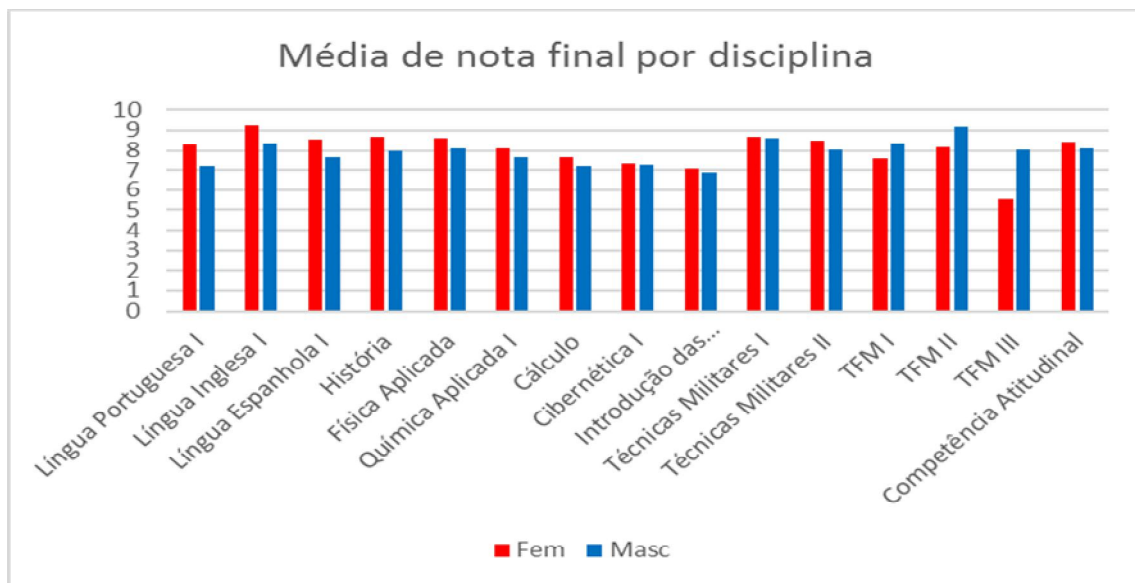


Gráfico 9: Média de nota final em cada disciplina por sexo

Fonte: STE EsPCEx.

O resultado das provas físicas é uma discussão bastante interessante, e que já vem sendo realizada através do Instituto de Capacitação Física do Exército, que é quem propôs os testes atualmente realizados bem como analisará a necessidade de realizar qualquer mudança nos testes após a verificação desses primeiros anos de formação.

No âmbito dos grupos analisados a opinião em relação aos testes apresenta algumas vertentes diferentes. Mesmo assim é possível verificar um forte índice em todos os grupos que considera que os testes físicos estão justos da forma que estão devido a fisiologia diferente entre homens e mulheres. Isso mostra, que apesar de controverso, os testes têm apresentado uma grande aceitação dos públicos envolvidos. Nas justificativas pode-se encontrar comentários como “As diferenças físicas e fisiológicas se diferem, fazendo necessária a diferenciação do TAF, com base em estudo coordenado por militares altamente capacitados” (I12), “Índices justos, condizentes com a capacidade física de cada sexo” (M97), “Acredito que a Escola de Educação Física do Exército tenha estudado bastante para desenvolver tais índices” (M299) e “Deve-se levar em condição a proporcionalidade das condições físicas de cada gênero especificamente para a confecção da tabela do TAF” (F22). Outro aspecto importante a ser considerado é o baixo número de respondentes que considera que os testes da forma como estão poderiam prejudicar o sexo feminino. No entanto, 26% das cadetes do sexo feminino acreditam que da forma como estão os testes podem prejudicar o sexo feminino. Apesar do baixo índice de respondentes que optaram por essa resposta, ela poderia ter um amparo quando comparada com os dados encontrados do Gráfico 9. Eles mostram que as notas femininas nas disciplinas de TFM foram em suas médias sempre inferiores às notas masculinas. Algumas justificativas foram que “Existem diferenças fisiológicas entre homens e mulheres” (I3) e que “Por conta das lesões das cadetes femininas” (M20), se referindo às atividades previstas que são semelhantes, as mulheres poderiam ser prejudicadas. Uma outra opção escolhida de forma significativa entre os cadetes do sexo masculino e instrutores foi a de que os testes físicos da forma como estão podem prejudicar os cadetes do sexo masculino. Essa opção vai contra o encontrado nas médias das notas de TFM encontradas no Gráfico 9. Comparando essas respostas com o Gráfico 9 é possível notar que as médias de notas finais do sexo masculino nos testes físicos são maiores em todas as disciplinas, sendo

consideravelmente maior na disciplina TFM 3, que considera basicamente os testes de corrida. Assim, ficam duas possibilidades para este caso, sendo a primeira que os respondentes estão exigindo demais das mulheres, visto que suas notas já estão abaixo quando considerada as médias, ou em uma segunda hipótese que o desempenho das mulheres que foram aprovadas no concurso de admissão está abaixo do esperado dentro da população feminina ou que as mulheres poderiam apresentar. Algumas justificativas dadas levam para essa segunda hipótese. “Pode haver injustiça na classificação final” (I9). “Apesar das diferenças fisiológicas, os índices do segmento feminino estão muito baixos em relação ao masculino. Os índices não devem ser iguais, porém, com a mesma dedicação de ambos os segmentos, é mais fácil o segmento feminino obter melhores notas, o que prejudica o segmento masculino” (M260).

Esse tema ainda causa certa polêmica em alguns países, como na Espanha onde por vezes os militares do sexo masculino se acham injustiçados pelos índices mais baixas que as mulheres têm que atingir por ocasião dos testes físicos. Por vezes esses testes são em uma segunda análise fatores de decisão para uma promoção ou escolha para a realização de cursos especiais dentro e fora do país (ADIDFEX, 2011). Em outros países como nos Estados Unidos, os processos de seleção para promoção atualmente ocorrem separadamente. Porém, após a lei que definiu que as mulheres poderão ocupar todas as especialidades e cargos das Forças Armadas dos Estados Unidos, novas regras deverão ser impostas para a seleção e promoção dos quadros militares de todas as Forças (USARMY, 2015). Apesar do exposto, é de se considerar que todas as Forças Armadas adotam até o presente momento, diferentes índices em seus testes físicos respeitando as diferenças físicas e fisiológicas entre homens e mulheres de forma a considerar as aptidões físicas necessárias de forma proporcional a cada sexo (IPCFEX, 2016).

No Gráfico 10 podemos observar os dados acima discutidos, relativos à opinião de cada grupo em relação aos testes físicos avaliados.

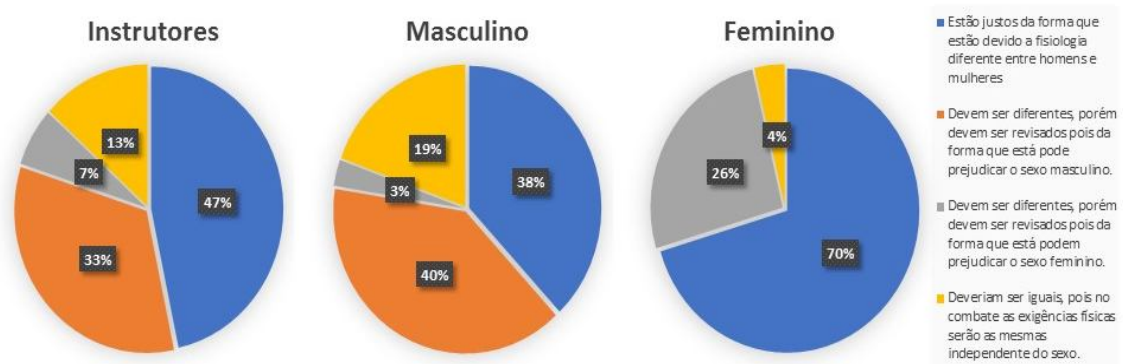


Gráfico 10: Opinião de cada grupo em relação aos testes físicos avaliados.

Dessa forma, mesmo que alguns respondentes em todos os grupos acreditem que os índices deveriam ser iguais para os homens e mulheres, pois no combate as exigências físicas serão as mesmas independente do sexo, conforme afirmou um dos respondentes quando disse que “as atividades realizadas são as mesmas, assim os índices deveriam ser os mesmos” (M242), é uma situação que não é ainda considerada em nenhum país. É claro, que esta situação é extremamente válida, porém, apesar de parecer pertinente, não é utilizada em nenhuma Força Armada no mundo. As diferenças fisiológicas entre homens e mulheres é confirmada cientificamente e fácil de se perceber ao assistir qualquer competição que tenha altas exigências físicas. Sendo assim, utilizar esta forma de avaliação seria um pioneirismo no mundo atual e a escolha desse método de avaliação exigiria um estudo profundo dividindo os testes físicos por especialidades, tendo em vista que as exigências físicas em cada especialidade são diferentes no combate.

Por ocasião da questão já discutida, relativa a entrada das mulheres em outras especialidades, além das logísticas, um dos respondentes trouxe a seguinte argumentação: “Irão proibir as mulheres de realizar o curso de Guerra na Selva, curso de Paraquedista, Comandos e Forças Especiais? Pois se não for proibido, não faz sentido proibir as cadetes de escolherem a arma que quiserem, pois nos cursos terão esforços físicos iguais ou maiores que os sofridos por todos os cursos na AMAN” (I10). Este é um aspecto importante, que será enfrentado pelo EB quando as primeiras oficiais combatentes se formarem, ou mesmo antes disso, visto que atualmente os cadetes do terceiro ano já podem solicitar a realização do Curso Básico Paraquedista. Dessa forma, foi verificado entre os respondentes dos três

grupos se o Exército deve disponibilizar todos os cursos e estágios disponíveis para o sexo feminino. Os resultados foram graficamente representados no Gráfico 11.

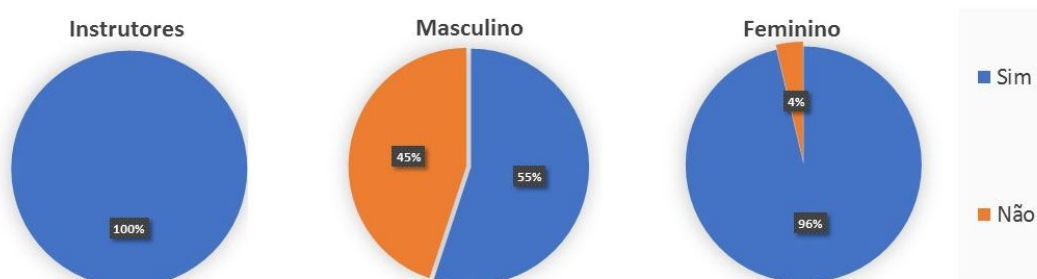


Gráfico 11: Opinião de cada grupo se o EB deve disponibilizar todos os cursos e estágios disponíveis para o sexo feminino.

É possível observar que 100% dos instrutores, bem como quase a totalidade das mulheres acreditam que todos os cursos devem ser disponibilizados para o sexo feminino. “Aquela que atender os requisitos e tiver aptidão para determinado curso ou estágio deverá ter a possibilidade de participar do processo seletivo” (I9). “Desde que sejam seguidas as exigências dos cursos, nenhum curso deverá ser proibido para as mulheres” (I11). No entanto, é possível também verificar que 45% dos cadetes do sexo masculino acreditam que nem todos os cursos deveriam ser disponibilizados. Ao serem questionados sobre quais cursos deveriam ser proibidos os seguintes cursos foram citados: curso de operações na selva, curso básico paraquedista, curso de ações de comandos, curso de forças especiais, curso de precursor paraquedista. Apesar das respostas alguns cursos citados já possuem concludentes do sexo feminino, como o curso de operações na selva e o curso básico paraquedista. Por meio das respostas dos instrutores, é possível verificar que essa será uma realidade e que na opinião deles, apesar da maioria das mulheres não terem condições de realizar estes cursos, algumas demonstraram possuir aptidão para se voluntariar a realizar os cursos operacionais oferecidos nas Forças Armadas. Cursos operacionais já são realizados em todo o globo em diversos países. No entanto, por vezes, efeitos colaterais advindos do extremo estresse físico exigido em determinadas atividades podem vir a ocorrer. Distúrbios hormonais como o ocorrido com uma militar Ranger nos Estados Unidos, que se equivale a um Forças Especiais no Brasil, podem causar efeitos irreversíveis na vida da militar.

Essa em questão acabou perdendo a capacidade de ter filhos devidos a problemas advindos do grande esforço físico exigido nas atividades militares desses especialistas (USARMY, 2015). Estes cuidados devem ser sempre estudados e observados durante qualquer curso operacional, tanto para o homem quanto para a mulher.

Uma forma importante de analisar as médias das notas de cada sexo é por meio da divisão das disciplinas dentro de seus quatro itens gerais: disciplinas da Divisão de Ensino (Div Ens), disciplinas militares, testes físicos e competências atitudinais. Fazem parte das disciplinas da Div Ens: Língua Portuguesa I, Língua Inglesa I, Língua Espanhola I, História, Física Aplicada, Química Aplicada I e Cálculo. As disciplinas Mil são compostas pelas disciplinas Introdução das Técnicas Militares, Cibernética I, Técnicas Militares I e Técnicas Militares II. Os testes físicos são compostos pelo TFM I, TFM II e TFM III. E as competências atitudinais são formadas por meio das avaliações verticais dos instrutores (conceito).

Realizando a reunião das disciplinas dentro de cada item e realizando novamente a média de cada sexo, chegamos ao gráfico apresentado no Gráfico 12.

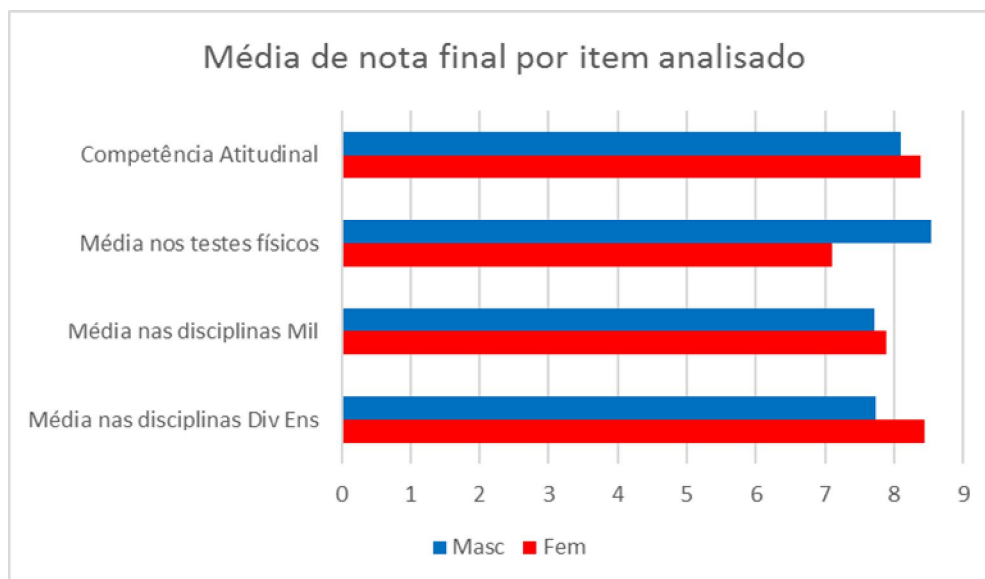


Gráfico 12: Média de nota final em cada item analisado por sexo

Fonte: STE EsPCEx.

Observando o Gráfico 12 é possível confirmar as análises já feitas com relação ao desempenho dos sexos nas avaliações. Cabe ressaltar a diferença

pequena entre os sexos nas disciplinas militares e na competência atitudinal, sendo em ambas a média feminina superior. Isso corrobora com os aspectos encontrados na Tabela 6. A análise da Tabela 13 nos apresenta dois aspectos, retirados da Tabela 6, que podem ser considerados como os prevalentes em todos os grupos analisados: aspecto estudos e avaliações e aspecto treinamento físico militar. Neles fica nítida a opinião majoritária de que no aspecto estudos e avaliações o desempenho do sexo feminino foi melhor e no aspecto treinamento físico militar os homens tem melhor desempenho.

Tabela 13: Opinião preponderantes nos aspectos estudos e avaliações e treinamento físico militar.

ESTUDOS E AVALIAÇÕES	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	13	87%	247	74%	18	67%
TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo masculino	13	87%	317	95%	17	63%

Outros aspectos como serviço, tiro, exercício no terreno tiveram a grande maioria das cadetes do sexo feminino afirmando o desempenho ser semelhante em ambos os sexos, quanto os do sexo masculino afirmando que o desempenho dos homens foi melhor. Nestes aspectos, com exceção do tiro, onde grande parte dos instrutores escolheu a opção não observado, os instrutores serviram como um parâmetro para verificar a opinião dividida, concordando neste caso com a opção mais escolhida pelas cadetes mulheres e dando a entender que nesses aspectos o desempenho de ambos os sexos foi semelhante.

Tabela 14: Opinião preponderantes nos aspectos serviço, tiro e exercício no terreno.

SERVIÇO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo masculino	4	27%	285	85%	2	7%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	6	40%	27	8%	20	74%
TIRO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo masculino	5	33%	235	70%	6	22%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	2	13%	65	19%	19	70%
EXERCÍCIO NO TERRENO	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo masculino	5	33%	307	92%	5	19%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	8	53%	16	5%	20	74%

A mesma diferença de respostas ocorreu entre cadetes homens e mulheres no aspecto cumprimento de missões diversas. No entanto, nenhum dos instrutores acredita que o desempenho dos homens foi melhor neste aspecto e o restante divididos entre desempenho semelhante de ambos os sexos e desempenho melhor do sexo feminino. É interessante notar que o percentual de instrutores que acredita que o desempenho feminino foi melhor é consideravelmente maior que o percentual de cadetes do sexo feminino, mostrando que apesar de elas mesmas não se acharem com desempenho melhor, para os instrutores que são os que efetivamente cobram e avaliam as missões impostas a cada um, acreditam ter uma melhor resposta nas missões cumpridas por mulheres.

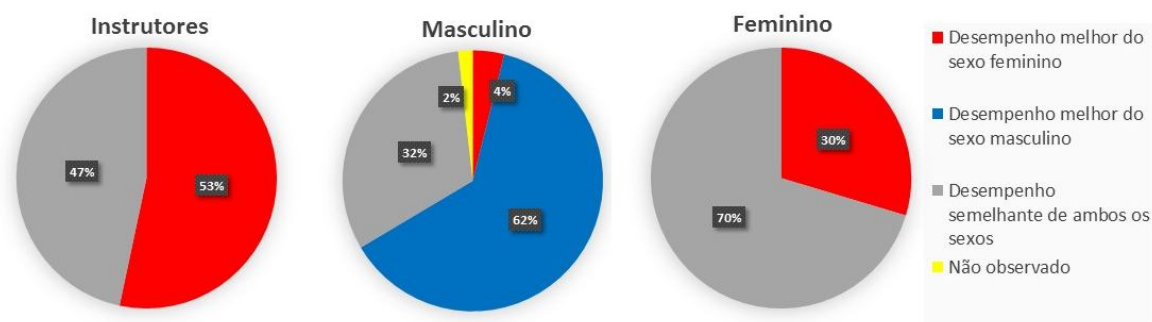


Gráfico 13: Opinião dos grupos em relação ao aspecto cumprimento de missões diversas.

Os últimos dois aspectos (aspecto comportamento e aspecto dedicação e comprometimento) pode ser notada outra particularidade. Os cadetes, tanto masculino como feminino, observaram em sua maioria um desempenho semelhante entre ambos os sexos, enquanto os instrutores em sua maioria verificaram que as mulheres tiveram melhor comportamento e dedicação e comprometimento. Mais uma vez na visão de quem está observando como avaliador, foi notada uma melhor resposta comportamental das cadetes do sexo feminino, conforme apresentado na Tabela 15.

Tabela 15: Opiniões preponderantes nos aspectos comportamento e dedicação e comprometimento.

COMPORTAMENTO		Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino		9	60%	91	27%	7	26%
Desempenho semelhante de ambos os sexos		6	40%	131	39%	20	74%
DEDICAÇÃO E COMPROMETIMENTO		Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino		9	60%	69	21%	13	48%
Desempenho semelhante de ambos os sexos		5	33%	153	46%	14	52%

Além dos aspectos militares observáveis, o tratamento isonômico tem sido foco para busca constante entre os instrutores. Este é um aspecto a ser buscado por qualquer tropa. No intuito de verificar a observância desse tratamento isonômico, foi verificado em cada grupo, a opinião de cada indivíduo em relação à forma de que cada grupo age por ocasião de situações em que os cadetes sofrem uma certa pressão, como em exercícios no terreno, avaliações, atividades diárias de serviço, treinamentos físicos, entre outras atividades em que os cadetes são acompanhados, avaliados e colocados sob ambiente de pressão.

Com relação aos cadetes do sexo masculino há uma preponderância de respostas que acreditam que eles em situações de pressão tratam as cadetes do sexo feminino de forma semelhante aos do sexo masculino. No entanto uma parcela considerável do grupo de cadetes mulheres acredita que eles procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.

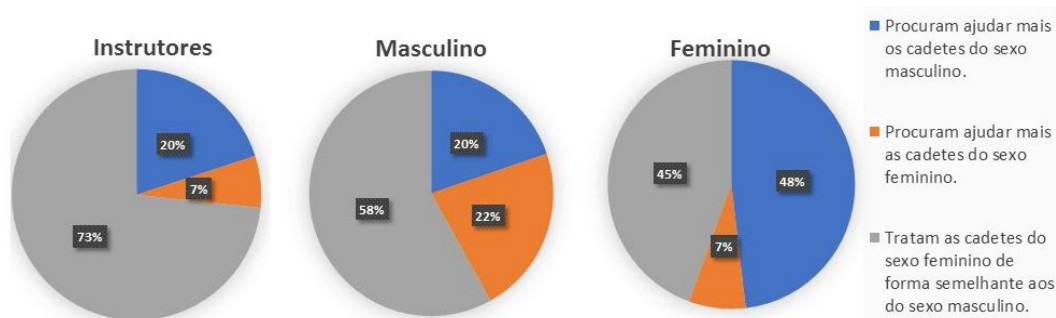


Gráfico 14: Opinião dos grupos em relação a reação dos cadetes do sexo masculino em situações de pressão.

Realizando a mesma análise com as cadetes do sexo feminino é possível observar novamente, mas agora com maior percentual do que nos homens, uma predominância da opção que as cadetes mulheres tratam de forma semelhante o

segmento feminino e masculino em situações de pressão. No entanto, uma parcela considerável de cadetes do sexo masculino acredita que elas procuram ajudar mais as companheiras femininas nessas situações.

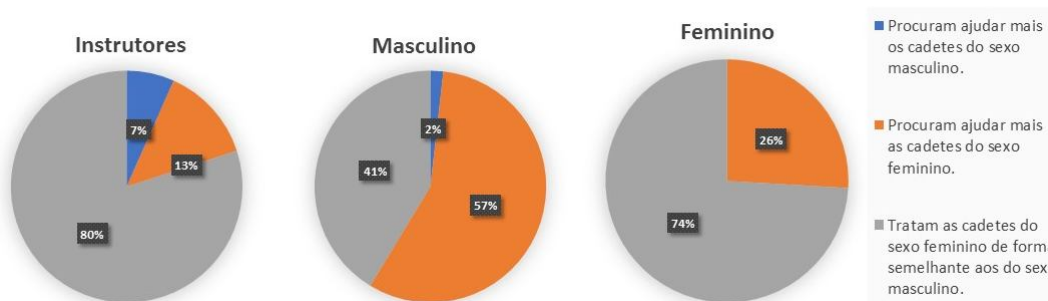


Gráfico 15: Opinião dos grupos em relação a reação das cadetes do sexo feminino em situações de pressão.

Por fim, na última análise entre os grupos, o Gráfico 16 apresenta a opinião de cada grupo em relação a atitude dos instrutores em relação aos cadetes em situação de pressão. Obviamente que 100% dos instrutores acreditam tratar de forma isonômica os cadetes homens e mulheres. Para os cadetes do sexo masculino os instrutores procuram sempre ajudar mais as cadetes mulheres. A grande maioria das cadetes do sexo feminino concordam com os instrutores e acreditam que o tratamento é isonômico.

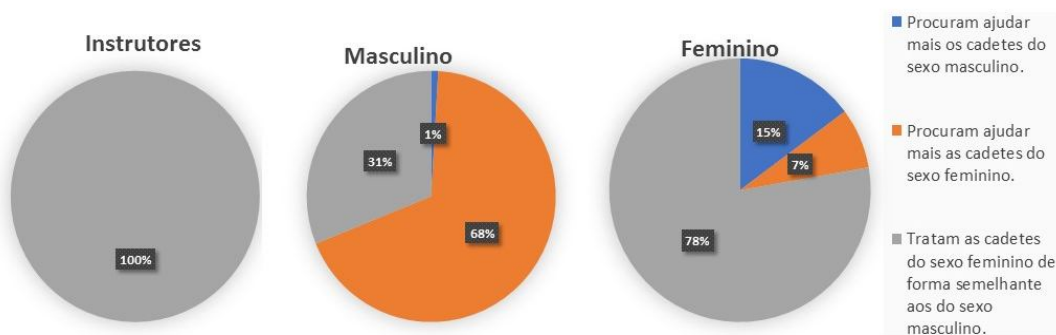


Gráfico 16: Opinião dos grupos em relação a reação dos instrutores em situações de pressão para os cadetes.

No próximo item a ser discutido foi verificado em cada grupo se eles acreditam que as mulheres possuem condições de desempenhar as funções de oficial combatente nas mesmas condições que os homens. O Gráfico 16 apresenta a

proporção de respostas em cada um dos grupos, onde é possível observar que a grande maioria das respostas foi sim. Portanto, a grande maioria acredita que as mulheres desempenharão suas funções da mesma forma que os homens. Somente o grupo de cadetes homens teve suas respostas divididas nas três respostas possíveis.

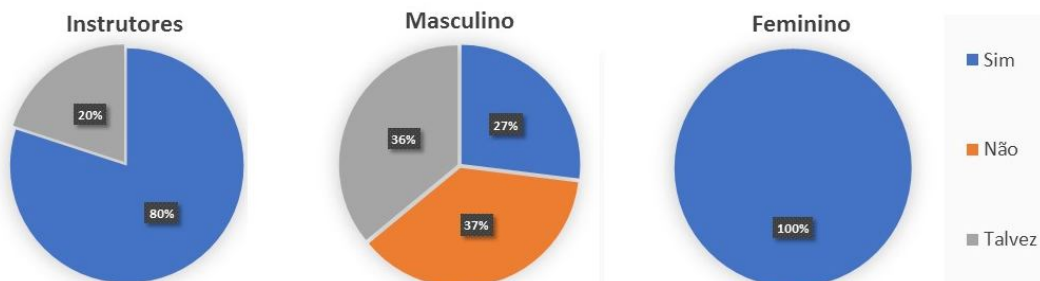


Gráfico 17: Opinião dos grupos se acreditam que as mulheres possuem condições de desempenhar as funções de oficial combatente nas mesmas condições que os homens.

A partir das justificativas dadas as respostas do Gráfico 17 é possível realizar uma série de discussões e análises. Aqueles que acreditam que as mulheres podem exercer de forma satisfatória deram justificativas que nos trouxeram outros assuntos à tona. “Porque muitas delas apresentam desempenho físico e intelectual, inclusive, acima da média dos homens. Cito como exemplo uma cadete do meu pelotão que executou quinze flexões de braço na barra fixa na última Avaliação Diagnostica, tendo, assim, o segundo melhor desempenho de todo o pelotão nesse exercício. Por outro lado, tenho cadetes do sexo feminino que não executam duas barras. Do mesmo modo, tenho cadetes do sexo masculino que executam quinze barras e cadetes que executam apenas três. Isso corrobora as respostas emitidas nas perguntas anteriores. Não creio que seja válido creditar a responsabilidade da não obtenção do índice previsto ao gênero, bem como creio não ser válido reprovar um cadete do sexo masculino por TFM (por exemplo) e não reprovar uma do sexo feminino pelo mesmo motivo. Se fazemos isso, já estamos subentendendo “fraqueza” e, indiretamente, realizando uma discriminação de gêneros” (I2). “Porque o desempenho de ambos os sexos possui semelhanças em demasia” (I4). “Pois nas funções específicas da logística não é verificado problemas” (I11). “A diferença fisiológica de força, resistência ou capacidade respiratória não é um empecilho para

atuarem na tropa, o psicológico importa bastante, assim como os valores aprendidos. Tendo contato na AMAN com instrutoras do sexo feminino percebe-se que elas possuem total condição de atuar em tropa, e se oficiais oriundas do QCO conseguem se adaptar a uma escola de formação, oficiais formadas na AMAM terão plenas condições de serem ótimas oficiais tal como as do QCO, porém com mais experiência” (M110). “Porque têm grande senso de dever e, embora possa haver alguma dificuldade, a dedicação e a persistência são maiores que isso, no geral” (F12). No geral, é possível identificar um senso comum de que as mulheres possuem capacidade de atuarem de forma satisfatória nas funções de oficial combatente, desde que lhe sejam dadas oportunidades iguais e a isonomia prevaleça em todas as etapas de qualquer processo. Este equilíbrio, bastante citado, é corroborado pelos resultados apresentados em todos os níveis, em ambos os gêneros. É possível observar que tanto no grupo de homens militares quanto de mulheres militares existem indivíduos com mais facilidade e mais dificuldades para determinadas funções físicas ou intelectuais. Assim como descrito por militares dos Estados Unidos, o importante é saber aproveitar o melhor de cada um dos indivíduos seja um homem ou uma mulher (USARMY, 2015). Mulheres no Exército dos Estados Unidos tem sido amplamente aproveitada em atividades da inteligência, operações psicológicas, educação física, administração, entre outras, e tem se destacado por sua atuação grande parte das vezes com resultados melhores que os alcançados por militares homens na mesma função (IPCFEX, 2016).

Ainda sem saber o que acontecerá no restante da formação dessas mulheres, alguns justificaram o porque acham que talvez elas exerceram as funções da mesma forma que os homens. “Nas funções logísticas, o quesito físico não será o principal na hora do cumprimento das missões. O melhor seria alocar os recursos humanos conforme as suas competências. Ela pode ter dificuldade em correr com recrutas, mas não tem motivo para não conseguir gerenciar a produção de um pelotão de manutenção” (I13). “Existem diversos perfis de mulheres, cada uma terá suas condições” (M37).

Outros justificaram o porque acreditam que as mulheres não exercerão suas funções da mesma forma que os homens. “Situação exemplo é quando na função de comandantes de pelotão engravidarem abandonando seu pelotão por bastante tempo” (M135). “Falta principalmente de preparo físico que influencia diretamente na

liderança para com seus subordinados” (M161). “Por conta de não tirarem serviço nos parques de sargento de dia e cabo de dia, acredito que também não terão condições de exercer suas funções na tropa” (M149). “Elas exercerão as funções da logística na esfera de combatente da melhor maneira possível, não serão nem melhores nem piores que os homens, serão diferentes, mas exercerão a função” (M229).

Uma das justificativas anteriores faz referência à maternidade. A função de mãe tem sido uma grande preocupação nas Forças Armadas de todo o mundo no quesito prontidão para o combate. A Força Aérea israelense argumentou por algum tempo que não aceitava as mulheres em suas escolas de formação de pilotos de combate pelo fato de que o alto custo financeiro de ajustar as condições dos treinamentos para a formação de um piloto às necessidades das mulheres, bem como as dificuldades envolvidas no planejamento de pessoal causado pelos papéis reprodutivos e de maternidade das mulheres, eram motivos legítimos para o tratamento desigual (IZRAELI, 2009). Esse argumento somente caiu quando uma mulher entrou na justiça contra as Forças Armadas e acabou vencendo nos tribunais dando as mulheres daquele país a oportunidade de se tornar piloto da Força Aérea. Na Alemanha, geralmente a seleção de missões é feita com base no voluntariado, porém é raro a designação de mães com filhos em idade escolar para emprego no exterior (ADIEXAER, 2011). Além disso, a maternidade tem sido motivo de afastamento da carreira, inclusive de militares pilotos da Força Aérea Brasileira, que por vezes, optam por serem colocadas em funções administrativas, abandonando a função de piloto, em busca de tempo para cuidar da família (SANTOS; COUTINHO, 2010).

No último item do nosso questionário foi verificada a opinião dos indivíduos de cada grupo em relação aos problemas a serem encontrados na tropa pelas futuras oficiais combatentes.

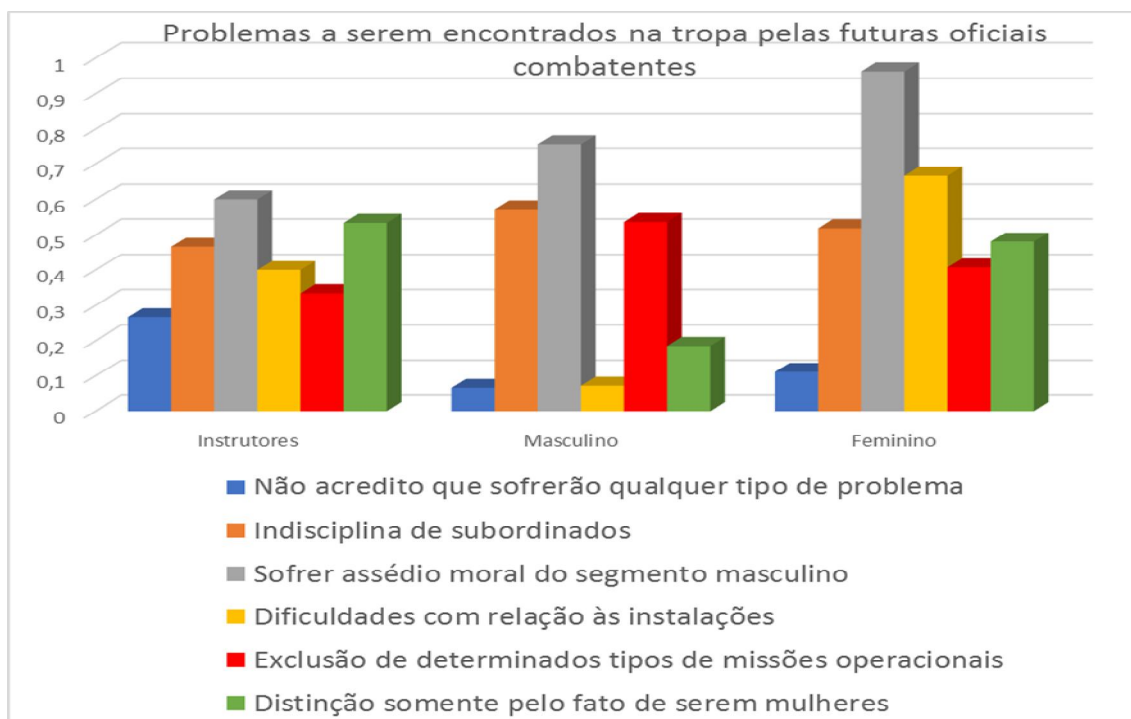


Gráfico 18: Opinião dos grupos sobre os problemas a serem encontrados na tropa pelas futuras oficiais combatentes.

Ao verificarmos o Gráfico 18, podemos notar inicialmente o maior percentual em todos os grupos relativo ao tema sofrer assédio moral do segmento masculino. Esse é claro um problema que já acontece em grande escala, além dos portões dos quartéis e talvez, por isso, tantos acreditem na possibilidade de que ele possa também ocorrer aqui. No exército dos Estados Unidos, este problema já foi identificado, e com o objetivo de diminuir o problema foi criada a Diretriz da “Igualdade de Oportunidades Militares”, que possui atualmente pessoal designado especificamente para fiscalizar e controlar casos dessa natureza, bem como procedimentos formais para denúncias de assédio para vítimas femininas ou masculinas (OTAN, 2015). Há estimativas de que cerca de 80 a 85% das militares mulheres do Exército já foram vítimas de algum tipo de assédio sexual ou abuso sexual (AMUSMA, 2012). Na Argentina, foi criada em 2010 uma resolução do Ministério de Defesa com o nome de Oficina de Gênero que recebe entre outras coisas um percentual significativo de denúncias de abuso (ADIDA, 2013). Na Espanha a existência de ações na justiça contra chefes militares em todos os níveis, por denúncias de assédio sexual podem ser encontradas, que mostra que esse é um

problema que não é tratado internamente e acaba fugindo para as esferas civis penais (ADIDEX, 2011). Na Itália, uma matéria publicada devido ao assassinato da esposa de um instrutor que levava um relacionamento com uma de suas alunas foi o estopim para que outros processos de assédio fossem denunciados no país (ADIEX, 2012). Todos esses casos, nos mostram que essa é sim uma preocupação importante que o Exército deve ter com a inserção feminina na tropa. O fato de várias Forças Armadas espalhadas pelo mundo terem tido esse problema, inclusive em países onde a IDH e cultura, é neste sentido mais evoluída que no Brasil, nos deixa em situação de alerta, para que evitemos que casos como os relatados nos diversos países não venham a acontecer por aqui. Para os respondentes algumas maneiras de se resolver o caso: “tratando as mulheres com respeito” (M86), “trabalhando a mente do soldado” (M93), “somente com melhorias na educação dos pais para os filhos” (M101), “por meio de uma postura das mulheres na tropa” (M147), “somente após uma mudança de cultura do povo brasileiro” (M181), “por meio de punição” (M207).

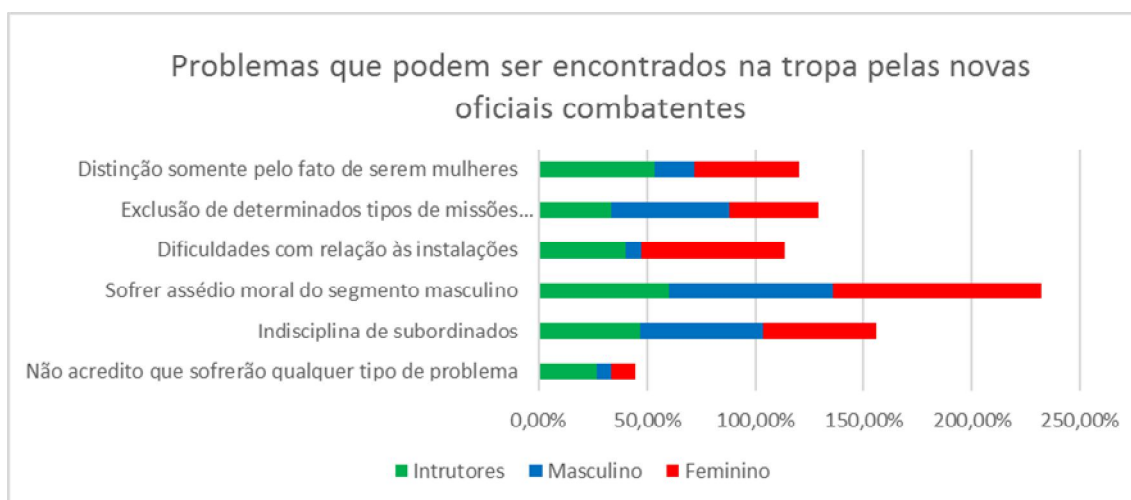


Gráfico 19: Somatório dos percentuais dos grupos sobre os problemas a serem encontrados na tropa pelas futuras oficiais combatentes.

O segundo fator que merece ser destacado aqui é o segundo percentualmente mais escolhido no somatório geral dos percentuais, conforme o Gráfico 19. Indisciplina de subordinados é um fator que não deveria passar na cabeça de um militar, tendo em vista que a base das Forças Armadas é pautada no binômio hierarquia e disciplina (BRASIL, 1988). Algumas sugestões dos

respondentes para que problemas como esse não ocorram foram dadas. “Realizar palestras que irão conscientizar seus subordinados” (I4). “Acredito que ocorreriam apenas inicialmente, por questões culturais do povo brasileiro. Porém, o desempenho positivo dessas militares, em um segundo ponto, com certeza faria com que isso deixasse de acontecer (para tal, porém, é necessário que elas sejam exigidas da mesma maneira e com os mesmos parâmetros de avaliação dos homens)” (I2). “Pulso firme com a tropa, caso existam essas situações” (I10). “Demonstrar o histórico de carreira da militar, enfocando as conquistas profissionais, as superações e a dedicação, reforçando a competência das mulheres, além de punições para discriminações quanto a ser mulher” (F12). “O amadurecimento e a desvinculação com o que já está impregnado na sociedade, o inevitável machismo” (F8). “Demonstrar o histórico de carreira da militar, enfocando as conquistas profissionais, as superações e a dedicação, reforçando a competência das mulheres, além de punições para discriminações quanto a ser mulher” (F20). “Os comandantes devem mostrar sempre o serviço das mulheres, destacando-os quando realizados com sucesso” (M83). “Trabalhar a mente do soldado” (M93). “O exemplo da militar é uma premissa básica, uma vez que ela precisa ser a primeira a demonstrar atitude para seu pelotão e não aceitar ser acochambrada” (na gíria militar aquele que é sempre poupado das missões mais onerosas) (M127).

O terceiro fator que teve maior destaque foi o aspecto exclusão de determinados tipos de missões operacionais como aspecto que as mulheres poderão encontrar nos corpos de tropa. O exército espanhol que passou por processo semelhante ao do nosso país, porém não tendo uma inserção gradual como vem ocorrendo no Brasil (BRASIL, 2012) e como ocorreu nos Estados Unidos (USARMY, 2015) tem tido recorrentes reclamações com relação a divisão de missões de acordo com o sexo e não pela especialidade (ADIDEFEX, 2011). A imagem materna em que todos os militares têm do sexo feminino, leva os comandantes dos Estados Unidos a ter de maneira inconsciente um tratamento diferenciado para com as mulheres. Estes problemas foram observados por ocasião da formação militar, na divisão das missões em combate e no tratamento dispensado aos homens e mulheres de uma mesma turma de formação norte-americana (IPCFEX, 2016).

Algumas soluções foram dadas pelos respondentes de forma a minimizar os aspectos relacionados a este problema. “Escolhas das missões de acordo com a capacidade funcional” (I12). “Dando as mesmas atribuições e responsabilidades dos oficiais homens, conforme seu posto” (I6). “Colocar de fato a isonomia, não distinguir homens e mulheres, todos são militares combatentes” (M215). “Propor desafios para que elas possam provar o seu valor” (M219). “Propor desafios para que elas possam provar o seu valor” (M229). “Tratar como se fossem capazes, como de fato somos” (F2).

Além desses, outros problemas como a necessidade de adequação das instalações e qualquer tipo de distinção somente pelo fato de serem mulheres, poderão ocorrer. Cabe as comandantes dessas futuras oficiais, se prepararem e conscientizarem suas tropas, de forma que a entrada feminina nos corpos de tropa combatente, sejam gradativos, porém vitoriosos.

Portanto, voltando agora aos objetivos propostos neste trabalho, verificamos inicialmente algumas experiências adquiridas nas Forças Armadas no Brasil e no mundo. A maioria dos problemas encontrados em outros países foi encontrada principalmente em documentos dos adidos militares e em relatórios de militares em missões no exterior. Somente assim foi possível cumprir o objetivo, tendo em vista que as páginas e trabalhos oficiais das Forças não publicam os problemas, mas somente as experiências que deram certo. Apesar disso, fica evidente com este trabalho que não é importante divulgar, porém é primordial que os problemas na inserção sejam o quanto antes identificados de modo a no mais curto prazo otimizar processos que possam minimizar ou mesmo esgotar os problemas que possam ocorrer. Casos como os abordados no trabalho, de assédio ou diferenciação de militares exclusivamente por seu sexo, devem ser evitados e providências podem e devem ser tomadas desde já visando o sucesso da instituição.

Verificamos também que as mulheres se encontram plenamente adaptadas logo no seu primeiro ano de formação. Pode-se notar que a própria escola de formação acaba por preparar seus alunos, de forma que comparando homens e mulheres, as diferenças são mínimas. Com exceção das atividades físicas as mulheres se destacaram em todas as demais áreas demonstrando que estão plenamente adaptadas à vida militar. Estudos na área da educação física se fazem necessários no sentido de otimizar os processos de avaliação física de forma a

deixá-los os mais isonômicos possíveis, guardadas as devidas proporções fisiológicas entre homens e mulheres.

Verificamos também que a inserção do sexo feminino nas demais especialidades não somente é possível, como já é uma realidade para muitos dos militares envolvidos no processo de formação. Dessa forma, cabe também ao EB identificar os processos para verificar o tempo necessário para o início dessa nova fase da inserção, bem como quais serão os modelos a serem seguidos e requeridos pelas candidatas.

Foi também verificada uma necessidade de se desenvolver sistemas e equipes de fiscalização a assédios de qualquer natureza, de forma a prevenir que problemas já ocorridos em outros países venham a ocorrer em nossa instituição. Apesar de isso ir contra aos nossos princípios e o decoro da classe militar, a fiscalização e proatividade contra atos desse tipo são a melhor arma no combate a procedimentos que possam manchar a imagem da Força Terrestre.

Este trabalho tem sua relevância no fato de que a inserção do sexo feminino na linha combatente do Exército Brasileiro ser algo ainda novo e que apresentará nos próximos anos seus desdobramentos após o contato das novas militares com a tropa. Por isso, uma limitação e ao mesmo tempo oportunidade de estudo desse trabalho é o acompanhamento dos próximos anos da formação, bem como da adaptação nos corpos de tropa, garantindo a continuidade desses estudos que poderão servir de parâmetros na tomada de decisão em medidas para que o Exército Brasileiro seja ainda mais forte com a presença de homens e mulheres combatentes no seu quadro efetivo.

A evolução da carreira combatente do sexo feminino depende de estudos profundos e um planejamento detalhado de forma a evitar problemas nos próximos anos de inserção. Com este trabalhamos iniciamos o processo de conhecimento da situação das mulheres na linha militar bélica, sejam elas positivas ou negativas. Dessa forma, essa pesquisa servirá de subsídio para a implementação de modelos de ensino que possam ter como produto final uma tropa mais coesa e bem preparada para o cumprimento das diversas missões do Exército Brasileiro.

O sucesso na implementação de novas possibilidade para a escolha de especialidades para o sexo feminino, bem como da execução de cursos e estágios de especialização na área combatente, depende da continuidade de estudos como

esse, de forma a otimizar o planejamento do processo que já está em andamento e que poderá ser o ponto chave para a manutenção da coesão e prontidão da tropa de forma a manter a operacionalidade da Força Terrestre.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi verificar a adaptação do sexo feminino nas áreas combatentes do Exército Brasileiro. Três aspectos gerais foram analisados: a adaptação social, o rendimento escolar e o rendimento militar.

No primeiro aspecto adaptação social, foi verificada uma adaptação satisfatória das mulheres em relação aos demais componentes da força. A entrada delas, apesar de causar reações nos demais, reações essas comuns em qualquer mudança em uma instituição altamente conservadora, elas foram aceitas pelos pares e superiores de forma rápida e sem maiores efeitos nas atividades militares e sociais. Sobre esse aspecto, é importante salientar o alto índice de respondentes que acreditam que as mulheres terão como principal problema em sua carreira o assédio, o que abre um campo a ser acompanhado pela instituição nos próximos anos.

No aspecto rendimento escolar, a adaptação foi melhor que o esperado. As mulheres têm obtido na média notas superiores aos homens em todas as disciplinas, da Divisão e Ensino. Isso mostra a capacidade intelectual das mulheres que tem entrado. Este pode ter sido influenciado pela qualidade dos recursos humanos que obtiveram êxito no concurso de admissão, que por ter uma relação candidato por vaga maior, acaba por selecionar indivíduos com maior aptidão intelectual. No entanto, podemos considerar facilmente por meio da estatística, que as mulheres estão plenamente adaptadas neste quesito.

E por último, no aspecto rendimento militar, foi possível verificar também um rendimento na média acima do masculino nas avaliações militares e nas competências atitudinais. O grande índice de instrutores e mesmo cadetes do sexo masculino que definiram as mulheres como tendo desempenho melhor em várias atividades tipicamente militares como serviço, cumprimento de missões, comportamento e dedicação e comprometimento com a atividade militar mostram uma extrema adaptação das mulheres nesse aspecto. Apesar disso, o componente físico, aspecto também importante para o militar combatente apresentou algumas deficiências, com a média das avaliações dos testes físicos estando sempre abaixo do masculino, mesmo com os índices diferenciados e que procuravam equilibrar as diferenças fisiológicas femininas já atestadas cientificamente. Dessa forma, os

índices de avaliação física feminino devem ser acompanhados e verificados nos próximos anos no intuito de estabelecer parâmetros justos e de acordo com o que se espera do combatente do Exército Brasileiro.

Além disso, é possível aqui já dizer que as possibilidades para o sexo feminino na área combatente ainda se encontra aberta para as outras especialidades. A possibilidade de abertura de vagas femininas nas Comunicações e Artilharia já é majoritariamente esperado pela maioria dos envolvidos e na demais Infantaria, Cavalaria e Engenharia uma realidade em Forças Armadas de outros países que poderão servir de exemplo para nosso país.

Apesar disso, é importante que o processo de inserção do sexo feminino combatente seja um processo longo e gradativo de forma que as experiências colhidos em outros países juntamente com a reunião dos dados de cada ano e atividade desenvolvida pelas mulheres combatentes possam servir de subsídio para que a entrada das mulheres tenha um fim vitorioso, e o mais importante, possam ser uma forma de aumentar o poder de combate da Força Terrestre, por meio das qualidades advindas das mulheres que dentro em breve estarão ombreando ao lado dos homens combatentes em busca de um Brasil melhor.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Evellyn. Lugar de mulher é na FAB. Conheça a história das pioneiras e as novas perspectivas para as mulheres na Força Aérea Brasileira. **Aerovisão**. A revista da Força Aérea Brasileira. Nº 252, Ano 44. Abr/Mai/Jun, 2017.

ABRAMSON, Larry. **West Point Women: a natural pattern or a camouflage ceiling?** October, 2013. Disponível em <NPR.org>. Acessado em 17 de novembro de 2017.

ADIDA – ADITÂNCIA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ARGENTINA. **Projeto ingresso da mulher na Linha de Ensino Bélico**: as mulheres nas forças Armadas Argentinas. 2013.

ADIDEFEX – ADITÂNCIA DE DEFESA E DO EXÉRCITO DO BRASIL NA ESPANHA. **Presença do segmento feminino na linha bélica do Exército espanhol**. 31 de outubro de 2011. Madri, 2011.

ADIEXAER/RFA - ADITÂNCIA DE DEFESA E DA AERONÁUTICA DO BRASIL NA REPUBLICA FEDERATIVA DA ALEMANHA. **Mulheres nas forças armadas alemãs**. Relatório do Adido Militar na República Federal da Alemanha, Berlin, 2011.

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras**. 2015.

ADIAERBO – ADITÂNCIA DE DEFESA E DA AERONÁUTICA DO BRASIL NA BOLÍVIA. **As mulheres da linha bélica no Exército Boliviano**. La Paz, 2012.

ADIEX – ADITÂNCIA DE DEFESA E DO EXÉRCITO DO BRASIL NA ITÁLIA. **As mulheres na linha militar bélica italiana**. Roma, 2012.

AMUSMA – ACESSORIA MILITAR AO USMA (United States Military Academy). **Mulheres em West Point**. 17 de agosto de 2012. New York, 2012.

BARRETO, Andréa. Brazilian Navy Women Gain Ground in Combat Operations. **Digital Military Magazine**. Forum of the Americas. Março, 2018.

BEILSTEIN, Janet. The role of women in United Nations peace-keeping. **Women 2000**, nº 1 (December), 1-10. United Nations Division for the Advancement of Women. New York, 1995.

BRASIL. Constituição. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966**. Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965. Brasília, 1966.

_____. Exército Brasileiro. **Lei Nº 9.789, de 8 de fevereiro de 1999**. Lei de Ensino do Exército. Brasil: Ministério do Exército, 1999.

_____. _____. **Lei Nº 12.705, de 8 de agosto de 2012**. Lei de requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Brasil. Ministério da Defesa, 2012.

_____. _____. Página eletrônica oficial do Exército Brasileiro. Primeiras mulheres ingressam na carreira de oficial combatente do Exército. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/primeiras-mulheres-ingressam-na-carreira-de-oficial-combatente-do-exercito> Acesso em: Mai 2017.

_____. _____. Página eletrônica oficial do Exército Brasileiro. Cadetes do Exército Brasileiro recebem o espadim. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/imprensa/aviso-de-pauta/-/asset_publisher/0004ie79MBVM/content/cadetes-do-exercito-brasileiro-recebem-o-espadim> Acesso em: Agosto 2018.

_____. **Lei nº 4375, de 17 de agosto de 1964.** Lei do Serviço Militar. Brasília, 1964.

BURRELLI, David F. **Women in combat: Issues for Congress.** Library for Congress Washington DC Congressional Research Service. Washington DC, 2013.

CAPELLE, CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, 2010.

CBC. CBC News. **Indepth: International Military.** 2017. Disponível em <www.cbc.ca>. Acessado em 20 de abril de 2018.

CCOMSEX – CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. A trajetória da mulher no Exército Brasileiro. **Revista Verde-Oliva.** Ano XLIV, Nº 237. Samambaia – DF. Julho, 2017.

CHILIBECK, Philip D.; CALDER, Aaron W.; SALE, Digby G.; WEBBER, Colin E. A comparison of strength and muscle mass increases during resistance training in young women. **Eur J Appl Physiol**, v. 77, p. 170-175. Springer, 1998.

COOB, Kristin L.; BACHRACH, Laura K.; GREENDALE, Gail; MARCUS, Robert; NEER, Robert M.; NIEVES, Jeri; SOWERS, Mary Fran; BROWN JR, Byron W.; GOPALAKRISHNAN, Geetha; LUETTERS, Crystal; TANNER, Heather K.; WARD, Bridget; KELSEY, Jennifer L. Disordered Eating, Menstrual Irregularity, and Bone Mineral Density in Female Runners. **Medicine Science Sports Exercise**, v. 35, n. 5, p. 711–719, 2003.

D'ARAÚJO, Maria Cecília. **Mulheres e questões de gêneros nas Forças Armadas.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, CPDOC/FGV. 2003.

DAVIS, Natalie. Women's history in transition: the European case. **Feminist Studies**, v. 3, n. ¾, p. 83-103. 1976.

FRAYNE, S. M.; SKINNER, K. M.; SULLIVAN, L. M.; TRIPP, T. J.; HANKIN, C. S.; KRESSIN, N. R.; MILLER, D. R. Medical profile of women Veterans Administration outpatients who report a history of sexual assault occurring while in the military. **Journal of Women's Health & Gender-Based Medicine**, v. 8, ano 6, p. 835-845. 1999.

FISCHEL, Justin. Military leaders lift ban on women in combat roles. **Fox**. January, 2013.

FITRIANI; COOPER, Randolph GS; MATTHEWS, Ron. Women in ground close combat. **The RUSI journal**, v. 161, n. 1, p. 14-24, 2016.

FORSVARET – Fordi Noget at Kaemp For. Militaere. Disponível em <<http://forsvaret.dk/FPT/Nyt%20og%20Presse/fakta/kvinderiforsvaret/Pages/default.aspx>> Acessado em Abril 2018.

IDF – ISRAEL DEFENSE FORCES. The Six Day War day by day action review. **Jewish Virtual Library – a project of aice**. American-Israeli Cooperative Enterprise. 2018. Disponível em <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/day-by-day-action-review-of-the-six-day-war>> Acessado em: 25 de abril de 2018.

IDF – ISRAEL DEFENSE FORCE. **Statistics: Women's Service in the IDF for 2010**. Israel Defense Forces. August, 2010.

IPCFEX, Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército. **Relatório de atividade do projeto de inserção do sexo feminino na linha de ensino militar bélico – Tarefa capacitação física**. Rio de Janeiro, 2016.

IPCFEX, Instituto de Pesquisa e Capacitação Física do Exército. Memória para Decisão Nº 001/2016 – Div Pesq, de 09 de maio de 2016. **Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico – Tarefa Capacitação Física – Projeto Proporcionalidade e Índices de exigência física entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro, 2016.

IZRAELI, Dafna N. "Israel Defense Forces." Jewish Women: A Comprehensive Historical Encyclopedia. **Jewish Women's Archive**. 2009. Disponível em <<https://jwa.org/encyclopedia/article/israel-defense-forces>>. Acessado em 18 de março de 2018.

KARL, J. Philip; YOUNG, R. A. J.; YANOVICH, E.; PASIAKOS, S. M.; LUTZ, L. J.; MCCLUNG, R. J. P.; WILLIAMS, K. W. Effects of basic combat training on iron status in male and female soldiers: a comparative study. **JOURNAL**, p. 57, 2015.

KING, Anthony C. Women warriors: Female accession to ground combat. **Armed Forces & Society**, v. 41, n. 2, p. 379-387, 2015.

LORENTZEN, Lois Ann; TURPIN, Jennifer E. (Ed.). **The women and war reader**. NYU Press, 1998.

MARTIN, L; ROSEN, L.; DURAND, D.; STRETCH, R.; KNUDSON, K. Prevalence and timing of sexual assaults in a sample of male and female US Army soldiers. **Military Med**, v. 6, p. 163:213. 1998.

MATTOCKS, Kristin M.; HASKELL, Sally G.; KREBS, Erin E.; JUSTICE, Amy C.; YANO, Elizabeth M.; BRANDT, Cynthia. Women at war: Understanding how women veterans cope with combat and military sexual trauma. **Social science & medicine**, v. 74, n. 4, p. 537-545, 2012.

MAZOTTI, Alda J. Alves; GENANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisas quantitativas e qualitativas**. São Paulo: Pioneira Thomson, Learning, p. 147-178, 2004.

MD – MINISTÉRIO DA DEFESA. **História de mulheres na Força e repleta de lutas e conquistas**. Assessoria de Comunicação Social, por Lane Barreto. 7 de março de 2016. Brasília-DF, 2016.

MILITARO. **Army Jobs For Women: Different Positions For Women In The Military**. Militaro. Março, 2015. Disponível em <www.militaro.com>. Acessado em 7 de novembro de 2017.

MILLER, L. Not Just weapons of the weak: gender harassment as a form of protest for Army men. **Soc Psychol Quart.** 6032–51 1997.

NEWSASIA. India paves way for women in military combat roles. **Channel NewsAsia**. Outubro, 2015.

NINDL, Bradley C. Physical training strategies for military women's performance optimization in combat-centric occupations. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 29, p. S101-S106, 2015.

NUCIARI, Marina. Women in the Military. **Handbook of the Sociology of the Military**. p. 279-297. Springer, Boston, MA, 2006.

OMONDI, Sharon. Countries with Mandatory Military Service. **World Atlas**. September 6, 2017. <https://www.worldatlas.com/articles/countries-with-mandatory-military-service.html>

ONU, Organização das Nações Unidas. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York, 2015.

OTAN. Organizational Survey, Annual Reports of the Committee of Women in the NATO Forces. **NATO Review**, p.34. Summer 2001.

PRESSE, France. **Exército de Israel registra número recorde de mulheres em unidades de combate**. Mundo. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/exercito-de-israel-registra-numero-recorde-de-mulheres-em-unidades-de-combate.ghtml>>. Acessado em 10 de março de 2018.

RIBEIRO, Amarolina. **"Mulher moderna"**. Brasil Escola, 2017. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mulher-moderna.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2017.

SANCHES, Greiciane de Oliveira. Proteção internacional da mulher, o discrimen necessário: a equidade de gênero como força-tarefa das Nações Unidas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3C?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11592>. Acesso em maio 2017.

SANTOS NETO, Nereu Augusto dos. **A mulher na linha de ensino militar bélico**. Artigo científico de especialização em política, estratégia e alta administração militar. Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Marina Miranda Lery; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Women in Brazilian Air Force: a study on the first women pilot officers. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 259-267, 2010.

SEGAL, Mady Wechsler. Women's Military Roles Cross-Nationally: past, present and future. **Gender and Society**. 9:6, p. 757-775. 1995.

SMITH, Sam. **Female soldiers in the Civil War on the front line**. Disponível em <www.civilwar.org>. Acessado em 17 de novembro de 2017

SOARES, João Afonso Bento. **A mulher e as Forças Armadas. Igualdade de Oportunidades na Profissão Castrense**. Centro de informação e documentação. Comissão para a cidadania e igualdade de gênero, 1991.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2012.

US ARMY. **Full Integration of Women in the Army**. Documento de resolução de ocupação de todas especialidades do Exército Americano por todos os gêneros. 4 de dezembro de 2015.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. Editora Atlas SA, 2009.

Wilson B. Women **Were There: World War II**, 1996. Disponível em: <http://userpages.aug.com/captbarb/femvets5.html>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

ZENO, S. A., D. PURVIS, C. CRAWFORD, C. LEE, P. LISMAN, and P. A. DEUSTER. Warm-ups for Military Fitness Testing: Rapid Evidence Assessment of the Literature. **Medicine Science Sports Exercices**, Vol. 45, No. 7, p. 1369–1376, 2013.

ZIV, Neta. “The Disability Law in Israel and the United States: A Comparative Perspective.” **Israel Yearbook of Human Rights**, v. 28. Tel Aviv: 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUADRO DE COLETA DE DADOS NO PRIMEIRO ANO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS COMBATENTES DO SEXO FEMININO, NA ESPCEX.

Mestrado Profissional - ESAO 2018									
Dados Turma EsPCEX 2017									
Disciplina	h/a	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
		Média	Mediana	Maxima	Mínima	Média	Mediana	Maxima	Mínima
Língua Portuguesa I	90								
Língua Inglesa I	75								
Língua Espanhola I	60								
História	60								
Física Aplicada	90								
Química Aplicada I	60								
Cálculo	90								
Cibernética I	75								
Introdução das Técnicas Militares	123								
Técnicas Militares I	236								
Técnicas Militares II									
TFM I									
TFM II	262								
TFM III									
Tiro									
Conceito disciplinar Vertical									
Conceito disciplinar Horizontal									
		Quantidade Fem			Quantidade Masc				

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS 1, 2 E 3, A SEREM APLICADOS, RESPECTIVAMENTE, NOS INSTRUTORES DA ESPCEX (1º ANO DE FORMAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA DE OFICIAIS COMBATENTES MISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO), NAS CADETES DO SEXO FEMININO E NOS CADETES DO SEXO MASCULINO DA PRIMEIRA TURMA MISTA DE OFICIAIS COMBATENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

QUESTIONÁRIO

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap QMB Geraldo Luciano dos Santos Júnior, cujo tema é: **As mulheres combatentes no Exército Brasileiro: Adaptação inicial e novas possibilidades para o sexo feminino na linha militar bélica.** Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, obter dados relativos à adaptação do sexo feminino na linha militar bélica e oferecer subsídios de aspectos relevantes sobre a formação e carreira das mulheres combatentes no Exército Brasileiro (EB) e seu emprego nas diversas qualificações da carreira militar.

A fim de conhecer sua opinião sobre o sexo feminino na linha militar bélica, o senhor(a) foi selecionado para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor na formação da primeira turma com oficiais combatentes do sexo feminino do Exército Brasileiro irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos referentes à adaptação das mulheres para a carreira combatente no EB. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Geraldo Luciano dos Santos Júnior (Capitão de Material Bélico – AMAN 2008)

Celular: (21) 99368-3028

E-mail: geraldoluciano@msn.com

Estou ciente que minha participação é voluntária com direito ao sigilo, anonimato, e que posso interromper a pesquisa no momento que achar conveniente.

() Concordo em participar da pesquisa.

PARTICIPAÇÃO

1. Qual é seu nível de participação na primeira turma feminina de oficiais combatentes do Exército Brasileiro?

() Instrutor.

() Cadete sexo masculino.

() Cadete sexo feminino.

() Outro: _____

CONCURSO DE ADMISSÃO

2. Em relação ao número de vagas disponibilizadas para o sexo feminino você acredita que:

() O sexo feminino deveria ter menos vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente.

() O sexo feminino deveria ter mais vagas disponíveis em relação ao disponibilizado atualmente.

() O sexo feminino deveria ter o mesmo número de vagas que o sexo masculino.

() Não deveriam haver vagas pré-definidas para os sexos masculino e feminino, sendo disponibilizadas exclusivamente pela classificação no concurso de admissão.

() Outro: _____

FORMAÇÃO

3. Conforme suas observações, os cadetes do **sexo masculino** agem de que forma com relação aos outros cadetes em situações de pressão?

- () Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.
() Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.
() Tratam as cadetes do sexo feminino igual aos do sexo masculino.

Poderia relatar por que optou pela resposta escolhida: _____

4. Conforme suas observações, as cadetes do **sexo feminino** agem de que forma com relação aos outros cadetes em situações de pressão?

- () Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.
() Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.
() Tratam as cadetes do sexo feminino igual aos do sexo masculino.

Poderia relatar por que optou pela resposta escolhida: _____

5. Conforme suas observações, os **instrutores** agem de que forma com relação aos cadetes em situações de pressão?

- () Procuram ajudar mais os cadetes do sexo masculino.
() Procuram ajudar mais as cadetes do sexo feminino.
() Tratam as cadetes do sexo feminino igual aos do sexo masculino.

Poderia relatar por que optou pela resposta escolhida: _____

6. De acordo com suas observações gerais dos cadetes, como você considera o desempenho de cada sexo em cada uma das áreas listadas abaixo?

Atividade	Desempenho melhor do sexo feminino	Desempenho melhor do sexo masculino	Desempenho igual de ambos os sexos	Não observado
a. Estudos e avaliações	()	()	()	()
b. Cumprimento de missões diversas	()	()	()	()
c. Serviço	()	()	()	()
d. Tiro	()	()	()	()
e. Treinamento Físico Militar	()	()	()	()
f. Exercício no terreno	()	()	()	()
g. Dedicção e comprometimento	()	()	()	()
h. Comportamento	()	()	()	()

Observações: _____

7. Qual sua opinião sobre os índices das performances físicas (TFM/TAF) do sexo masculino e feminino combatente?

() Estão justos da forma que estão, pois devido a fisiologia diferente entre homens e mulheres e pertinente que os índices sejam feitos de forma correspondente.

() Devem ser diferentes, porém devem ser revisados pois da forma que está pode prejudicar o sexo masculino.

() Devem ser diferentes, porém devem ser revisados pois da forma que está podem prejudicar o sexo feminino.

() Deveriam ser iguais, pois no combate as exigências físicas serão as mesmas independente do sexo.

Poderia relatar por que optou pela resposta escolhida: _____

8. Na sua opinião, quais outras especialidades deveriam ser abertas para a escolha do sexo feminino? (Marque uma ou mais opções)

() Infantaria.

() Cavalaria.

() Artilharia.

() Engenharia.

() Comunicações.

() Nenhuma (somente as especialidades logísticas como está ocorrendo).

Poderia relatar por que optou pela(s) resposta(s) escolhida(s): _____

9. Acompanhando o início da formação das futuras oficiais combatentes do sexo feminino, você acredita que elas possuem condições de desempenhar as funções do oficial combatente nas mesmas condições que os homens?

() Sim () Não

Por que? _____

CARREIRA MILITAR COMBATENTE

10. Após a formação, diversas qualificações são oferecidas aos militares através de cursos de especialização e estágios. Na sua opinião o Exército deve disponibilizar todos os cursos e estágios disponíveis para o sexo feminino?

() Sim.

() Não.

Se não, quais cursos devem ser evitados e por que? _____

11. Na sua opinião quais dos problemas abaixo podem ser encontrados na tropa, pelas novas oficiais combatentes? (Marque uma ou mais respostas).

() não acredito que sofrerão qualquer tipo de problema.

() indisciplina de subordinados.

() sofrer assédio moral do sexo masculino.

() dificuldades com relação às instalações das Organizações Militares.

() exclusão de determinados tipos de missões operacionais.

() distinção somente pelo fato de serem mulheres.

() outras: _____

Quais atitudes dos comandantes e da tropa poderiam minimizar esses problemas?

FECHAMENTO

12. O Sr. gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o presente estudo?

Obrigado pela participação.